

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO:**=====

===== Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro**, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares** – Primeiro Secretário e **Maria Isabel Santos Barbosa** – Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

- 1- **1º Período de intervenção do Público** =====
- 2- **Informações gerais** =====
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia** =====
- 4- **Período da Ordem do Dia** =====
- 5- **2º Período de intervenção do Público** =====

Pontos da Ordem do Dia:

===== **Ponto um:** Aprovação das Atas: nº 07 e nº 08 de 2018, Sessão extraordinária de 14 de setembro de 2018; Sessão ordinária de 29 de setembro de 2018; =====

===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====

===== **Ponto três:** 3.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2019 - Aprovação;=====

3.2. Aprovação/Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – aprovação dos subpontos 1.a) e b); e 2.; =====

===== **Ponto quatro:** Mapa de Pessoal para 2019 (I/64601/2018) – Aprovação;=====

===== **Ponto cinco:** Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2019 (I/67030/2018); ==

===== **Ponto seis:** Definição de percentagem de participação no IRS, sobre os rendimentos de 2019 (I/67043/2018); =====

===== **Ponto sete:** Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos, no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis a aplicar em 2019 - Aprovação (I/67080/2018); =====

===== **Ponto oito:** Retificação das Normas/Diretrizes e Procedimentos para atribuição de apoios ao desporto (I/64970/2018) – Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** Regulamento do Prémio Alfredo Cortez – Concurso de apoio à criação de textos para teatro – Suspensão da vigência (I/69873/2018) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** Pedido de criação de um lugar de estacionamento para deficientes motores na Rua do Mosteiro, Cucujães (I/61324/2018) – Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** Alteração da Postura de Trânsito da Rua Ator Alfredo Ferreira da Silva (I/54691/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto doze:** Sinalização vertical para as Ruas do Outeiro e da Liberdade em Travanca, Rua Padre José Nunes Antão, no Pinheiro da Bemposta e na Rua Ximena Forjaz, em, Palmaz (I/60030/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto treze:** Colocação de sinais de trânsito na Rua Frei António Gonçalves e no Lugar da Margonça – Cucujães (I/63756/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto catorze:** Zona Industrial de Loureiro – Aquisição de Rede à Câmara Municipal (I/17016/2018) – Ratificação de Despacho; =====

=====**Ponto quinze:** Pedidos de isenção parcial/total do pagamento de taxas pela utilização da Piscina Municipal apresentados por: Filipe e Ana Sofia Henriques Silva; Tânia Silva e Diogo Reis (I/61384/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto dezasseis:** Pedido de isenção parcial/total do pagamento de taxas pela utilização da Piscina Municipal apresentado por Luís Oliveira (I/64692/2018) – Aprovação; =

=====**Ponto dezassete:** Inclusão do Caminho nº 166 no Cadastro dos Caminhos Públicos de Ul (I/67785/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto dezoito:** Contrato de Prestação de Serviços Postais a Crédito – Renovação (I/57279/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto dezanove:** Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com a Secretaria-Geral de Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana (I/67839/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto vinte:** Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com o Município de Vale de Cambra (I/68181/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto vinte e um:** Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte (I/69663/2018) – Ratificação; =====

=====**Ponto vinte e dois:** Contrato Interadministrativo de Cooperação Financeira com a Freguesia de Fajões – Alteração (I/71315/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto vinte e três:** Prestação de Serviços de auditoria externa para certificação de contas municipais – exercício económico 2018 (I/71268/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto vinte e quatro:** Proposta de Adesão à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago (I/63865/2018) – Aprovação; =====

=====**Ponto vinte e cinco:** Regulamento Municipal do Conselho de Segurança – Aprovação definitiva ao abrigo do art.º 19º do citado Regulamento. =====

=====**Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** ==

=====**Do Partido Socialista (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Cristina Maria Valente de Pinho, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira;

=====**Do Partido Social Democrata (PSD):** Ana Rita Gomes Costa, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho, Liliana Marisa Pinto da Silva, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa. =====

=====**Do Partido Popular (CDS/PP):** Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes. =====

=====**Independente:** Augusto Moreira. =====

=====**A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros:** Cristina Maria Valente Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Márcia Oliveira Gomes; José Ramos da Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Rosa Maria de Castro Rodrigues; Ana Rita Gomes Costa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Carlos Manuel Costa Gomes; Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Bruno Moreira Rodrigues, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

=====**Ausência dos Membros:** Raquel Marília Tavares Faria (PS). =====

=====**A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:** =====

=====**“Bom dia a todos. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores; Senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente; Senhores funcionários da Câmara, Comunicação Social. Vamos dar início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de novembro de 2018.”** =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

=====**Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Jorge Paiva.** =====

=====**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao cidadão Jorge Paiva.** =====

=====**“Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara Municipal; Senhores Vereadores; Membros da Assembleia Municipal; Minhas senhoras e meus senhores, na qualidade de cidadão Fajoense dos quatro costados, e como membro da Assembleia de Freguesia de Fajões, uma vez mais venho aqui a este púlpito, manifestar um sentimento de repúdio sobre uma decisão deste executivo relativamente à minha terra que me viu nascer, relacionada com a Escola Básica e Secundária de Fajões. Quis o destino, numa das minhas lutas pelo engrandecimento de Fajões, dos seus valores e Instituições, que há 5 anos tivesse como ponto de ordem, lutar pela requalificação da Escola EB 23 de Fajões. Apresentei este problema na época à Câmara Municipal e conjugaram a minha luta a uma prioridade Municipal, através do pelouro da Educação, com a promessa de tudo fazerem para que fosse concretizado esse**

sonho para além da urgência em realizar obras mais do que justas e necessárias na Escola Básica e Secundária de Fajões. Veio o Programa Aproximar a Educação e a resolução deste problema tornou-se mais fácil, porque passava a ser decidida localmente. Priorizou-se e bem, as intervenções nas Escolas de Fajões e de Cucujães, com o objetivo de proceder à sua requalificação. Até que, no dia 30 de setembro de 2016, após um longo trajeto negocial com as Instituições que superintendem os Equipamentos Escolares, foram assinados dois Contratos Programa, entre o ex-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Hermínio Loureiro e o atual Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, em Vila Nova de Gaia, respetivamente para a Escola de Fajões e de Cucujães (Dr. Ferreira da Silva), pelo valor de € 1.250.000,00 de participação estatal; € 112.500,00 referente a componente Municipal e € 112.500,00 por parte da DGEST, para cada escola. Esses contratos foram publicados em sede de Diário da República em 02/09/2016, II série nº 169, e despacho nº 10805/2016 emanado dos gabinetes dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e do Orçamento, bem como da Secretária de Estado Adjunta da Educação, a comprovar o que disse anteriormente. Posteriormente, e após as eleições para os órgãos Locais que decorreram em 01/10/2017, mudou-se de políticas quer a nível concelhio, quer a nível de freguesia. Porém, já dentro da nova orientação das políticas municipais, este executivo, a quem me presto a dar os parabéns, neste local, através do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Jorge, fez publicar também na II Serie do DR, em 22/12/2017, o Anúncio de Procedimento nº 10798/2017, para o concurso Público, com a designação (Reabilitação da EBS de Fajões – Bloco C, a que corresponde a sua reabilitação de parte de edifícios escolares e arranjos dos espaços adjacentes da EBS de Fajões), pelo valor base de € 1.999.960,00, desta Empreitada de Obras Públicas. Decorria o início do ano e corriam rumores de que a Escola de Fajões não iria ser intervencionada, nem eu queria acreditar. Intervim nesta Assembleia Municipal, manifestando essa preocupação em 29/04/2018. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, bem como a Câmara Municipal que Vª Exa dirige, fez aprovar o Orçamento Municipal para o corrente e ratificado por este plenário onde estava inscrito o valor de 1.177.800,00 para 2018 e 942.250,00 para 2019. Os Fajoenses, viam então que o trabalho que houve para se dar início a estas importantes obras, era um dado adquirido. Mas foi gorado esse desígnio. Senhor Presidente da Câmara, é caso para perguntar, como revogaram esta obra, bem como as inscrições orçamentais inscritas em sede de Orçamento e cabimentadas no PPI Municipal aprovados por Vossas Excelências? Essa decisão de contrariar o orçamento, não tinha que vir a esta Assembleia? Não continua válida? Senhor Presidente da Câmara, peço perdão pela expressão, não será “um tiro pela culatra”? Porque não manteve o PPI com a rubrica aberta, em vez de a retirar na sua totalidade? A imprensa tem acompanhado esta novela com as mais dispersas notícias (televisões, jornais, etc.) sobre a Escola EB 23 de Fajões, pela chuva que cai, pelo desprezo a que foi votada, em não se avançar com obras para prejuízo dos alunos, professores e auxiliares de educação. Perante este cenário, o Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, recordou à Senhora Deputada da

Assembleia da República, Helga Correia, em resposta a uma interpelação sobre as obras de requalificação da Escola Básica de Fajões, respondendo no parlamento, sem hesitações, que o governo assinou um acordo com o Município de Oliveira de Azeméis para a concretização de tais obras. Disse o Ministro na Assembleia da República: "Eu assinei um acordo de cooperação claro e inequívoco com a Câmara Municipal, então do PSD, no dia 30 de setembro de 2016, num auditório em Vila Nova de Gaia para que essas obras se fizessem". Agora no pretérito dia 16 do corrente, a Senhora Secretária de Estado da Educação disse à imprensa que o projeto não estava aprovado. Parece muito estranho esta afirmação, quando antes estava aprovado e, dessa forma deu lugar à assinatura de um protocolo com o Senhor Ministro, ou foi de cruz? Temos que dizer a verdade, este assunto é grave demais, pois temos que admitir que foi uma tomada de posição política e nada mais me convence. E não é que a publicação teve o seu conhecimento e assinatura em 26 de agosto de 2016, antes de ir para publicação em Diário da República, pois é a mesma Senhora Secretária de Estado, Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão. Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Assembleia Municipal, penso e não tenho dúvidas, que não é com estas atitudes que o concelho anda para a frente. Por outro lado, devo esclarecer que o que estava em causa nesta fase, era o bloco C. Não interferia com os outros, pois teria 3 pisos na sua essência. Porque é que o executivo não tomou como prioridade avançar com Fajões em vez de Cucujães? Não será uma questão política? Esperemos que não. Pois os Fajoenses e toda a região escolar, espera todo o empenho de V^a Exa. para que seja remediado este grave problema. A preocupação tem sido generalizada por todos os agentes políticos. Devo referir o parco empenho do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, Óscar Teixeira, pois deveria ter dado seguimento a uma obra que deu muito trabalho aos pensadores desse grande projeto escolar e empenho seguido pelos autarcas seguintes. Como é possível? "Essas obras não se iniciaram e nós estamos a trabalhar para que essas obras possam acontecer agora da melhor forma possível", disse o senhor Ministro à Senhora Deputada Helga Correia. O que esteve aqui em causa, não tenho dúvidas, foi um desvio de verbas para outros fins, embora tendo a Educação no horizonte. Será que foi legal? É muito relevante a forma como o senhor Ministro da Educação responde. Foi denunciado o acordo com a tutela? Foi apresentado em sede desta Assembleia Municipal à um ano no Orçamento e PPI verbas inscritas para as obras da Escola de Fajões respetivamente € 1.177.800,00 para este ano prestes a terminar, € 942.500,00 para 2019, € 5.000,00 para 2020 e € 5.000,00 em 2021. Apraz-me concluir que a Câmara Municipal, Senhor Presidente, não deu importância à urgência das obras, como vai apresentar no orçamento para o próximo ano zero. O que se lamenta. Para além dos atrasos inerentes a todo um processo administrativo longo, deduzo que o protocolo ainda está válido. Será que a Educação não é tema importante para este executivo? Como cidadão, como membro da Assembleia de Freguesia de Fajões, como antigo Presidente da Associação de Pais, de membro do Conselho Geral da escola, sinto-me triste, derrotado com essa tomada de posição, que espero seja invertida, para bem de

toda a comunidade escolar, numa escola que ficou classificada em 4º lugar distrital, com um aumento do universo de alunos, não deve ser esquecida. Estou ciente que Vossa Excelência, tudo fará para inverter o erro político que fez. Tenho dito.” =====

*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== “Muito bom dia Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Caros Colegas do executivo; Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Público presente; Comunicação Social, funcionários da autarquia, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Este é um assunto que deve ser discutido com alguma emoção e com alguma razão. Quando o fazemos apenas no plano emocional, e não no plano racional, é evidente que dizemos um conjunto de coisas que depois se traduzem num conjunto de imprecisões, num conjunto de inverdades. Este processo foi claramente explicado e tem sido sobejamente comentado quer nos órgãos próprios, quer na comunicação social. Isto resume-se de forma muito simples ao seguinte: as verbas do PDCT, vamos explicar o que é, é o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial para quem nos acompanha lá em casa e a quem aproveito também para saudar. Foram inscritas duas verbas no valor de 1,5 milhões de euros – começa logo aqui algo incorreto, inscrevermos duas verbas exatamente iguais para duas realidades que precisam de esforço orçamental completamente diferente. Estamos a falar de uma escola que tinha definidas como necessidades de investimento 4,5 milhões de euros, e portanto nós alocamos para essa escola 1,5 milhões de euros e comprometemo-nos a recebê-las nesse estado. Temos uma outra escola que tínhamos previsto 1,5 milhões de euros, e como veio a revelar-se pela proposta vencedora, ficou também ela acima do valor definido e abaixo das necessidades orçamentais que eram necessárias para requalificar a escola. Estamos em primeiro lugar a falar de uma definição errada de suborçamentação das necessidades que era preciso em termos do investimento para requalificar estas duas escolas. Depois tivemos um outro problema que tem a ver com o seguinte: o projeto da Escola Ferreira da Silva (são duas escolas com a mesma tipologia, que foi designada de Brandão – quatro blocos que se organizam em torno de um pátio central), enquanto no projeto da Ferreira da Silva nós prevíamos, e como prevemos essa obra vai ser concretizada com a requalificação integral de todos os blocos, do A ao D. Na Escola de Fajões (e ninguém percebe porquê) previu-se apenas a construção do bloco C, a construção de um edifício com três pisos deixando os outros três blocos exatamente no estado em que estão, com infiltrações, com condições deficientes para um ensino de qualidade, com o amianto em toda a escola, com infiltrações no refeitório e no pavilhão. Quero deixar aqui claro, porque foi dito e não é verdade que nós alteramos o projeto. Este executivo, aquilo que fez, foi submeter a concurso os dois projetos que herdou, sem nenhum tipo de alteração, quero deixar isso bem claro, e aquilo que resultou, foram orçamentos muito superiores aos valores que estavam definidos. Nós tínhamos duas possibilidades: ou suportávamos do orçamento municipal, o esforço que era necessário para esse diferencial, ou submetíamos a quem de direito o problema para que nos dissessem o que é

que pretendiam fazer para a sua resolução. Foi isso que fizemos, mas deixem que vos diga, temos dois ofícios da DGEST, um deles de dezembro de 2017, depois de termos lançado ambas as obras a concurso, e um outro mais recente de setembro de 2018, e em ambos coincide a mesma informação, enquanto não for contemplada no projeto a remoção integral do amianto, a DGEST não aprova estes projetos. Portanto, o Ministério da Educação reprova o projeto que lhe foi apresentado para a Escola de Fajões. Um outro aspeto, que é muito importante em relação a todo este processo: nós reunimos com o Ministério da Educação e com a Senhora Secretária de Estado e apresentamos um conjunto de soluções. Pedimos que sobre as soluções que lhe foram apresentadas, tomassem uma decisão. Vamos ter agora no final deste ano, uma reavaliação do nosso desempenho em termos não só do Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano, mas também deste Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e podemos ver aplicada uma taxa forfetária, uma penalização de 25%, ou seja, corremos riscos de perder 25% dos fundos comunitários que nos estão atribuídos em ambos programas. Aquilo que fizemos foi não ficar à espera de uma decisão do Ministério da Educação, mas sim arranjar uma alternativa. Essa alternativa, foi começarmos a trabalhar em projetos que permitiam requalificar alguns dos edifícios do nosso Parque Escolar, nomeadamente em pré-escolas e jardins-de-infância e escolas de primeiro ciclo, e desenvolvemos uma dúzia de projetos internamente, no sentido de assegurar que essas verbas não seriam perdidas caso fosse necessário reprogramá-las/reaffectá-las. Em sede, novembro, perguntámos qual era a decisão em relação às verbas que estavam afetas à escola de Fajões, porquê? Porque entendemos que não devem ser os impostos dos oliveirenses a financiar aquilo que os impostos portugueses devem financiar. Da mesma forma que o Estado não nos ajuda, não requalifica as nossas escolas e não requalifica as nossas estradas, nós também não devemos substituir-nos ao Estado em relação àquilo que são as suas obrigações. Nós temos muito onde gastar o orçamento municipal, e seria na nossa opinião, absolutamente irresponsável. Em relação à intervenção, eu queria dizer que isto não é nenhum “tiro na culatra”, não é nenhuma novela e que a Escola de Fajões não foi colocada ao desprezo. Enfim, seguramente o concelho não anda para a frente, e não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, quando nós gastamos os impostos dos oliveirenses em substituição daquilo que devem ser os impostos dos portugueses. Portanto, resumidamente, aquilo que fizemos, foi trabalhar independentemente da decisão do Ministério da Educação, para que não perdêssemos um cêntimo daquelas verbas, que eram de pleno direito do Município de Oliveira de Azeméis. Não vou aqui questionar o mérito da decisão de afetar 3 milhões de euros de verbas de PDCT para a requalificação de duas escolas, em vez de requalificarmos um conjunto vastíssimo de outros equipamentos. Porquê? Porque estas duas escolas são da responsabilidade do Ministério da Educação, e o tal programa “Aproximar Educação” de que falou, diz exatamente isso. Diz especificamente, que aquelas escolas só passam a integrar o património escolar do Município depois de integralmente requalificadas. Essa é uma das condições que surge no programa “Aproximar Educação”. Nós admitimos que aceitamos uma requalificação de 1,5 milhões de euros, e

depois assumimos mais 3 milhões de euros, bem essa é uma decisão de gestão de alguém que legitimamente a tomou, não é uma decisão de gestão que se enquadre naquilo que é a estratégia de gestão deste executivo. Não se trata, de forma nenhuma, de desprezar a população de Fajões, não se trata de jogadas políticas, nem de cores partidárias. A explicação para o facto de ter sido escolhida a Escola Ferreira da Silva, em Cucujães, que até tem menos necessidades de intervenção que a Escola de Fajões – reconhecamos, foi porque o processo estava muito mais adiantado, porque não tinha problemas de amianto, porque permitia a requalificação integral da escola e não a requalificação parcial. Deixe-me só dizer-lhe, para terminar, e agradecendo, naturalmente, essa chamada de atenção e preocupação em relação à Escola de Fajões, que conforme a Senhora Secretária de Estado disse (nós não vamos desistir da requalificação desta escola, vamos trabalhar para uma requalificação integral e não parcial) que no quadro de reprogramação de verbas agora aprovado temos 366 milhões de euros disponíveis para investimentos em escolas e equipamentos sociais, que a Escola de Fajões estará nas prioridades de intervenções do Ministério da Educação. É nisso que estamos a trabalhar, é para isso que nós estamos a despender as nossas energias, porque obviamente não queremos uma escola naquelas condições. Eu tive oportunidade de visitar muito recentemente a escola, tive oportunidade de conversar demoradamente com o Senhor Diretor do Agrupamento sobre as intervenções que são necessárias fazer nesta escola, e sobre o estado atual desta escola. Ambos concordamos que esta escola tem condições altamente deficitárias, que não oferece as condições ideais de aprendizagem para as nossas crianças. Para quem anda seriamente nestas coisas, isto é uma preocupação permanente, diária, e enquanto não a resolvermos, é evidente que não estaremos descansados. Agora, é bom que percebamos que não se vai perder um cêntimo de verbas que estavam inscritas para a Escola de Fajões no tal PDCT. A Escola de Fajões não tem nenhum tipo de contemplação orçamental, isso não é verdade. No orçamento de 2019, nós temos 1,5 milhão de euros para beneficiação de escolas do 2º, 3º Ciclos e do Ensino Secundário, aliás no Quadro de Reprogramação que venha a ser feito não é possível “esvaziar” a verba da Escola de Fajões, nem é desejável. Eventualmente aquilo que acontecerá e se for aceite a reprogramação, é que ficará dinheiro para imediatamente se começar com um novo projeto que preveja a retirada do amianto e também a sua requalificação integral.

=====
 ===== **Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

=====
 ===== “Muito obrigada, Senhor Presidente. Não havendo mais inscrições nesta primeira parte de intervenção do público. A intervenção do Senhor Jorge Paiva teve a duração de 7 minutos e 42 segundos.” =====

=====
 ===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

=====
 ===== **Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

=====
 ===== “Gostaria de vos informar que estamos a iniciar o segundo ano do mandato e desta forma, gostava de vos transmitir uma suma do relatório das atividades da Assembleia Municipal. Pedia aos serviços que projetassem o quadro com a informação:

<i>Sessões da Assembleia Municipal</i>	<i>Ano</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>
	<i>Ordinárias</i>	<i>2</i>	<i>5</i>
	<i>Extraordinárias</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
	<i>Temáticas</i>	<i>0</i>	<i>3</i>
<i>Propostas de deliberação por dois terços</i>		<i>4</i>	
<i>Intervenções do público</i>		<i>17 (sendo 5, com apresentação de sugestões)</i>	
<i>Participação/presenças em eventos (2º Encontro Nacional das Assembleias Municipais; comemorações, exposições, apresentações de livros, inaugurações, entre outras)</i>		<i>10</i>	<i>34</i>
<i>Comunicações/divulgações aos membros da Assembleia Municipal (propostas de lei apresentadas pelos partidos; seminários, congressos, temas da “Revista das Assembleias Municipais”, entre outras)</i>			<i>80</i>

*Isto é apenas uma súmula das atividades, para além das alterações que já têm vindo a ser anunciadas. Depois far-vos-ei chegar um documento um pouco mais elaborado, cuja ideia devo dizer, que surgiu à última da hora, por isso não incluí isto nos vossos documentos. Mas irei enviar-vos. Esta Assembleia iniciou-se com a projeção de algumas das obras musicais da Banda Filarmónica de Cucujães, quero desde já agradecer a participação e autorização para a sua reprodução. Por fim, quero informar que hoje se celebra o 112º aniversário de António Gedeão que dizia: “ o homem individualmente por muito bom que seja, não consegue fazer nada sozinho.” Passava a palavra à Senhora Segunda Secretária - **Maria Isabel Santos Barbosa** que nos vai ler um poema para marcar o seu aniversário.”*

=====

===== “Acredito que se há alguma coisa que nos une, decerto é a poesia, e que a este respeito não teremos qualquer tipo de contenda. “Viagem. Aparelhei o barco da ilusão/ E reforcei a fé de marinheiro./ Era longe o meu sonho, e traiçoeiro/ O mar.../ (Só nos é concedida/ esta vida/ que temos;/ E é nela que é preciso/ Procurar/ O velho paraíso/ Que perdemos)./ Prestes, larguei a vela/ E disse adeus ao cais, à paz tolhida./ Desmedida,/ A revolta imensidão/ Transforma dia a dia a embarcação/ Numa errante e alada sepultura.../ Mas corto as ondas sem desanimar./ Em qualquer aventura,/ O que importante é partir, não é chegar.””

=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com a sua intervenção: =====

===== “Muito bem. Depois de embalados com este ambiente de poesia, vamos então passar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”.” =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Fajões – Óscar Teixeira**. =====

===== “Os meus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara e Vereadores; Caros Membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis; Caro Público e Oliveirenses que nos seguem em casa. Eu como presidente de Junta, fico extremamente triste com a forma como tem sido encarado este problema da Escola Básica e Secundária de Fajões. Estou cansado, e severamente desapontado com o ruído e constante desinformação que tem sido prestada. Politizando, mesmo, um problema que não deve ser politizado. Um problema que envolve crianças, professores, funcionários, enfim, toda uma comunidade escolar. Um problema deste nível e com todo o respeito que tenho por esta comunidade, devo dizer e pedir que parem de politizar um problema que tem de ser resolvido e acredito que será. Por isso, peço ao Senhor Presidente que esclareça profundamente o que tem sido feito pelos vários órgãos e o que tem sido trabalhado em conjunto para resolver definitivamente o problema da Escola de Fajões. Se querem atacar a Junta de Freguesia de Fajões, se querem atacar a Câmara Municipal escolham temas locais para o fazerem. Porque isto, é um problema de todos e não só da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia, mais precisamente no que me diz respeito, mesmo não tendo essa responsabilidade como foi aqui transmitida ainda hoje tenta fazer, pelos seus meios, chegar a sua opinião relativamente ao que se está a passar com a Escola de Fajões, nomeadamente, fez chegar a sua opinião ao Ministério de Educação. Portanto, não acusem a Junta de Freguesia de Fajões de nada fazer ou de não querer a situação resolvida. Se alguém quer a situação resolvida, podem ter a certeza que é o Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e todos os Fajoenses, não excluindo ninguém. Volto a frisar o que disse, quando quiserem “ajudar” a Junta de Freguesia de Fajões façam-no relativamente a questões internas que temos para resolver e que não foram resolvidas no passado. Não vou aqui enunciar problemas diversos e que temos para resolver. Esses serão resolvidos em silêncio, sem andar a apontar erros do passado. Se pensam que a Escola de Fajões deveria ter o problema resolvido, talvez quando tiveram a oportunidade dos 3 milhões – não o dividissem pelas duas escolas se sabiam a realidade da Escola de Fajões. Talvez tivesse sido muito importante que esses 3 milhões fossem direcionados só à Escola Básica e Secundária de Fajões. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Deputada Helga Correia, do PSD**. =====

===== “Muito obrigada Senhora Presidente. Cumprimentar a Senhora Presidente e os Secretários da Mesa; Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação; Senhoras e Senhores

Deputados; público aqui presente e todos os que nos estão a ouvir em casa. Senhor Presidente permita-me que pegue também na questão da Escola de Fajões. Eu iria pegar nesta questão de forma diferente, mas depois de ver esclarecidas algumas questões iniciais, ao responder ao senhor Jorge Paiva, elemento do público, o Senhor Presidente esclareceu algumas questões. Mas há aqui algumas ainda para esclarecer. O Senhor Presidente da Junta de Fajões, também veio aqui com alguma emoção, porque compreendemos todos, e ainda bem, que a Escola de Fajões é uma preocupação de todos os Oliveirenses. Todos nós nos preocupamos com os alunos daquela escola, que têm bons resultados, como já foi aqui dito, como todos nós reconhecemos os bons resultados que se deve a um trabalho exaustivo dos alunos e de todos os professores que lecionam naquela escola. Mas, Senhor Presidente, existem aqui algumas questões que eu acho que devem ser esclarecidas para não existir aquele ruído que muitas vezes o Senhor Presidente, diz que não é bom para a resolução de alguns problemas. Senhor Presidente, disse aqui várias vezes que o Ministério da Educação tinha de entregar as duas escolas integralmente requalificadas pois estava no contrato do projeto “Aproximar Educação”, então Senhor Presidente, porque é que foi o Município a elaborar o projeto e a desenvolver os procedimentos concursais relativamente à Escola de Cucujães? Penso que importa aqui esclarecer algumas contradições que têm existido da Escola de Fajões. Todos nós temos reconhecido, e bem, que isto é, e tem que ser, para andar. O Senhor Ministro Tiago Brandão Rodrigues como aqui foi dito, diz que estamos a trabalhar efetivamente para que a obra seja uma realidade; a Senhora Secretária de Estado diz que a autarquia entende que esta intervenção teria que passar por uma intervenção de fundo, e muito bem, não está isso em questão, mas Senhor Presidente, eu acho que importa esclarecer todos aqui presentes, e os que nos estão a ouvir em casa, e sobretudo, a Comunidade Escolar, o Conselho Geral, o Presidente do Agrupamento de Escolas, os pais, os alunos. Efetivamente depois de toda a reprogramação quando é que vamos ter a Escola de Fajões requalificada? Eu acho que no fundo, aquilo que nos importa aqui esclarecer, é: Se não há uma data definitiva porque não a pode dar, há uma data previsível para que as pessoas consigam programar também, os pais que querem inscrever os filhos não este ano porque os alunos já estão inscritos, mas nos próximos anos para não perdermos alunos que essa é uma preocupação também de todos. Um segundo tema, Senhor Presidente, relativamente à Linha de Vale do Vouga. Esta assinalou ontem, no Município de Terras de Santa Maria (o Senhor Presidente esteve presente e eu também estive), os 110 anos da Linha de Vale do Vouga. Este aniversário ficou marcado, na minha perspetiva enquanto presente, a Senhora Vereadora Inês Lamego que também esteve presente, bem como a Dra. Carla Rodrigues, e é importante também avivar a memória, ficou marcado por um conjunto de intenções, mais estudos que vão ter que ser realizados, pelo menos foi o que o Senhor Vice Presidente das Infraestruturas de Portugal falou. Senhor Presidente, todos nós sabemos, eu acho que é público, pelo menos nos jornais já foi anunciado várias vezes, que a Área Metropolitana do Porto está a efetuar o estudo sobre a viabilidade da linha. O Senhor Presidente enquanto Presidente da Associação de Terras de Santa Maria e

Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis tem acompanhado ainda mais de perto todas estas questões. Todos nós sabemos da importância da requalificação de uma linha com 110 anos que tem tido apenas pontuais requalificações e o encerramento de algumas passagens de nível, a colocação de sinalização de paragem, temos apeadeiros a necessitar de serem requalificados, uma série de coisas que todos nós sabemos. Agora aqui uma questão que eu acho que é importante esclarecer, que é: sendo, ou estando a ser feito este estudo, está a ser acautelado eventualmente a questão de redefinição de apeadeiros, neste caso, no trajeto de Oliveira de Azeméis. Porque, se há 110 anos, quando a linha foi programada os apeadeiros em questão faziam sentido naqueles aglomerados populacionais, 110 anos depois a cidade e as freguesias cresceram de forma diferente para outras localizações. Temos áreas industriais por onde a linha passa e a questão que se coloca, é se este estudo em concreto, se o Município de Oliveira de Azeméis está atento a essa questão e se alertou a entidade que está a fazer o estudo no sentido de ver a possibilidade, ou se faz sentido a redefinição de alguns apeadeiros. E questiono isto porquê Senhor Presidente? Porque como todos nós sabemos Oliveira de Azeméis neste momento enfrenta um grave problema no que diz respeito ao estacionamento da zona industrial. O Senhor Presidente na Assembleia Municipal, se não estou em erro, do dia 28 de abril eu falei nessa questão e o Senhor Presidente disse que estavam a efetuar um estudo junto de alguns proprietários de terrenos no sentido de criarem bolsas de estacionamento na zona industrial. Gostaria de saber em que ponto é que está esse estudo e como é que está a ser desenvolvido esse processo. Mas não sei, isto é uma reflexão, posso estar errada, não sei se a requalificação da linha do Vouga limitando a questão do tempo de deslocação como está previsto de uma hora de Oliveira de Azeméis ao Porto, se não faria sentido também pensarmos nesta redefinição de apeadeiros no sentido de até colocarmos um na área da zona industrial fazendo com que alguns dos trabalhadores que são de outros concelhos consigam chegar a Oliveira de Azeméis sem precisarem de usar a sua viatura própria. Nesse sentido ver esclarecido se realmente está a ser acautelada essa questão. Muito obrigada.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====*

===== “Obrigada Senhora Presidente. Bom dia a todos, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. Uma palavra prévia para dizer que de facto, há coisas que vão mudando e que estão a mudar, e portanto, muito apreciamos a informação que nos deu sobre a atividade da Assembleia Municipal no último ano. Reconhecemos, efetivamente, que este era um órgão que não era muito bem tratado no passado, e que claramente ganhou dignidade neste primeiro ano de mandato. Dizer-vos também que aprecio com muita tranquilidade e com muita satisfação a alteração no tom que vimos falando de alguns assuntos, sobretudo este da Escola de Fajões. Senhora deputada, agradeço as questões que colocou ao Senhor Presidente de Câmara e sobretudo, a mudança de postura depois de num último ano e muitas vezes com informação claramente errada e de muito ruído sobre um processo como disse o Senhor Presidente de Junta, é um processo de responsabilidade nacional, mas com impacto local. Felizmente Senhor

Presidente, podemos hoje com mais tranquilidade pedir para o ouvir, para que esclareça e que acreditem nas explicações do Senhor Presidente da Câmara porque nos tem merecido até hoje todo o crédito. Esta é a boa política que queremos fazer, também sobre este assunto. Como temos dito, repetidamente, a única forma de ultrapassarmos um conjunto de atrasos, de perda de dinamismo e centralidade regional, de resolvermos problemas sobre os quais já nem devíamos hoje pensar - é hoje mais do que nunca um esforço de todos. E todos, significa o executivo municipal integralmente, todos os colaboradores da autarquia num esforço acrescido, os diferentes partidos num ambiente de mais exigência, as associações, as empresas e o cidadão comum. Será este espírito comum e agregador que nos pode, como comunidade, levar a construir o concelho que gostaríamos de ter. O concelho que no último ano parece ter mais problemas e necessidades do que nunca, que parece agora ter ainda mais urgências e que começa cada vez mais a perceber as consequências das opções dos últimos anos. É de facto mau de mais o que aqui se passou, e ao contrário do que erradamente dizem alguns, não é um ano perdido, são muitos anos perdidos. A única coisa que parece não se ter perdido, foi a limitação e a incapacidade de alguns o perceberem. Também ninguém esperava, mas adiante. Minhas senhoras e meus senhores: dissemos no início deste mandato, e dissemos claramente, o concelho que herdamos é aquele sobre o qual refletimos nos últimos anos enquanto oposição, e por isso mesmo, não deixaremos de continuar a falar nos problemas e na forma de os resolver e ultrapassar. Sobre os problemas, parece que finalmente estamos todos de acordo, sobre as responsabilidades, a fazer fé em alguns, são certamente do Partido Socialista que está há um ano a gerir o Município. Há coisas que de facto não mudam. A culpa será sempre dos outros. A nós é este esforço de trabalho para resolver os problemas do Município que realmente nos ocupa e nos move. Neste sentido, devo partilhar com todos, o esforço que o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis tem vindo a fazer, e para o qual conta, naturalmente, com o apoio de todos. Não temos dúvida que assim será. O concelho de Oliveira de Azeméis tem hoje uma taxa de cobertura de rede de água e saneamento que nos coloca nos piores concelhos do país. É de facto, mau de mais. Pior do que isso, que afeta diretamente a qualidade de vida dos nossos municípios, que exige mais esforços às nossas empresas e diminuiu a nossa capacidade de atração de investimento. Repare-se, por exemplo, que a mais recente zona industrial – Ul/Loureiro – não tem este tipo de infraestruturas que hoje a qualquer investidor parece o que realmente são, básicas. O próximo Orçamento Municipal tem, em muitos anos, uma verba substancial para esta necessidade. Substancialmente muito no que é o esforço municipal, substancialmente pouco no que é o enorme investimento que ainda temos para fazer e atingir pelo menos a média nacional. Sempre o dissemos. Os fundos comunitários, à custa do investimento municipal teremos muitos anos pela frente e poderemos bem-estar a falar deste assunto daqui a 16 ou 20 anos. Nesta matéria, ainda mais do que noutras, é mesmo tudo mau de mais. Contudo, não podemos deixar de o fazer, mas temos que procurar alternativas. No que é a sua ação política e o trabalho muitas vezes silencioso e reservado, o Partido Socialista tem-no feito. Os órgãos nacionais lançaram um desafio aos militantes e às estruturas locais

para pensar ideias. “Cem ideias para a minha terra” é o nome da iniciativa. As propostas dos diferentes concelhos serão debatidas e selecionadas nos órgãos distritais. Daí as dez propostas selecionadas serão debatidas nas regiões, no conjunto das federações. As selecionadas serão discutidas nos órgãos nacionais. Das centenas de propostas ficarão, no final, apenas algumas. Foi este o percurso que iniciamos, ao propor uma solução para o problemas da rede de água e saneamento procurando transformar o nosso problema local num problema de solução nacional. Há vários municípios pelo país fora que se debatem com este problema, nós somos de facto um dos piores, mas outros precisam também de aumentar as suas redes. As razões justificam nos diferentes municípios, nesta fase, pouco importantes. O que é comum a todos, é a inexistência de quadros comunitários dedicados e a dificuldade de o fazer com recursos municipais num espaço curto de tempo. Resta-nos uma solução, poder fazê-lo com o apoio do Estado e do seu Orçamento. Se noutras matérias há responsabilidades claras do Estado, como por exemplo, a Escola de Fajões, há outras matérias que sendo da responsabilidade das autarquias sabemos hoje muito mais difíceis de concretizar sem o apoio do Estado Central. Por isso mesmo, iniciamos o esforço de fazer aprovar uma proposta que mostra que apesar de hoje estarmos preocupados com uma mobilidade de 2.0, indústria de 4.0, economia 3.0, a sociedade 5.0, não podemos esquecer as necessidade 1.0. As redes de água e saneamento, por mais que nos custe dizê-lo, no final da segunda década do Séc. XXI, são necessidades 1.0 por resolver. Num país que deve crescer sustentadamente nunca o podemos esquecer. Não vivemos numa ilha e ainda que seja responsabilidade do Município, é um problema regional e no seu todo é um problema nacional. Apresentamos por isso uma proposta de afetação de verbas do Orçamento de Estado para apoiar os municípios neste esforço, e poderemos atingir, todos, o que é hoje a média nacional até 2023. Somos uma das propostas distritais selecionadas. Faremos todos os esforços para sermos uma das propostas regionais, e no final, uma das propostas nacionais a inscrever no próximo programa do governo, e esperamos, nos próximos orçamentos de Estado. Este é o trabalho político que queremos fazer e que fazemos. É este o trabalho político que pedimos a todos: preocuparmo-nos realmente em atacar os problemas. Não arripiaremos caminho. Muito Obrigado.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Ilídio Godinho, do PSD. =====

===== “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente do Município, e na sua pessoa, Excelentíssimos considerem-se todos cumprimentados. O assunto que venho expor a esta Assembleia é o estacionamento na Rua Francisco Abreu e Sousa. Como é de conhecimento geral, as autoridades locais andam a multar os munícipes que estacionam naquela via.- Gostávamos que nos fosse explicado o motivo de tal ato. Uma vez que não prejudica só os moradores daquela rua, como os utentes que se deslocam às várias instituições ali presentes, como a Cerciaz onde os utentes pagam para utilizar a piscina ou a lavandaria, sendo uma fonte de receita para a instituição, bem como a clinica ali existente, ou o edifício de hemodiálise. Ainda, quem se desloca a casa de

familiares ou amigos vê-se privado de estacionar. Sendo assim, prejudicam-se um conjunto de munícipes que são multados sem saber porquê. É lamentável que à entrada da clinica haja, inclusive, um aviso e passo a citar “não estacionar na via porque a GNR anda a multar”. Multas porquê e como? Sendo eu um leigo nesta matéria, andei a pesquisar e o Código da Estrada na subsecção 6 do art.º 49º ‘proibição de paragens e estacionamento’, e considerando esta rua dentro da localidade, porque o é, não vislumbro no seu n.º 1 e em todas as suas aléas, onde se encaixa a proibição de estacionamento na Rua Francisco Abreu e Sousa. Também sobre o artigo 50º não consigo descortinar qualquer infração que justifique a atitude das autoridades. O artigo 48º no seu n.º 4 diz, e passo a citar “dentro das localidades, a paragem e o estacionamento devem fazer-se nos locais a ele especialmente destinados a esse efeito e pela forma indicada ou na faixa de rodagem, o mais próximo possível do respetivo limite direito, paralelamente a este e no sentido da marcha”. Será que é por aqui que as autoridades querem pegar? Como se pode constatar a aplicação desta medida é impraticável por parte dos municípios, onde não se poderia estacionar praticamente em lado nenhum, mesmo assim, e a pensar que nesta medida, há uma série de contradições que deitam por terra a pretensão das autoridades. Primeiro: o artigo 49º e 50º, quanto às proibições, o Código da Estrada, já não se prenuncia sobre se atua ou não em relação ao art.º 48º, portanto, quase que anula este artigo. Segundo: existe um local de estacionamento autorizado frente à GNR para três ou quatro lugares o que entendo ser manifestamente pouco para uma rua tão extensa. Terceiro: ao querer aplicar esta medida, ela era aplicada no sentido ascendente, mas já não era aplicada no sentido descendente por já não haver local próprio. Quarto: há ainda outra contradição. À entrada da rua, onde começa a faixa separadora central, à saída do parque, existe um sinal c15 com painel adicional exceto a moradores. Sendo assim, o estacionamento não é proibido mas sim condicionado ou restringido. Então, nessa via é permitido estacionar da saída do parque até à rotunda do Centro de Saúde, depois permite três ou quatro lugares frente à GNR, daí até à rotunda da Ferreira já é proibido. Isto no sentido ascendente, repito, no sentido descendente é proibido em toda a sua extensão. Mais, passando a rotunda da Ferreira até à rotunda dos Caulinos em Bustelo, volta a ser permitido estacionar, porque os moradores daquela zona nunca foram multados, o que me surpreende. Não é possível entender o comportamento das autoridades, até porque já foi provado uma série de contradições e penso mesmo haver um excesso de zelo da sua parte, para não dizer outra coisa. Também não chega dizer, quando os munícipes forem multados, que recorram. Todos nós sabemos que não é assim. É mais fácil aos munícipes pagarem os 30€ do que se andarem a incomodar com problemas eminentes. Compete assim, ao Município, defender os seus munícipes e nesta casa temos o dever de agir em conformidade com o interesse e o bem-estar dos utentes. Não podemos mudar o Código da Estrada, mas a postura de trânsito de cada concelho é aprovada ou não, nesta Assembleia. Sugiro que se reúna com as entidades e ver quais são os seus argumentos. Se forem plausíveis temos que lhes dar a razão, mas como não acredito, e a continuar a atuar desta forma, temos talvez que recorrer ao Senhor Comandante Distrital de

Aveiro, Senhor Coronel Couto ou mesmo até aos técnicos do IMT para uma deslocação ao local e assim dar um parecer sobre os pressupostos do Código da Estrada. Muito obrigado.” =
===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. ==*
===== *“Começando por dar resposta ao Senhor **Presidente da Junta de Fajões** – Senhor **Óscar Teixeira**: Eu julgo que já expliquei detalhadamente aquilo que é a posição da autarquia em relação à Escola de Fajões. Naturalmente que também não defendo a politização deste assunto. Não me agrada a introdução de ruído no assunto, e quero que o assunto seja discutido com toda a seriedade e elevação, portanto, é para aí que estou orientado e é nessa perspetiva apenas, que eu estou disponível para discutir este assunto sempre que for necessário. Eu já expliquei o que é que vai acontecer, já expliquei que uma das possibilidades era o que estava em cima da mesa, uma preocupação manifestada por todos sobre o que é que aconteceria à verba restante sobrança da Escola de Fajões. Já expliquei aqui porque é que foi escolhida a escola Ferreira da Silva. Aquilo que nós, respondendo à sua questão, estamos e vamos fazer: estamos a concentrar-nos na solução do problema. É isso que nós queremos fazer. Dialogamos com quem tínhamos de dialogar, apresentamos as soluções que tínhamos que apresentar e neste momento a nossa ação vai passar por desenvolver um projeto para a requalificação da Escola de Fajões conforme já disse e que preveja a requalificação integral da escola. Temos que perceber, embora as escolas não sejam iguais, que a Escola Ferreira da Silva não é igual à Escola de Fajões, mas são tipologias muito parecidas. Nós com 1,8 milhões de euros temos a requalificação da Ferreira da Silva em Cucujães, com perto de 2 milhões de euros temos a requalificação de um bloco na Escola de Fajões e com essa requalificação mantemos os restantes blocos em condições degradadas, o pavilhão com infiltrações, o refeitório com infiltrações. Portanto, o projeto que nós vamos fazer, é um projeto que permita com verbas semelhantes àquelas que vão ser investidas em Cucujães, ou se a Escola de Fajões exigir algum tipo ampliação (convenhamos que isso é possível) em algum dos seus blocos, temos verbas muito parecidas para requalificar integralmente a escola, porque é isso que desejamos. Como disse a Senhora Deputada, esta escola tem a particularidade, e obviamente que eu não distingo alunos, nem professores, nem pais, nem auxiliares – todos merecem igual respeito – mas esta escola tem a particularidade de ser a melhor escola do concelho em termos de notas que apresenta, e no ranking distrital é a 4ª escola. Uma escola mesmo com condições deficientes, tem tido resultados extraordinários, digamos que mereciam ver premiados esses resultados. Era isso que nós desejávamos, é evidente e fácil de perceber para todos, que se o Ministério da Educação se tivesse disponibilizado para investir o milhão de euros que falta (1,2 milhões de euros), as escolas estariam neste momento em vias de serem requalificadas. Essa foi a primeira reivindicação que nós apresentamos ao Ministério da Educação. Foi “meus caros, o dinheiro que estava previsto é claramente insuficiente, e nós para recebermos estas duas escolas precisamos de mais 1,5 milhão de euros. Os senhores disponibilizam este dinheiro e até eventualmente podemos comprometer-nos, procurando a autarquia endividar-se*

*para fazer esta requalificação, mas este dinheiro depois pode surgir mais tarde num quadro de afetação de recursos ao nosso parque escola?”. Apresentamos um conjunto de propostas e de soluções e uma proposta no sentido de caso não fosse possível, ao Ministério da Educação fazer este esforço, garantir que esta verba não sairia do nosso concelho e para isso é preciso fazer a reprogramação desta verba e reafectá-la às escolas do nosso concelho e algumas escolas do Agrupamento da Escola de Fajões – é isso que vai acontecer. Vamos fazê-lo em colaboração com o Senhor Presidente de Junta e com todos os membros do executivo, porque não tenho rigorosamente nenhuma dúvida que todas estas intervenções (a intervenção que tivemos aqui no período do público, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, a intervenção da Deputada Helga Correia) convergem para a necessidade urgente de requalificar aquela escola e todos nós partilhamos dessa preocupação. Tivemos um excelente sinal, tivemos oportunidade de ouvir que por parte da tutela que está sinalizada essa preocupação e existe vontade de requalificar essa escola. No quadro da reprogramação de verbas que foi recentemente aprovada pela Comissão Europeia – 2020 – temos um conjunto de recursos que não são substanciais e quando estamos a falar de um pouco mais de 360 milhões de euros para o conjunto de escolas e equipamentos sociais do país, obviamente que não é muito dinheiro, as necessidades são enormes. Aquilo que nós esperamos é que dadas as condições daquela escola exista a possibilidade de afetarmos uma verba que permita a sua requalificação integral com um projeto, como já disse, que vamos imediatamente começar a desenvolver. Também queria aqui sublinhar o seguinte, um sinal, que nós vamos ter oportunidade de verificar quando discutirmos o Orçamento, o investimento nas escolas é o maior investimento que fazemos no concelho a nível de verbas municipais (aproximadamente 3,4 milhões de euros). A Senhora Deputada **Helga Correia**, referiu aqui porque é que foi o município a elaborar o projeto para a Ferreira da Silva e Fajões, sinceramente não sei porquê. Essa foi uma responsabilidade do meu antecessor. Quando vamos ter a Escola de Fajões requalificada? A resposta que eu tenho para lhe dar, é que eu gostaria que fosse o mais rápido possível, como é evidente. Em relação à questão da Linha do Vale do Vouga: estivemos ontem efetivamente num programa de comemorações que ainda perdura por mais dois dias e que assinalam os 110 anos da linha. Estamos a criar um conjunto de apontamentos que permitam que a via seja, ou entre na agenda da discussão política dos investimentos na ferrovia. Por isso, temos previsto para o próximo ano um conjunto de iniciativas que vão ser realizadas nos municípios que são servidos por esta infraestrutura ferroviária. Na Linha do Vale do Vouga há muitos anos que têm sido feitos inúmeros estudos, toda a gente reconhece que o nosso sistema de mobilidade está assente basicamente no transporte rodoviário e individual, não temos meios eficazes, rápidos que nos coloquem no coração da Área Metropolitana do Porto. Portanto, esta resposta de mobilidade é absolutamente fundamental para uma região que apresenta esta realidade económica e social, e que foi lá amplamente referenciada pelos vários intervenientes. Estamos a falar de uma região que é um contribuinte ativo para aquilo que é a riqueza que é produzida pelo país. Nós encomendamos um estudo à*

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ao Instituto da Construção. Esse estudo embora tenha sido encomendado pela Área Metropolitana do Porto, é suportado financeiramente pelos quatro municípios que são servidos pela Linha do Vale do Vouga, e esse estudo permite definir um conjunto de cenários de investimento. Basicamente os cenários que estão a ser estudados e foram apresentados ao Senhor Secretário de Estado, são: um prevê um investimento de 95 milhões de euros, apenas para o transporte de passageiros, outro prevê 165 milhões para o transporte de passageiros e o transporte de mercadorias. Nós não queremos uma solução que demora uma hora a chegar ao Porto – uma hora demora agora. Tivemos ali uma curiosidade que foi um investimento de 24 milhões de euros, apresentado pelas Infraestruturas de Portugal, que basicamente corresponde à supressão de um conjunto de passagens de nível, a automatização de todas as passagens de nível neste troço - Oliveira de Azeméis/Espinho, mas também no troço a sul. Não estamos neste momento 100% seguros de que a alteração da bitola, é uma solução. Temos várias opções, sendo que uma delas nos permite manter a bitola e ter respostas interessantes que estão a funcionar em muitos países. Mas estamos empenhados em sensibilizar a tutela para a importância desta linha de caminho-de-ferro, para a importância que esta resposta de mobilidade tem para toda a região. Tivemos todos a oportunidade de ouvir algumas palavras encorajadoras nesse sentido, inclusive do Senhor Secretário de Estado, que faz todo o sentido requalificar aquela ferrovia. O estudo que está a ser feito é um estudo diferente. Nós temos um estudo de requalificação/investimento, o que está a ser feito pela IFP é um estudo de procura. Eles pretendem saber se a procura justifica o investimento. Nós achamos que a procura justifica o investimento, porque tivemos a oportunidade de identificar que havia alguma divergência entre os dados apresentados pela IFP e os dados apresentados pelo Senhor Presidente de Águeda – Jorge Almeida, que foi um dos oradores convidados. Aqui percebemos que há um conjunto de coisas que é preciso afinar, que é necessário estudar sem que permitamos que informações, dados, estudos, naturalmente sendo desenvolvidos com base na realidade atual, conduzirão a números que obviamente não são números que correspondam àquilo que são os números da procura. Se tivermos uma frequência diferente, se tivermos material circulante com qualidade, se tivermos horários adequados ao fluxo das pessoas, a procura será maior. Estaremos atentos a isso, não permitiremos naturalmente que esse estudo de procura, independentemente do seu resultado, seja inibidor do investimento que nós queremos que exista. Em relação à questão que colocou dos apeadeiros e estações: a IFP obriga à separação entre aquilo que é a requalificação da via, o material, e tudo o que são obras que não têm a ver com a via nomeadamente os estacionamento, apeadeiros, estações, etc. Temos efetivamente apeadeiros que não têm utilidade, isso foi explicado, estão em sítios onde não entra nem sai ninguém, alguns deles eram respostas que foram criadas para a realidade de há 100 anos e portanto, têm que ser relocados e eventualmente outros terão que ser acrescentados. Esse trabalho está a ser feito e faz parte do nosso estudo que não só prevê os cenários de intervenção na requalificação da via, como prevê também, tudo aquilo que são sistemas intermodais que permitem criar

respostas a partir dos pontos de intermodalidade que queremos construir ao longo do trajeto. Muito sinceramente, aquilo que eu acho em relação à Linha do Vale do Vouga, é agora ou nunca. Ou vamos lá agora, ou nunca mais aquela linha vai ser requalificada e não sendo requalificada, das duas, uma, ou terá um destino como aconteceu com o eixo Águeda/Aveiro e passará a ser um troço mais turístico do que propriamente comercial e nessa perspetiva será, enfim, essa a resposta que nós poderemos dar. Ou então queremos que aquilo seja uma resposta de mobilidade, não queremos que aquilo seja um metro de superfície pois seria um erro para esta região. Não queremos um sistema de mobilidade que para de quilómetro a quilómetro. Queremos um sistema que pare nos centros destes concelhos que são servidos por esta linha ferroviária, e depois rapidamente estejamos nas cidades mais importantes da Área Metropolitana do Porto. O estudo está ser ultimado e será apresentado publicamente. Estamos a procurar agendar uma reunião e julgo que ela vai acontecer muito rapidamente com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Planeamento. Esperamos que no Plano Nacional de Investimentos e no Ferrovia 2030 estejam lá pelo menos 100 milhões de euros para que tenhamos a possibilidade de requalificar a via com este cenário que estamos aqui apresentar. Em relação ao estacionamento na zona industrial de Oliveira de Azeméis: estamos a trabalhar numa solução que vai procurar resolver parte do problema, vai procurar que algumas centenas de carros que hoje são estacionados na via pública possam estar num parque de estacionamento preparado para o efeito. Uma solução que acontecerá na zona industrial a curto prazo. Em relação à intervenção do Deputado **Bruno Aragão**: em primeiro lugar cabe-me a mim, embora agradeça esse reconhecimento, agradecer o crédito que esta Assembleia Municipal tem depositado no executivo camarário, e naturalmente, que queremos continuar a honrar aquilo que dizemos e os nossos compromissos. Aquilo que desejamos é que seja possível manter durante todo o mandato esse crédito que têm depositado em nós. Em relação à rede de água e saneamento, não há muito a dizer sobre isso. É um problema de grande seriedade, nunca o escondemos. Ele condiciona o nosso desenvolvimento, a nossa competitividade, a competitividade do nosso território. É um problema onde temos que aplicar todas as nossas forças. Temos neste Orçamento previstos perto de 2 milhões de euros de investimentos em água e saneamento, mas é evidente que isso é muito pouco e precisamos de um investimento substancial para que muito mais rapidamente tenhamos oportunidade de atenuar este problema. Naturalmente, podemos fazê-lo com orçamento municipal, mas demoraremos muito mais tempo. Poderemos fazê-lo com fundos comunitários, mas no ciclo da água, estes quadros comunitários de apoio, último e o próximo, não entendem/assumem que este é um problema por resolver. Infelizmente, eu julgo que nós apesar de termos tido quadros comunitários de apoio orientados para este tipo de problema, o que é um facto, são que temos municípios onde estes problemas subsistem com grande equidade. Temos ainda muitas ligações em zonas industriais por resolver, muitas escolas por requalificar, temos dificuldades ao nível das nossas respostas em termos de cuidados de saúde. Portanto os quadros comunitários de apoio têm que ser trabalhados no sentido de nós incluirmos verbas para a

resolução destes problemas. O país não se pode conformar, nem dizer que já existiram quadros que apoiavam este tipo de investimentos. O que é facto, é que os munícipes desses municípios não têm culpa que esses investimentos não tenham sido feitos e se nós defendemos a coesão do nosso território e de assimetrias, então temos que fazer investimentos objetivos para a resolução destes problemas que são básicos, mas estruturais. O Município de Oliveira de Azeméis, e este executivo camarário sente bem esse problema, e os constrangimentos que esse problema causa diariamente aos munícipes, aos empresários e investidores, porque condiciona. Não tenham dúvidas. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Ilídio Godinho**, Rua Francisco Abreu e Sousa: estamos a falar da rua junto à Cerciaz e à GNR. Porque é que foram multados? Eu não faço a menor ideia do porquê. Eu tive oportunidade de receber os moradores dessa rua, que indignados, vieram ter comigo dizendo que eu era o responsável por eles terem sido multados e tinha sido eu que tinha dito ao Senhor Comandante, como se por um lado, eu me disponibilizasse a fazer esse tipo de papel, e por outro lado, o Senhor Comandante fosse sensível eventualmente a instruções minhas no sentido de multar ou deixar de multar seja quem for. Cada um de nós sabe perfeitamente qual é o seu papel, qual é a sua função. E portanto, dentro do quadro de competências de cada um, respeitamo-nos institucionalmente e não nos imiscuímos nos assuntos que são da responsabilidade de cada um. Eu tive oportunidade de esclarecer, não tive nenhuma ação, desconhecia o problema, e sinceramente não faço a menor ideia porque é que a GNR multa, nem sei se quero. Ouvi a sua explicação em termos daquilo que está previsto no Código da Estrada, se a GNR tem ou não legitimidade para multar. Esse sinal que fala no início da rua se lá está deve ser retirado. Porque é errado que seja permitido estacionar. É evidente que eu percebo que me diga que nós não podemos desculparmo-nos dizendo que isso é uma tarefa exclusiva da GNR, portanto que somos indiferente às multas que a GNR aplica, mas efetivamente aquilo que importa perceber (e é difícil para as pessoas avançarem com processos judiciais para reclamar dessa injustiça – se é que o é), também compreenda que não é fácil para nós darmos instruções à GNR nesse sentido. O que eu posso fazer é perguntar ao Senhor Comandante do destacamento, se efetivamente pode ou não multar naquele lugar. Se aquilo que está a fazer tem cobertura legal, porque eu não quero crer, e porque essa é uma responsabilidade da jurisdição da GNR, esteja atuar indevidamente. Mas se for isso que está acontecer, eu disponibilizo-me para falar com o Senhor Comandante para rever a situação e para não autuar pessoas onde estão autorizadas a estacionar. Eu percebo que as pessoas precisem de estacionar, a rua não tem baia de estacionamento, é um facto, e não servem os moradores de toda aquela área. De qualquer maneira eu julgo que a solução não passa por criar lugares de estacionamento numa faixa de rodagem com duas vias. Porque isso seria criar ali algumas dificuldades e até criar problemas de insegurança. Julgo que as pessoas não querem os lugares de estacionamento para estarem ali indefinidamente, devem querer estacionar para aceder às suas casas, e quase de certeza absoluta por períodos limitados de tempo. Se for esse o caso, e se a lei o permitir que o façam, eu não vejo qualquer problema. É

evidente que sou sensível àquilo que são as necessidades dos nossos munícipes e disponibilizo-me para falar com o Senhor Comandante e saber porque é que as pessoas estão a ser multadas. Agora o importante é saber se a lei o permite, e se permitir eu não vou dizer para não o fazer. Julgo que respondi a tudo. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Deputado Nuno Jesus, do PS.*** =====

===== “Muito bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia e todos os oliveirenses que nos ouvem e vêm lá em casa. Há mais de um ano atrás, o Partido Socialista apresentou-se ao eleitorado, aos oliveirenses com um conjunto de compromissos para o mandato. Um ano volvido, depois de sufragado esse programa, e amplamente sufragados os oliveirenses confiaram em nós. Há pelo menos dois compromissos que estão já a ser cumpridos – o vale educação e o parque urbano. O parque urbano, foi iniciada a diligência com toda a tranquilidade, com todo o tempo que é necessário porque as coisas demoram o seu tempo. Começou com uma negociação, foi realizado o negócio com os proprietários de boa-fé com todas as partes, foi adquirido o terreno de valor económico e patrimonial inegável, único em largos anos em que não custou ao Município mais do que aquilo que na verdade vale. E não trouxe quaisquer problemas com a sua aquisição, foi aprovado nos órgãos próprios e já passou no crivo do Tribunal de Contas. Estamos agora na boa política e na boa gestão. Senhor Presidente: falando agora no futuro, partindo do princípio que todos devemos trabalhar nesse sentido, continuando sempre numa ótica de boa gestão, boa política e planeamento – gostaria que esclarecesse esta Assembleia e todos os oliveirenses, quais são os próximos passos e diligências seguintes, no sentido de termos esse equipamento o mais rápido possível ao serviço de todos os oliveirenses. Muito Obrigado.” ==

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Deputada Ana Filipa Pinho, do PSD.*** =====

===== “Cara Senhora Presidente da Assembleia Municipal e seus Secretários; Caro Senhor Presidente e seus Vereadores; Caros Deputados Municipais; Presidentes de Junta; Comunicação Social e Público presente. A Casa da Juventude, sempre foi muito ambicionada pelos jovens oliveirenses, desde há muitos anos que a Casa da Juventude é uma bandeira defendida pelos partidos concelhios. Tanto nas Assembleias Municipais, como nas diferentes campanhas autárquicas. Todos os quadrantes políticos do nosso concelho ambicionavam-na e continuam a ambicionar. Várias vezes vimos o Partido Socialista a reivindicar por este espaço, algo que hoje parece estar esquecido. Esta semana o Presidente da Câmara anunciou que o antigo Centro de Saúde vai albergar os serviços informáticos e contencioso da Câmara, o Centro de Línguas e a Loja Ponto Já. São estes serviços que irão lá estar e não há nenhuma nova resposta para a juventude. A Loja Ponto Já, não é nada de novo é apenas uma deslocalização de um serviço da Câmara Municipal que já existia, ainda, para mais quando referiu que a Loja Ponto Já vai ficar com a mesma dimensão da já existente. Assim, para já, da juventude já não é. Já não vai ser a “Sala da Juventude”. Será que vai ser apenas um edifício

de serviços centralizados da Câmara? Já agora, há um ano atrás, um dos seus compromissos eleitorais era o apoio ao empreendedorismo jovem, no entanto, não vislumbramos no vosso Orçamento qualquer verba de referência para as zonas industriais, o que não entendemos como é que irá fazer esse apoio aos jovens. Pode esclarecer-nos relativamente a este assunto? Obrigada.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado João Costa, do PS. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Permita-me que cumprimente todos os presentes na sua pessoa. O tema que trago hoje a esta Assembleia, é também o antigo Centro de Saúde. Passados oito anos volta a ser propriedade da Câmara Municipal e a estar ao serviço dos oliveirenses, em especial dos mais jovens. E por falar em jovens, é pena o tempo não voltar para trás, para aqueles 9 mil que entretanto saíram formalmente desta faixa etária e não puderam usufruir deste edifício no devido tempo. Atualmente o edifício volta a ser de todos nós. Posto isto, trata-se de mais uma resolução de um problema antigo, através de um acordo com a ARS Norte, absolutamente positivo para o Município de Oliveira de Azeméis, pois vamos pagar uma dívida através de um pagamento por espécie, nomeadamente através de investimento em centros de saúde do nosso concelho. Segundo as informações do Senhor Presidente da Câmara, o edifício camarário será rentabilizado através da transferências de serviços municipais, como já foi referido aqui hoje, como por exemplo a Loja Ponto Já, o Centro de Línguas que permitirão poupar ao Município cerca de 100 mil euros por ano em rendas. A estratégia deste executivo, de reduzir as despesas correntes de hoje para acautelar as despesas de capital, ou seja, o investimento do futuro é sem dúvida, o maior legado que os senhores deixam a todos nós. Hoje, inevitavelmente fala-se menos, e a prova disso é a redução de 189 mil euros em gastos de publicidade e faz-se mais, muito mais. Para terminar a minha intervenção, gostaria de questionar o Senhor Presidente para quando é que este serviço está previsto e para quando o início das requalificações neste espaço? Continuando com temas relevantes para a juventude, após inúmeras questões de estudantes universitários do nosso concelho, decidi questionar o executivo acerca da possibilidade da implementação de um sistema de bolsas para estudantes universitários, pois apesar da redução do teto máximo da propina anunciada por este Governo para o próximo ano, este é ainda um problema financeiro muito relevante para as famílias de classe média do nosso país, e que se veem obrigadas a recorrer a empréstimos para poder proporcionar uma formação superior aos seus filhos. No panorama distrital, 13 em 19 municípios, já possuem este tipo de apoio às famílias. Quando é que Oliveira de Azeméis sairá da lista negra dos seis municípios que não possuem qualquer tipo de apoio a estudantes universitários? Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Pais. =====

=====
 ===== “Antes de mais, cumprimentar a Vossa Excelência, a Mesa; o Executivo camarário, os meus colegas Membros da Assembleia Municipal e demais público aqui presente. Antes de começar a minha intervenção, gostava de saber quanto tempo tenho?” ==
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “O Senhor Deputado tem cinco minutos.” =====
 ===== O Senhor **Deputado Fernando Pais** retomou a sua intervenção. =====
 ===== “Bem, tenho cinco minutos, vou tentar cumprir. Relativamente ao Centro de Saúde, não era este o objeto da minha intervenção, mas ainda bem que o Senhor Deputado fez essa intervenção. Teve ontem a amabilidade de mandar uma mensagem no sentido de dizer aquilo que disse. Recordo apenas uma situação, na Assembleia de 14 de setembro ficou acordado que o Senhor Presidente da Câmara se comprometia em enviar/disponibilizar à Assembleia o comprovativo do registo de propriedade do Centro de Saúde e os autos de medição. Isto é mais uma interpelação à Mesa, no sentido de interpelar o Senhor Presidente da Câmara em disponibilizar essa documentação. Quanto ao Centro de Saúde, não há rigorosamente mais nada, o problema está resolvido. Quanto a nós, está bem resolvido para já. Vamos ver o que é que acontece posteriormente. Relativamente ao parque urbano, na intervenção do Nuno Jesus, e ainda bem que ele falou na questão do preço, porque eu já ouvia algum ruído na imprensa, que de facto o valor de aquisição já não seria 1 200.000,00€, que tinha sido aprovado em sede de Câmara Municipal, mas sim um valor de alguma forma bastante superior para a requalificação. Queria que o Senhor Presidente, na sequência da intervenção do Nuno Jesus esclarecesse cabalmente essa situação, nomeadamente quanto ao preço. Quanto à Escola de Fajões, eu ouvi com atenção aquilo que o Senhor Presidente da Junta disse, e devo-lhe dizer Senhor Presidente, que se há aqui alguma coisa que nos une, e há muita coisa que nos une certamente - é o engrandecimento da freguesia e a requalificação de uma obra tão importante e tão necessária como é a Escola de Fajões. Devo-lhe dizer que quando falou em politizar a coisa, não foi nunca meu objetivo, não sei se se estaria a referir a mim, porque eu não ouvi a intervenção do Senhor Jorge Paiva, mas nunca foi nossa intenção politizar a questão. A questão é simples, hoje eu não tenho rigorosamente dúvidas nenhuma sobre o posicionamento da Câmara Municipal relativamente à escola. Todos nós estamos absolutamente certos daquilo que a Câmara Municipal fez. E deixe-me dizer-lhe uma coisa Senhor Presidente da Junta, eu não tenho dúvidas que isto foi uma decisão política, porque uma decisão política surge nesta situação. O que a Câmara Municipal fez, a anterior Câmara Municipal, foi programar/pedir apoio comunitário ao abrigo do 2020 relativamente a duas escolas. E a essas duas escolas foram destinadas determinadas verbas que este Município entendeu, politicamente é claro, que deveria alocar uma verba substancial que estava destinada à Escola de Fajões para a Escola de Cucujães, com isso requalificando-a totalmente. Depois a Escola de Fajões ver-se-á submetida a novos programas comunitários. Essa é a questão base. Evidentemente que eu como Fajoense preferiria que aquilo que foi designado em apoio comunitário (que era uma 1.5 milhões de euros para cada escola) fosse

cumprido, e isso não é uma questão política, para mim é uma questão de bom senso. Evidentemente que eu também sou sensível às questões que se podem levantar, e que o Município entendeu, inicialmente até entendia que isto não era da responsabilidade do Município, e não é. Agora, nós temos que ver que esta questão afeta profundamente e decisivamente o funcionamento da Escola de Fajões. E 1.5 milhões davam quase para construir o novo bloco retirando contentores e possibilitando que os alunos e os professores ficassem com melhor qualidade, mas eu não quero eternizar esta questão. Quero-lhe dizer apenas que me sinto feliz por o Senhor ter intervindo, mas sinto-me um pouco triste por a sua intervenção ser mais emotiva que racional. Permita-me que lhe diga isso... evidentemente estava incomodado, notou-se claramente, mas o que nós temos que fazer é o que o PSD sempre disse, é que não concorda com essa distinção. Em segundo lugar, vamos agora, uma vez que é assim, vamos todos unir as mãos e permitir que em futuros quadros comunitários seja atribuído uma verba a Fajões que é sempre aleatória, futura e incerta. Isto nem sequer merece resposta do Município, porque sabemos a sua posição. Uma coisa que também quero dizer Senhor Presidente de Junta: isto não é só uma questão nacional, ou seja, a Junta de Freguesia também devia interpelar a Câmara no sentido de saber as razões de não alocar verbas que estão destinadas à escola, e depois alocá-las a outras situações. Mas eu não quero eternizar a questão, a discussão está ser construtiva, como diz o Bruno Aragão, nem quero impossibilitar isto. Vou agora passar muito rapidamente a duas situações: Estalagem São Miguel: Senhor Presidente, como é que está esta situação? É importante que o Senhor coloque isto na agenda política. Não me vou alongar muito sobre este assunto, já falamos, já debatemos e neste momento apesar do Senhor Vereador Helder Simões, inicialmente, pugnar por uma solução de requalificação e de concessão, há duas situações que neste momento se põem na Estalagem de São Miguel. Ou é a venda, ou é a concessão. Na altura, na Assembleia de abril deste preciso ano, o Senhor Presidente disse que ia ponderar as duas situações, que apesar de haver uma avaliação feita ao abrigo do Código das Expropriações no sentido de possibilitar a venda e a alienação a terceiros salvaguardando, obviamente, a finalidade daquele equipamento, eu gostaria de saber o que é que desde então se fez até cá. Se se fez aquele apelo à Sociedade Civil que o Senhor tinha dito. No fundo, é no sentido de chamar a atenção para esta situação. O outro ponto que eu também queria deixar de alguma forma vincado aqui, é a Cerciaz. Congratulamo-nos porque na última ou penúltima reunião de Câmara, creio que foi aprovada uma colaboração relativamente à atividade desportiva que é feita na Cerciaz. Mas o que é facto, é que aquele protocolo inicialmente, e alegadamente, foi denunciado com base numa eventual ilegalidade, nada disto foi distribuído. Portanto, Senhor Presidente, é no sentido de Vossa Excelência e o executivo camarário terem alguma atenção para com a instituição que tanto nos orgulha em Oliveira de Azeméis e nos presta um serviço social relevantíssimo. Muito obrigado.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao
Deputado João Costa, do PS. =====

=====*“Obrigado Senhora Presidente. Era só para fazer uma pequena interpelação, no sentido de defender a minha honra pessoal. Pois eu não forneci qualquer tipo de informação acerca da minha intervenção relativamente ao antigo Centro de Saúde. Era só para esclarecer esta intervenção do Senhor Deputado Fernando Pais. Obrigado.”*=====

=====*Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:*=====

=====*“Está esclarecido, afinal não houve nenhuma declaração prévia, e o Senhor Deputado Fernando Pais enganou-se no nome. Vamos prosseguir.”*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Fajões – Óscar Teixeira.***=====

=====*“Bom dia mais uma vez. Só em forma de esclarecimento, já não é a primeira vez que acontece, dizer o que devo ou o que tenho de fazer e eu não gosto muito disso. Relativamente, e esclarecendo que mais uma vez temos meias verdades, ao dizer que a Junta de Freguesia deveria interpelar esta situação com a Câmara Municipal. Claro que o temos feito variadíssimas vezes. Claro que indiretamente temos responsabilidade no assunto, nós assumimos os assuntos e encaramos os problemas. Já disse que as coisas estão encaminhadas, e acredito plenamente como tenho feito ao longo deste ano, como Presidente de Junta e no trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal. Continuo a ter a certeza de que o problema será resolvido na sua totalidade e não parcialmente ou à toa como se fez no passado. As coisas são para se resolver de fundo e não parcialmente. Temos trabalhado muito para que tudo se resolva.”*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.*====

=====*“Obrigada Senhora Presidente. Começando por responder às questões colocadas pelo Deputado **Nuno Jesus**: corrigir apenas uma pequena imprecisão. Nós não cumprimos apenas dois dos compromissos que tínhamos assumido. Já cumprimos três: o “Vale Educação”, a aquisição para o Parque Urbano e as transferências de capital para as Juntas de Freguesia. E está incluído no Orçamento de 2019 o cumprimento do quarto compromisso que é o apoio aos medicamentos para idosos mais carenciados. Em relação ao Parque Urbano, uma outra correção de uma imprecisão: este terreno não custou mais do que o que vale. Julgo que custou muito menos que o que vale, porque o valor que estava a ser pedido foi negociado, e o valor que nós conseguimos foi claramente diferente do valor que estava a ser pedido pela venda e para além disso, é um valor que vai ser pago em 60 meses. Tendo, obviamente, uma entrada inicial no valor de 290.000,00€. Esclarecer em relação ao custo: o custo é 1.250.000,00€. O valor correto é este, não há outro. Nós não temos, rigorosamente, nenhuma dúvida que a melhoria da qualidade dos oliveirenses e da atratividade da própria cidade passa pela criação de um conjunto de amplos espaços verdes onde as pessoas possam conviver e socializar, praticar desporto, onde se possam divertir, onde se possam relacionar. Nós queremos criar um concelho de relações, portanto este investimento é, absolutamente estruturante. Aquilo que percebemos foi que esta é uma resposta que existe em todos os*

concelhos vizinhos, em muitos dos concelhos pelo país, e nós não somos daqueles que acreditamos que quando os outros fazem, nós é que estamos certos e os outros errados. Queremos crer que o facto de muitos municípios terem sentido necessidade de criar nos seus territórios estas respostas e o facto de termos muitos municípios oliveirenses a procurarem estas respostas em concelhos vizinhos, são para nós dois motivos que bastariam para que optássemos pela construção desta resposta. Mas nós acrescentamos a isto a necessidade de criar no nosso concelho novas centralidades a partir das quais se polarizem desenvolvimentos estruturantes para a malha urbana. Não nos esqueçamos, se queremos ter um concelho forte, nós temos que ter uma cidade forte e temos de afirmar essa cidade constantemente através de um conjunto de investimentos que a qualifiquem e a tornem atrativa e competitiva. Este é um dos investimentos que na nossa opinião, naturalmente vai permitir fazê-lo. Os próximos passos são os normais nestas circunstâncias. É a elaboração de um projeto de intervenção, depois a discussão desse projeto. Enfim, queremos receber contributos para aquilo que devem ser as respostas que vamos incluir neste espaço, para o programa funcional que vamos desenvolver e depois encontrar os recursos financeiros que permitam o lançamento da obra a concurso e que permitam que façamos a intervenção que está prevista nesse projeto. Esperamos que esta resposta possa ser construída nos próximos anos e disponibilizada a toda a comunidade oliveirense. Em relação à intervenção da Senhora Deputada **Ana Filipa**, a Casa da Juventude/Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis. Quando eu falei de que íamos incluir um conjunto de respostas neste equipamento, também tive a preocupação de referir que estamos em processo de construção de um novo edifício dos Paços do Concelho. Isto para quê? Para que depois tenhamos a possibilidade de termos ali os serviços da autarquia o mais concentrados possível. A partir daí, disponibilizarmos a maioria deste espaço para uma resposta na área da juventude. O que não quer dizer que as respostas da juventude se tenham que resumir àquele espaço e não possamos criar outro tipo de apontamentos na cidade e no concelho que permitam criar políticas objetivas de apoio à juventude. A preocupação, muito honestamente, foi em alojar, sempre o dissemos, nós não utilizamos subterfúgios para dizer aquilo que queremos dizer; Entendemos que o problema das rendas pagas pelo Município (cerca de meio milhão de euros de rendas por ano), é um problema que temos de resolver. E se o conseguirmos num espaço, que já há muito tempo devia ser colocado ao serviço da comunidade oliveirense com este tipo de respostas que vamos implementar, há oito anos atrás, teríamos poupado 800 mil euros. Esses 800 mil euros teriam sido importantes, precisamente para aplicar em políticas de juventude. Aquilo que nós vamos fazer é criar um conjunto de respostas/serviços públicos, para substituir os que estão em más condições (alguns). Encontrarão ali melhores condições para desempenharem o seu trabalho e prestarem um serviço público de melhor qualidade e ao mesmo tempo desenvolvemos um projeto para o novo edifício dos Paços do Concelho, e poupamos dinheiro em rendas que são substanciais para a concretização de um conjunto de coisas que temos para fazer no nosso concelho. Eu tranquilizo-a, a juventude é uma preocupação nossa. É evidente, que aquele espaço não vai ser

*utilizado pela juventude, mas estamos atentos e preocupados, logo que seja possível dar mais área à juventude para que ela possa desenvolver ali um conjunto de projetos/iniciativas, naturalmente que o vamos fazer. Em relação ao empreendedorismo jovem, ele é absolutamente fundamental, mas não se decreta. Não podemos dizer que queremos que haja empreendedorismo a partir de agora. Temos que criar condições, temos que cultivar no nosso espírito e naquilo que são as nossas razões, os motivos pelos quais operamos, como a estratégia para a cultura da inovação. Isto aplica-se aos serviços públicos mas também à sociedade em geral. Temos que ter esta questão do empreendedorismo, temos que a analisar na dimensão em que deve ser analisada. Ele não se promove no nosso concelho apenas por ação da autarquia, promove-se pela ação de um conjunto de agentes, nos mais variados domínios – seja social, económico ou no ensino. Devem ser fomentadas práticas empreendedoras por todos estes agentes, e o Município também tem que ter essa preocupação. O Município fá-lo na interligação que tem com todos estes agentes. Obviamente que nós temos um conjunto de equipamentos que podem ser transformados em equipamentos onde possamos albergar respostas que fomentem a encubação de empresas, a atração de talento, de conhecimento para o nosso concelho. Esse é um caminho que estamos a procurar trilhar com os parceiros privilegiados que temos no nosso concelho, para dar esse tipo de respostas e que naturalmente são os nossos estabelecimentos de ensino superior, mais concretamente no caso do desenvolvimento económico – a Escola Superior Aveiro Norte. Estamos a trabalhar com eles no sentido de procurarmos ter no nosso concelho mais respostas ao nível dos cursos e licenciaturas que são disponibilizadas, mas também na construção de uma fábrica do futuro que terá que ser necessariamente um grande laboratório do conhecimento ou experimentação que queremos que exista no nosso concelho. Por um lado ele cria respostas que são fundamentais para o nosso tecido económico, mas por outro lado sejam elas um elemento de atração do conhecimento e do fomento do empreendedorismo. Esse trabalho está a ser feito. É um trabalho muito difícil porque exige financiamento que neste momento não está disponível, com muita pena nossa. É evidente que estamos a procurar uma fórmula no sentido de encontrarmos um conjunto de investidores que nos ajudem a concretizar este projeto. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **João Costa** sobre o Centro de Saúde: o início da requalificação do espaço já aconteceu. Neste momento estamos a limpar todo o interior, já substituímos alguns vidros que estavam partidos. O telhado do edifício é em amianto, vamos removê-lo. Não deixamos o amianto em edifícios públicos. Já o fizemos em relação ao Pavilhão Cipriano Martins e vamos fazê-lo também em relação a este edifício. Aproveitamos e resolvemos alguns problemas de infiltrações que o edifício apresenta, neste momento estamos a fazer um projeto de intervenção no edifício que estará concluído nos próximos dias e que será da autoria da autarquia, depois faltarão os projetos de especialidade. Aquilo que esperamos em 5/6 meses é termos o edifício requalificado e condições para começar a transferir algumas destas respostas que eu enunciei para o ocuparem. Quanto às bolsas para estudantes universitários: já existe ação social que permite dar respostas aos estudantes*

carenciados e apoiar as famílias que têm dificuldades em proporcionar formação superior aos seus filhos. É evidente que essa é uma questão que faz sentido que nós analisemos. É uma sugestão que lhe agradeço, e é uma sugestão que vamos estudar e ver até que ponto é possível de concretizar. Acho que é uma medida que tem um grande alcance, um alcance social importante, e é um sinal importante que nós queremos dar àqueles que tendo condições para ter sucesso formativo, não o têm por dificuldades económicas. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Fernando Pais**: não sei se os serviços têm condições de apresentar o comprovativo do registo de propriedade do edifício, se têm possibilidades de o fazer, pedia que o fizessem. Sinceramente Senhor Deputado, eu não faria esse pedido, mas já que fez... já foi feito também na reunião do executivo, e naturalmente que disponibilizarei com todo o gosto esse compromisso. Mas não deve ser nessa base que devemos assentar o nosso relacionamento. Senhor Deputado, o que é relevante aqui é que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a ARS Norte percebessem que estiveram de boa-fé em todo o processo. Disponibilizaram-se para resolver um problema que se arrastava. Todas as entidades perceberam que a manutenção deste problema não beneficiava nenhuma das partes e encontramos uma solução, a possível, na nossa opinião esta foi uma boa solução para o Município. As dúvidas que se levantaram em relação ao clausulado do protocolo estão claramente ultrapassadas, o registo da propriedade em nome do Município está concretizado. O compromisso que eu tinha assumido convosco e agradeço, muito sinceramente, porque não me esqueço da vossa demonstração de confiança – aliás o Senhor teve oportunidade de dizer naquele púlpito que confiava no Presidente de Câmara, e que acreditaria que não investiria um único cêntimo no edifício sem que ele fosse registado a favor da autarquia – foi isso que aconteceu. Estamos em condições agora de começar a honrar o protocolo que assumimos com a ARS Norte, mas aquilo que é mais relevante Senhor Deputado, é que nós enquanto decisores públicos e políticos, conseguimos resolver um problema que se arrastava há muito anos e vamos criar uma solução para o edifício que está localizado numa zona central e importante da cidade. Em relação às questões que colocou sobre o parque urbano, eu já disse o valor, 1.250.000,00€. Em relação à Escola de Fajões praticamente não me questionou, mas limitou-se a esclarecer a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Fajões. Disse que foi uma decisão política, claro que foi. Tudo são decisões políticas como é evidente. Mas nós não desviamos verba para a Escola Ferreira da Silva que era para a Escola de Fajões. Nós tínhamos duas verbas alocadas que eram claramente insuficientes para a requalificação das duas escolas com os projetos que nos foram entregues. Aquilo que nós fizemos foi uma proposta de reprogramação daquilo que eram as verbas contempladas para cada uma das escolas, no sentido de encontrarmos financiamento para a Escola Ferreira da Silva, ou encontrarmos financiamento para a Escola de Fajões, ou para as duas. O quadro de reprogramação foi pensado e decidido pegar numa verba da Escola de Fajões e alocá-la à Escola Ferreira da Silva permitindo que esta Escola seja integralmente requalificada de acordo com o projeto que nós herdamos. Mas para além disso, e para que isso acontecesse, o

Município de Oliveira de Azeméis disponibilizou-se a pagar 220 000,00 € de contentores na escola Ferreira da Silva para que seja possível a realização das obras. Isto para lhe dizer que o problema não se trata de desviar, trata-se de reprogramar integralmente aquilo que estava decidido. O que acontece, é que tínhamos duas verbas de 1,5 milhões cada. Somadas, dão 3 milhões de euros e nós precisamos de 4,2. Portanto aquilo que fizemos, como o dinheiro não estica, foi perceber se existia disponibilidade por parte da tutela para financiar o valor em falta. Porque essa é a sua obrigação, mas conforme já expliquei, não nos limitamos a exigir, apresentamos soluções para a resolução do problema. O cenário que se coloca é este, a importância e urgência de fazermos a reprogramação das verbas para não perdermos totalmente as verbas que estavam alocadas à Escola de Fajões – porque isso é que seria uma tragédia – não nos esqueçamos que com essas verbas vamos resolver alguns problemas que temos em 16 contentores, alugados durante 10 meses por ano e que custam mais de 10 mil euros ano. Fazemos isto há uma série de anos, aliás o dinheiro que nós gastamos em contentores era tremendamente importante para apoiarmos os investimentos que temos que fazer no nosso Parque Escolar. Quero que percebam esta dimensão, pois é importante, temos que trabalhar. Temos que ter a preocupação de erradicar completamente estes contentores do nosso espaço escolar. É um facto, o Senhor Diretor da Escola de Fajões diz que os contentores têm mais condições do que algumas salas de aula, mas isso não quer dizer que não tenhamos como preocupação algo que tinha um carácter provisório e que infelizmente no nosso concelho se transformou numa resposta definitiva. As verbas que nós iremos reprogramar, se nos for autorizado, são no sentido de resolvermos estes problemas que existem em muitas escolas do nosso concelho. Em relação à estalagem S. Miguel, a questão que coloca, enfim, temos um problema. Curiosamente a estalagem era um equipamento no anterior PDM, não percebendo porque foi transformada a zona onde estava um equipamento num espaço verde. Na revisão do último PDM passou de um espaço de equipamento para um espaço verde. Que é que estivemos a fazer? Neste período de tempo, estivemos a fazer uma avaliação interna que permitiu aferir a avaliação externa que já tinha sido encomendada, e estivemos também a fazer um projeto de ampliação porque essa é uma das obrigações que a autarquia tem que ter. Definir o tipo de uso que quer para aquele espaço. Se quer um espaço hoteleiro e de que tipologia – essas orientações têm que ser dadas. Temos que dizer que tipo de projeto é que permitimos para o espaço, ou que tipo de ampliação. Todo esse trabalho foi feito, fizemos um projeto interno que naturalmente é da autarquia mas não sabemos se é um projeto do agrado do investidor como é evidente. Temos que cumprir essa obrigação caso queiramos concessionar ou alienar o património. Neste momento a dificuldade que se coloca tem a ver com o uso que foi dado àquele solo o que cria uma dificuldade ao nível da intervenção do espaço. Estamos neste momento a procurar ultrapassar essa dificuldade. Em relação à Cerciaz, essa é uma questão que recorrentemente o Senhor Deputado coloca e a resposta que eu lhe dou é recorrentemente a mesma. Portanto, nós não distinguimos instituições no nosso concelho, tratamo-las com total equidade, e estamos permanentemente disponíveis para apoiar as nossas instituições. Vou

também, por uma questão de economia de tempo, eximir-me de lhe falar sobre a importância dessa instituição e de todas as outras. Ela merece todo o nosso carinho e apoio, e os projetos que nos forem apresentados, à semelhança do que acontece com o universo de todas as outras instituições que operam e trabalham no nosso concelho, serão processos que são estudados e decididos de acordo com critérios de equidade e critérios de uma avaliação responsável daquilo que são os investimentos que estão preconizados por cada uma das instituições. Não é uma instituição que esteja a ser preconizada em detrimento das outras ou beneficiada em detrimento de outros. Muito obrigado.”

De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o tempo utilizado pelos intervenientes no “Período Antes da Ordem do Dia”, a saber: PSD, 22 minutos e 36 segundos; PS, 20 minutos e 54 segundos e os restantes Grupos Municipais não fizeram intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)

Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia.

Ponto um: Aprovação das Atas: nº 07 e nº 08, Sessão extraordinária de 14 de setembro de 2018; Sessão ordinária de 29 de setembro de 2018;

Presente para aprovação as atas n.ºs 7 e 8 – Sessão Extraordinária de 14.09.2018 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29.09.2018.

Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais, Helga Correia e Bruno Aragão.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Fernando Pais**, do PSD.

“É só uma pequena correção, se calhar passou de alguma forma despercebido. Aquando da aprovação da alienação do protocolo celebrado com ARS Norte, e no seguimento da minha própria intervenção no sentido de dizer que votamos a favor com a condicionante de o Registo Predial ser feito antes de qualquer pagamento que estava lá estipulado. Parece que essa questão está decidida e gostaria que ficasse em ata. E gostaria que também ficasse em ata o compromisso do Senhor Presidente de Câmara de fornecer aos Grupos Municipais os tais autos de medição que comprovam os referidos pagamentos.

Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:

“Senhor Deputado deixe-me só perceber o seguinte: tanto quanto eu sei, as atas são “ipsis verbis” da gravação, ou não? Obrigada, era só para esclarecer.

Pelo Senhor Deputado **Fernando Pais** foi dito:

“Não. E só votaremos favoravelmente com essa retificação. Obrigado.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Deputada Helga Correia**, do PSD.

“Obrigada Senhora Presidente, e realmente as atas não são totalmente transcritas aquilo que nós dizemos. Só para não ter que vir aqui outra vez: relativamente à ata

de sessão de 14.09.2018 só dar nota que não estive presente na referida reunião e por isso, vou-me abster quanto à votação da ata. Relativamente ao dia 29 de setembro, peço desculpa de não ter avisado os serviços antes, mas não tive oportunidade de ler atempadamente a ata. Mas, na página 394 e 395, que são as páginas que fazem referência à minha intervenção, para além de não estar a totalidade daquilo que eu disse, porque tenho presente em memória àquilo que fiz referência, nomeadamente de levantar o valor de uma obra em dois milhões quando depois retifiquei para duzentos mil euros, e não está feita referência a isso. Não é por aí a questão, mas levanta-se na última frase da página 394 e 395 há ali uma incoerência na frase que eu tenho plena consciência que não disse. Por isso peço aos serviços que façam, novamente, a audição do áudio e peço a retificação de acordo com aquilo que eu realmente disse nessa Assembleia Municipal. Muito obrigada.”

=====
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “Muito obrigada. Fica então a nota para se ouvir novamente a gravação e se fazerem as correções.” =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====

=====
 ===== “Muito obrigado. Só para dizer que da nossa parte, se se sentirem mais confortáveis poderemos votar este ponto na próxima Assembleia com as atas devidamente corrigidas e conferido o problema que possa existir. Da nossa parte, não há desse ponto de vista qualquer problema.” =====

=====
 ===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====
 ===== “Então, este ponto passa para a reunião seguinte.” =====

=====
 ===== O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra. =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal.** =====

=====
 ===== “Era só para prestar um esclarecimento: já foi enviada, a todos os Senhores Deputados, a certidão do registo do antigo Centro de Saúde e também os autos de medição ao Senhor Fernando Pais. Muito obrigado.” =====

=====
 ===== **Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Muito obrigado Senhora Presidente, está aí a informação, qualquer dúvida que tenham do seu conteúdo, estou aqui para explicar.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A Assembleia Municipal apreciou da referida informação. =====

=====**Ponto três:** **3.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2019 - Aprovação;** ===
3.2. Aprovação/Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – aprovação dos subpontos 1.a) e b); e 2.; =====
=====*Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro.* =====
=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====
=====*“Dar algumas notas sobre o nosso Orçamento Municipal 2019: Esta é uma proposta que apresenta o valor global de 42.4 milhões de euros, e foi naturalmente construído com base numa estimativa de receita prudente. Como sabem, um orçamento é sempre um exercício previsional, e todos os números que lá constam obedecem a regras previsionais e por isso, muitas vezes aquilo que está inscrito nos orçamentos depois carece de comprovação quando olhamos para aquilo que é a execução das despesas e das receitas. O volume de investimento que está previsto no PPI é de 9.5 milhões de euros, o que significa que este valor apresenta o incremento de 33%, ou seja, mais 2.3 milhões de euros que o valor previsto no exercício anterior. Aquilo que pretendemos é que este investimento em PPI seja cada vez mais seletivo e reprodutivo. A despesa de capital prevista são 14.7 milhões de euros que inclui o valor de investimento 9.5 aqui referido. As responsabilidades de amortização de empréstimo bancários de 4.2 milhões de euros, e quando comparamos com as receitas de capital totais estamos a falar 6.1 milhões de euros. Percebemos que existe aqui um esforço claro por parte do município na canalização de receitas correntes para financiamento das despesas de capital (investimento). Para além disso nós temos aqui em termos da receita, uma receita corrente que vai atingir um montante de 36.26 milhões de euros e uma receita de capital de 6.13 milhões de euros. Os principais montantes são as receitas fiscais - os impostos indiretos/diretos, as taxa, multas e penalidades que ascendem a 13.26 milhões de euros representando cerca de 31% da nossa receita total. As transferências correntes são da ordem dos 19 milhões de euros. A venda de bens e serviços correntes com uma previsão de 3.54 milhões de euros para 2019 que representam 8.4% das nossas receitas totais. Temos também, outras receitas correntes residuais no valor de 350 mil euros e transferências de capitais de 5.5 milhões de euros. Do lado da despesa, temos uma previsão da despesa corrente de 27.66 milhões de euros, e uma despesa de capital conforme já referi, de 14.7 milhões de euros. Quais são os principais montantes neste capítulo da despesa? Naturalmente, as despesas com pessoal, que preveem um aumento de 2% face ao Orçamento inicial do ano anterior, mas evidenciam o aumento de apenas 0.4% relativamente àquilo que é a execução orçamental estimada para o ano 2018. As despesas com pessoal têm uma dotação de 13.5 milhões de euros no nosso Orçamento de 2019. As despesas com a aquisição de bens e serviços andam à volta dos 12 milhões de euros e registam um aumento de 4% face àquilo que nós tínhamos previsto no Orçamento inicial de*

2018. Os juros e outros encargos correntes são de 60 mil euros. As transferências correntes são de 2.9 milhões de euros e registam uma diminuição de 4%, relativamente ao exercício anterior. As aquisições de bens capitais com um valor de 9.5 milhões de euros, representa 22% da despesa total que vamos realizar em 2019 e representa um aumento de 33% face ao Orçamento inicial de 2018. As transferências de capital têm uma dotação de 620 mil euros e representa um aumento de 4% relativamente ao ano anterior. Os passivos financeiros de 4.6 milhões de euros conforme acabei de referir. Em relação ao PPI, aquilo que nós temos são 9.5 milhões euros previstos, conforme já disse, temos um aumento de 33.3%, ou seja, mais 2.3 milhões de euros incluídos no PPI de 2019 em relação ao de 2018. Mas o dado relevante neste PPI, é que neste montante de investimento cerca de 7.3 milhões de euros são investimentos feitos com capitais da própria autarquia. Isto representa um acréscimo de 3.9 milhões de euros em relação àquilo que estava aprovado no ano anterior. Este é um valor que evoluirá para um valor de 14.5 milhões de euros, quando tivermos a possibilidade em abril de incorporar o saldo de gerência. Em relação àquilo que são as grandes rúbricas previstas no PPI de 2019, a educação leva a maior fatia com 3.4 milhões de euros, ou seja, cerca de 36% das verbas inscritas no PPI são afetadas às políticas municipais de educação. Em relação ao ordenamento do território, é a segunda grande rúbrica, com 20% da verba incluída no PPI, ou seja 1.9 milhões de euros. A seguir vem o abastecimento de água com 1.87 milhões de euros e o desporto, recreio e lazer com 620 mil euros. Outra verba importante, também prevista no nosso Orçamento, tem a ver com os transportes e comunicações onde temos previsto 1 milhão de euros de investimentos em 2019. O somatório de todas as verbas inscritas são as tais 9.5 milhões de euros que eu vos acabei de referir e que naturalmente evoluíram para um Orçamento de 14.5 milhões de euros em termos de investimento do PPI. Deixem que vos diga, que isto é um valor que claramente alinha com aquilo que tem que ser a estratégia de investimento do nosso concelho. Este é um Orçamento claramente orientado para o investimento. Um orçamento onde, claramente transformamos muito aquilo que são receitas em despesas de capital e portanto, damos um sinal claro sobre aquilo que pretendemos fazer no futuro. Queremos ter orçamentos robustos, que sejam orientados para a resolução de problemas, mantendo uma gestão rigorosa das contas públicas. Estamos a promover investimentos fortíssimos, substanciais num conjunto de áreas que são importantes para o desenvolvimento do concelho e ao mesmo tempo fazemos o tal ajustamento da nossa dívida, continuamos a honrar o nosso compromisso da redução da dívida municipal ao ritmo que vínhamos fazendo; Afetando recursos substanciais ao investimento, sobretudo fazendo investimentos que são reprodutivos, como na iluminação pública e na substituição por iluminação led, na eficiência energética, investimentos que permitem poupança substancial de água, os investimentos que permitem recuperar verbas que gastamos em arrendamentos através da requalificação de algum do nosso edificado público para a acomodação de serviços público. Um conjunto de respostas que nós estamos a procurar dar no sentido de termos orçamentos que sejam amigos do investimento e que permitam que aos poucos consigamos

construir as respostas que os oliveirenses ambicionam, e consigamos naturalmente, corresponder às expectativas que os oliveirenses depositaram no nosso projeto político. Este é o nosso primeiro Orçamento, o Orçamento que foi integralmente elaborado por nós, da nossa total responsabilidade e sobre o qual assumiremos todas as responsabilidades que daqui advierem. Muito obrigado.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Jorge Melo, Domingos Oliveira, Bruno Aragão e Albino Martins. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo**, do CDS/PP. =====*

===== “Bom dia. Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os meus cumprimentos e na sua pessoa, aproveito também para cumprimentar os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Caros Deputados, Funcionários, Oliveirenses aqui presentes e os que nos estão ouvir através da Azeméis TV em suas casas. Temos então observado que este primeiro ano de mandato do executivo camarário serviu para perceção da realidade e definição de estratégias até ao final do mandato. Medidas de gestão financeira e corte de despesas supérfluas caracterizaram este primeiro ano de mandato tendo por base o que foi o Orçamento de 2018, ainda marcado por decisões do anterior executivo. Agora estamos perante um Orçamento para 2019 e PPI 2019/2022 dos quais se tenta perceber a estratégia delineada por este executivo para um ano inteiramente da sua responsabilidade política. Este Orçamento muito nos agrada analisar, pois explicita a intenção de um avultado investimento em capital que o Município se propõem fazer em 2019 e seguintes, como já não se via há muitos anos. Do total de 42 milhões do Orçamento municipal, são mais 11 milhões que se propõem a investir em 2019. Em termos de referência por exemplo, em 2017 ano de eleições o investimento municipal não chegou a 4 milhões, ou seja cerca de 1/3 do que agora está a ser proposto para 2019. Este é o principal ponto genérico de revelo nas intenções de investimento para o futuro dos oliveirenses e serão também enormes as responsabilidades do executivo na hora de aplicar com qualidade este dinheiro. O ano de 2019 vai ser generoso para os cofres do Município com aumentos significativos das receitas por cobranças de impostos e por aumento de transferências do Estado Central. Analisando os grandes números, percebemos um pouco da estratégia com investimento significativo na educação, no abastecimento de água, na reabilitação urbana, rede rodoviária, iluminação e eficiência energética. Mas a vida é feita de opções e também identificamos pontos fracos. Temas muito importantes em nosso ver mas que assim não é visto pelo executivo. Assim destacamos um muito reduzido investimento na criação de novas áreas empresariais, infraestruturação e qualificação das zonas industriais existentes. As empresas e os empresários vão ter de esperar por melhores dias, lá para depois de 2022. Também uma opção é o grande investimento a fazer na cidade de Oliveira de Azeméis, relativamente, a todas as outras rubricas do Orçamento. A cidade de Oliveira de Azeméis vai ser palco de um avultado investimento como não se viu nas últimas décadas, ou seja, chegou a vez da cidade. Como muitos dos investimentos na cidade ainda estão na fase de projeto, que

depois serão candidatados a fundos europeus, não poderemos analisar em separado o plano de 2019 sem olhar para o conjunto do PPI 2019/2022. O que vemos é um PPI previsto de cerca de 40 milhões de euros, dos quais uma fatia de 18 milhões, são para serem investidos na cidade. Para já o que vemos é uma lista extensa de obras a realizar, seja de reabilitação ou de novas construções. A pergunta é: Teremos efetivamente uma cidade transformada daqui a três anos? Nem tanto. E que dizer da rede viária da cidade, vai continuar exatamente igual ao que temos hoje? Não há uma só via ou artéria nova a ser construída, quem tiver que se deslocar à cidade e quiser vias e acessos capazes vai ter de esperar e muito lá para depois de 2022. E na rede viária nova o problema não será só na cidade. A quarta Via do Nordeste fica congelada, a Via de Sudoeste não sai do papel, a Estrada de Vilarinho São Luís a Palmaz vai esperar mais um ano como se faz a um parente pobre. Sabemos que a cidade tem duas grandes necessidades a degolar, um aspeto vetusto ao nível das edificações que é preciso recuperar para bem da paisagem urbana, e uma rede viária que é atrofiada e caótica para o trânsito, e digo mais, é insegura. Dir-me-ão que não há dinheiro para tudo, mas a abordagem é muito desequilibrada – 45% do PPI vai para obra de ferro e cimento e zero para novos e melhorados arruamentos. São 18 milhões num total de 40 milhões, quase metade. Portanto, 45% do investimento total dos próximos anos será para obras e edificado na cidade – o que é a grande marca que pretende deixar o executivo. Para já o que nos é apresentado é apenas uma lista de obras que me dispense de estar aqui a anunciar, estão nos documentos que nos foram entregues. A cidade precisa, a cidade merece uma visão e uma estratégia e neste campo ainda pouco sabemos. Para uns, as opções seriam umas e para outros seriam outras. (projeção de imagens) Não sei se dos que aqui estamos, quantos sabem a que reporta esta placa, ou pelo menos, em que parede está alojada. Eu vou citar o que está escrito na placa, pois pode ser pouco perceptível: “Esta obra foi projetada e construída sendo Presidente da Câmara Municipal o Excelentíssimo Senhor Alfredo Fernandes de Andrade, 1938, Cucujães.” Pois é. Oitenta anos. Esta placa, localiza-se no exterior do Salão Nobre, na sua entrada à direita junto ao terminal do multibanco. Esta placa assinala a última obra de raiz que foi executada em Oliveira de Azeméis – a construção do primeiro eixo reto central da cidade, e que vigora até hoje. Mercado, Salão Nobre com brasão, do município, Praça José da Costa e Avenida António José de Almeida. Em oitenta anos ninguém foi capaz de acrescentar algo de novo, tudo o resto que é rede viária da cidade vem assim pelo menos desde o séc. XIX. O mapa da cidade de hoje é o mesmo de um equivalente do séc. XIX com a exceção deste eixo dorsal que referi. Mais dizemos que, sinal de inteligência, será construir sem deitar fora o que outros anteriormente fizeram. Numa visão futurista e moderna, este espaço Salão Nobre e arredores deve continuar a ser marcado por centralidade e nobreza, também valorizado pela Igreja Matriz e sua envolvência, esta foi a visão há mais de 80 anos para um ponto de partida, para o rasgo de uma cidade com amplitude e linhas direitas. A intervenção que se pretende para este local ainda será anunciada, mas para uma garagem para guardar camionetas durante a noite e às moscas durante o dia – não. Esperamos Senhor Presidente, daqui por uns anos ver uma placa

com o seu nome ao lado desta por boas razões. É o melhor espaço central que nós temos, veríamos ali com bons olhos por exemplo, a construção do Fórum Municipal tendo na sua frente a Praça José da Costa. Em todas as grandes cidades e na maioria das localidades, o edifício sede municipal não está implantado em locais acanhados. Deve ser sempre um edifício marcante na paisagem urbana, não tem número de porta, deve ser sóbrio, deve ter significado histórico ou então de rica beleza arquitetónica. Tem que “saltar à vista” de qualquer visitante, deve ser central, deve ter amplitude exterior para vários tipos de manifestações comparadas e guardas de honra de tipo militar, visitas de Estado, ponto de encontro, local de festas, etc. É neste local que temos o melhor enquadramento para esta visão de futuro para a sede de poder local. Para 2019 na vida do quotidiano, das 19 freguesias há várias melhorias que ficam adiadas e as suas populações não sei se têm paciência para esperar mais. Exemplos: Ligação de Vilarinho de São Luís vai ter de esperar até quando? Ponte Nova de Ossela, vai continuar com sinal de limitação de carga à espera da sua reabilitação. A Rua do Mosteiro em Cucujães vai ficar pior do que o estado em que se encontra na atualidade. A Avenida da Ferreira de Castro em Carregosa já nem é digna do seu nome, nem serve as necessidades das indústrias aí instaladas no eixo Carregosa/Fajões. Teamonde em Carregosa, até parece que pertence a Vale de Cambra, pois para se chegar lá é um suplício. Há um ano neste local, Senhor Presidente, o CDS alertou para uma previsão de investimento zero na Proteção Civil em 2018. O Senhor Presidente em resposta disse e passo a citar: “...a Proteção Civil não existe em termos objetivos e isto é extremamente preocupante. Temos documentos, estudos, trabalhos e compromissos que nos trazem obrigações. Não temos reunidas as condições para cumprir essas obrigações.” Passado um ano, neste Orçamento, volta-se a verificar que foi um ano perdido ou o Senhor Presidente mudou de opinião? Não gostaríamos de ver o nosso Município ser notícia por falta de planeamento e organização da resposta em incidentes como tem sido notícia evidente em muitas tragédias que têm acontecido e que tem sido notícia um pouco por todo o país e onde depois a culpa é sempre sacudida – é de todos e não é de ninguém. Terminamos esta intervenção, e tendo em conta a ousadia da apresentação de um Orçamento expansionista em termos de investimento, na expectativa de que venha a ser feito um plano muito equilibrado para os investimentos assertivos tão necessários para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis e que sejam merecedores da atenção devida, ficam os contributos aqui expostos pelo grupo municipal do CDS. Muito obrigado. =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Domingos Oliveira, do PSD.** =====
===== “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores; Colegas Deputados Municipais; Público presente, Oliveirenses que nos vêm na Azeméis TV; funcionários municipais; Comunicação Social – Bom dia. Mais um ano passado; Mais um Orçamento. Mas este Orçamento também não é um Orçamento qualquer, pois após este primeiro ano de mandato com este executivo, já se podem tirar algumas conclusões. Nesta

minha intervenção quero falar acerca das Juntas de Freguesia e das Instituições sem fins lucrativos. Este executivo em 2018 anunciou com toda a exuberância que ia haver um aumento de 15% nas transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. O que por sua vez não foi verdade, assim, e comparando o valor deste orçamento com o valor transferido em 2017, existe uma quebra nas transferências correntes para as Freguesias de 7.3%. Uma das formas de se levar o nome de Oliveira de Azeméis e das suas freguesias, e até dos seus costumes, mais longe é com as nossas associações culturais, desportivas e recreativas. O garante para a sociedade no acompanhamento social, na solidariedade, na saúde e na educação, são as nossas IPSS. Olhando para estas instituições sem fins lucrativos e para este Orçamento, deixa o Grupo do PSD bastante preocupado pois com esta proposta orçamental temos uma diminuição das transferências para 2019 face a 2018 de 3,2%. Mas se compararmos os valores das transferências com o ano de 2017, então aqui sim é mesmo muito preocupante. Pois temos uma quebra de quase 300 mil euros. Mas para ser mais preciso, uma quebra de 286.070,00€, o que significa uma diminuição nas transferências para as coletividades de 36,2%. A leitura que fazemos face a este retrocesso, é que com esta postura este executivo fortalece e vinca a falta de reconhecimento das mais-valias resultantes deste nobre e importante trabalho promovido pelas nossas coletividades e IPSS. Assim e desta forma, podemos concluir, com muita pena nossa, que este executivo cada vez mais quer estar afastado do trabalho efetuado por estas instituições que por sua vez vão ao encontro dos cidadãos do concelho passando valores que muitas vezes não se aprendem em casa ou a na escola. Estou a falar dos valores culturais, costumes, das nossas raízes. Por isso, é importante a nosso ver, o trabalho conjunto com as Freguesias, coletividades e IPSS pelo progresso do nosso concelho para desta forma evitar o afastamento dos Oliveirenses e promover um futuro mais participativo e consensual. E se me permitem, como li algures: “uma terra sem cultura é uma terra sem futuro”. Obrigado.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====
 ===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Uma nota prévia, agradecer o envio da certidão de registo, mas dizer que nessa matéria como noutra qualquer, nós dispensamos esse tipo de documento tal como no passado nunca o exigimos. Portanto, acho que há aqui como em tudo em política, trata-se de uma questão de boa-fé e respeito nas palavras das pessoas. Dizer também previamente, que independentemente das forças com quem discutimos, seja o Partido Social Democrata, seja o CDS em rigor e em abono da verdade, refletimos sempre sobre este concelho, ainda que aquela obra tenha oitenta anos não é verdade, nem o podemos dizer, que em oitenta anos estamos igual e não houve grandes alterações no que é o concelho de Oliveira de Azeméis. Em 1975 eramos um concelho de excelência e referência na região e até no país. Por isso alguma coisa terá que ter sido feita de 1938 até 1975. E de 1975 até 2018 o concelho é radicalmente diferente do que era. A questão diferente e essencial, é o que podíamos ter feito com muitos dos recursos que tivemos e aí sim, perdemos. E perdemos largamente essa competitividade. É essa que temos que recuperar e como muito bem disse e

elencou, num conjunto enorme de obras que infelizmente terão que esperar, porque é impossível fazer-se em quatro anos aquilo que não se fez em muitos anos - por muito que nos custe. Essa é a verdade e a prioridade que compete ao executivo municipal. Depois de muitos anos de oposição o Partido Socialista apresentava meses depois de tomar posse o seu primeiro Orçamento, dizíamos na altura na aprovação do Orçamento para 2018 e estou a citar: "...este não é o orçamento do Partido Socialista, o orçamento que desejaria para este concelho, nem o orçamento que este concelho precisa." Naquele curto espaço de tempo fomos sempre como nos mostramos, responsáveis. O concelho é o que herdamos e não o que gostávamos de ter herdado. Para o mesmo Orçamento, o partido que havia sido o responsável por anos de gestão que depois deste primeiro ano, eles próprios qualificaram muitas vezes, pelos inúmeros problemas de que agora se queixam, votou contra e diziam, estou a citar: "...porque o documento que nos foi apresentado em nada reflete aquilo que o executivo PS defendeu ao longo dos últimos anos, nomeadamente, na última campanha eleitoral elegendo entre vários aspetos, algumas bandeiras eleitorais, o investimento em água e saneamento com vista à cobertura total do concelho, a construção e melhoramento de centros cívicos para todas as freguesias, o parque urbano municipal, o alargamento da rede viária, dotar as juntas de freguesia de melhores condições económicas e financeiras, para citar alguns"; Diziam, também e continuo a citar: "...projetos novos, prioridades que o PS assumiu na recente campanha eleitoral não estão plasmados neste documento." Talvez hoje, Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, e sendo esta a mesma justificação, possa haver desta vez o benefício da dúvida e uma abstenção. Mais já não pedimos. Um ano depois e já iniciados alguns compromissos eleitorais, este é de facto e verdadeiramente o nosso primeiro Orçamento. O primeiro Orçamento que nos permite começar a inverter uma estrutura orçamental que foi altamente penalizadora da capacidade de investimento do Município. É esse o longo caminho que começamos a trilhar sabendo, como qualquer pessoa de bom senso e como sempre dissemos, que há políticas que precisam de tempo. O tempo que as muitas expectativas, e as muitas necessidades nem sempre compreendem – é absolutamente legítimo. Neste Orçamento é claro ao que vimos. Vimos para cumprir os nossos compromissos eleitorais e sobretudo iniciar um processo de reestruturação que nos torne verdadeiramente capazes de executar todo o potencial que temos vindo a desperdiçar. Depois de questionarem a nossa capacidade de gerir este município, depois de perceberem que o rigor deixou de ser conversa, é mesmo uma forma de gerir, depois de perceberem que levamos a sério os nossos compromissos, depois de perceberem que não fazemos anúncios sem perceber as suas consequências e a capacidade de os levar adiante, e à falta de melhor, dizem que não somos capazes e que nada acontece. Não somos capazes de quê? De resolver o problema do antigo Centro de Saúde que se arrastava há anos? Não somos capazes de garantir o seu registo, que efetivamente já aconteceu, ainda que o duvidem e peçam mesmo a prova de escritura? Não somos capazes de criar as condições para o parque urbano como foi compromisso? De atribuir o vale educação como também foi compromisso? De iniciar projetos para um conjunto

de edificado que nunca mereceu sequer um projeto grande ou pequeno, zero, inexistente? De avançar definitivamente com a construção do Cineteatro Caracas e fazer um projeto de facto e não um esboço com que mais uma vez nos quiseram enganar? De iniciar uma profunda reestruturação de serviços que permitem efetivamente um problema de dispersão e ineficiência? De pensar seriamente em aproveitar todos os fundos comunitários mesmo que isso signifique requalificar edifícios como o mercado, pensados numa nova lógica? Ou recuperar a Casa Ferreira Monterroso para um Fórum Municipal? Terminar a infraestruturização da zona de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro e o Centro de Negócios inaugurado sem as condições mínimas? De pensar o acesso a essa zona de uma outra forma, curiosamente, em acordo com os empresários e as pessoas que ali vivem? De repensar a requalificação do nosso Parque Escolar? Sim. Daquele que tem mais de 90 estabelecimentos e sobre os quais não fazem qualquer política nem dizem nada, porque não interessa. Sobre as escolas primárias que precisam de obras urgentes, sobre as cantinas onde chove, as casas de banho sem condições, sobre um conjunto de obras urgentes orçamentadas em mais de 3 milhões de euros? Sobre a Escola de Cucujães que ficará integralmente recuperada? Sobre a Escola de Fajões, que hoje já aqui falamos com problemas profundos, que há anos temos naquelas condições? Sobre a rede viária que não preciso qualificar e que vai precisar, como Jorge muito bem disse, de vários anos para ser recuperada? De uma dívida que andamos a pagar há anos e que herdamos ainda com 19 milhões de euros e com obrigações financeiras para este mandato, na mesma dimensão e sem qualquer alívio dos mandatos anteriores? Estamos hoje, num novo quadro que mantém compromissos financeiros e que inicia finalmente uma alteração estrutural ao orçamento municipal como sempre dissemos que seria possível. Um: suportando o mesmo esforço de dívida e sem qualquer alívio ao que foi o esforço dos últimos anos, mas sem achar que isso não tem impacto e condiciona o desenvolvimento do Município. Dois: procurando diminuir despesas correntes sobretudo em domínio de rendas e criando disponibilidades financeiras a longo e médio prazo, ignorando as críticas de quem não tem soluções hoje nem as teve no passado. Três: procurando reduzir custos energéticos, ambientalmente sustentáveis, e financeiramente necessários para esse esforço e disponibilização financeira. Sem achar que isso se passa pela estética de uma rua como foi, por exemplo, a Rua Bento Landureza, vendida como se fosse uma alteração de estrutura e de políticas. Quatro: gerindo, não com mais ou menos rigor, com total rigor. Permitindo que o reforço das receitas de investimento cresça, mas com realismo sem PPI's para os primeiros anos enormes e irrealista, como aconteceu muitas vezes no passado com anos em que inscrevíamos mais de 20 milhões de orçamento. Cinco: conseguindo mais de 7 milhões de euros de receita de investimento com verbas próprias e o esforço de receitas correntes. Resultado direto de um ano de rigor e sobre isto, e sem me querer alongar mais, dizer apenas e por agora – largos dias tem cem anos. Seis: começando a investir finalmente em rede de água, 1,87 milhões de euros mais do que em muitos anos anteriores, todos somados. Sete: continuando a apoiar as coletividades com contas em dia e sem achar que recuperar

pagamentos em atrasos é apoio que justifique os comentários que agora se fazem. Oito: continuando a apoiar o crescimento dos orçamentos das juntas de freguesia e não achar que transferir dinheiro para refeições escolares como mero intermediário, é o mesmo que transferir receita para os seus legítimos projetos. Como já se transferiu efetivamente os 15% do compromisso eleitoral do Partido Socialista. Nove: preparando projetos para submeter aos fundos comunitários. A condição primeira para se poder ter fundos comunitários, e não achar que somos um Município com a menor taxa de execução, não deveria ser suficiente para sentirmos vergonha alheia. Dez: executando todos os fundos comunitários possíveis e deles fazer os melhores investimentos reprodutivos sem termos que ser confrontados com a vergonha de ter que devolver, como aconteceu com o Centro Interpretativo do Vidro, 1,4 milhões de euros que poderíamos ter utilizado e que agora teremos de encontrar, com o esforço de todos os oliveirenses e com os impostos que suportam este orçamento. Onze: gerindo com seriedade de quem não quer ver o Município a pagar por erros de má gestão, seja nos 230 mil euros que ainda há pouco fomos obrigados a pagar por um processo de expropriação na zona de Acolhimento Ul/Loureiro, seja pelos 600 mil euros que nos estão a exigir e que esperamos que não se concretize pelo Centro Interpretativo do Vidro, seja pelos processos da Via do Nordeste, que eu não sei se os senhores sabem, mas ainda hoje estamos a pagar. Doze: pela requalificação integral da Escola de Cucujães e gerando disponibilidades financeiras para acudir às necessidades de um Parque Escolar com cerca de 90 estabelecimentos. Treze: exigindo exaustivamente ao Ministério da Educação a verba para a recuperação integral da Escola de Fajões, a verba que permite requalificar uma escola com problemas que se arrastam há anos e que não ficariam resolvidos pela solução que estava prevista. Catorze: pugnando e trabalhando junto com as autoridades para a requalificação do quartel da GNR em Cucujães sem esmorecer os esforços para que aconteça o mesmo com o quartel em Cesar. Como teria dito Salgueiro Maia aos seus homens: “Minhas Senhoras e meus Senhores, todos sabem, há diversas modalidades de Estado, os estados sociais, os estados corporativos e o estado a que chegamos. E o estado a que chegamos é, de facto, mau de mais.” Senhor Presidente, Senhores Membros do executivo, temos a responsabilidade histórica e digo novamente, temos a responsabilidade histórica, de inverter o estado a que chegamos. Sentimos essa responsabilidade histórica e sabemos que o concelho não tem margem para esperar mais. Não podemos deixar de procurar mudanças estruturais que permitam, verdadeiramente, nos anos futuros, uma política sustentável e uma real capacidade de investimento. Temos plena consciência política do custo de opções de fundo menos visíveis e palpáveis numa primeira fase. Não podemos deixar de o fazer por este concelho. Senhor Presidente, ainda que custe ao partido que represento, não custará ao concelho e essa é a melhor mensagem e a melhor política que podemos deixar às gerações que nos sucedem. É a forma que temos de fazer e estar em política, outra forma de o fazer é que permitiu chegar ao estado que efetivamente chegamos e já todos conhecemos os resultados. Não podemos, não temos margem para perder

mais tempo e não o faremos, e por isso o nosso voto favorável e confiante, mas sobretudo e como dizia no PAOD, também, o nosso trabalho e o nosso contributo. Muito obrigado.” =====
===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Albino Martins, do PSD.* =====
===== *“Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores Colaboradores Municipais; Senhoras e Senhores Membros da Comunicação Social; Oliveirenses. Completou-se há dias um ano de mandato do atual executivo camarário que o Partido Socialista quis assinalar festivamente. Coincidindo ao mesmo tempo com a efeméride, foram discutidos e aprovados na Câmara Municipal os documentos previsionais que hoje compete a esta assembleia sufragar. Talvez embalado na euforia do clima festivo, o Senhor Presidente da Câmara abre a apresentação destes documentos numa enfeitada nota cor-de-rosa em jeito de balanço ao ano de mandato. É uma visão bem otimista que deixa enorme expectativa ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019. Mas, haverá razão para tanto otimismo? Como diria a fábula latina Mons Parturiens - a montanha pariu um rato, e eu explico porquê. Então num ano tão positivo, a bandeira é a redução da dívida em 5,5 milhões de euros? Essa redução que, noutros tempos, não tinha importância nenhuma porque decorria da obrigação do plano de saneamento financeiro? Quando se ouviu anos a fio a oposição desvalorizar o esforço da amortização da dívida em montantes que chegaram a atingir os 8 milhões num só ano, esperava-se agora muito mais desta oposição tornada poder. Mesmo sabendo que o primeiro ano é tempo de arrumar a casa e conhecendo os compromissos da dívida até 2020, o Partido Socialista apresentou a sufrágio muita ambição e chega ao fim deste ano sem nada decidir daquilo que são as principais necessidades dos Oliveirenses. No decurso deste ano, viabilizamos nesta Assembleia a possibilidade deste executivo aumentar em mais 5 milhões de euros, a capacidade de endividamento da Câmara para poder investir em obra, colmatando necessidades grandes do município. Apesar disso, aquelas que eram as prioridades para o Partido Socialista continuam a ficar adiadas. Vejamos então ao que nos reservam as Grandes Opções do Plano. Considerando as infraestruturas básicas a nossa maior fragilidade, o Partido Socialista prometeu estabelecer aí a sua prioridade de ação. Com agrado vemos a continuidade do investimento no projeto de ampliação da rede pública de água, contratado e aprovado ao abrigo do PODEUR pelo anterior executivo para as freguesias de S. Martinho da Gândara, Madaíl, Ul, Travanca e Cucujães, no valor de 2 milhões e 128 mil euros. Mas de novo não existe mais nada, nem projeto nem dotação de investimento municipal para ampliar as redes de água e sobretudo de saneamento. A rede viária, outra infraestrutura básica com necessidades evidentes também não merece a atenção devida. Nem a continuidade do que está feito, nem o lançamento de novos projetos. Mantêm-se sem fim à vista algumas vias estruturantes da cidade, imprescindíveis ao desenvolvimento urbano e ao ordenamento do trânsito citadino, a via do nordeste fundamental à coesão do concelho, a melhor ligação entre as freguesias e a sede concelhia, o acesso condigno aos*

núcleos industriais. Neste capítulo coloco na frente o arranque da via de sudoeste, condicionante essencial ao desenvolvimento da nossa mais emblemática área de acolhimento empresarial. O executivo anterior deixou o trabalho de casa feito – projetos, primeiros contactos com os proprietários e até Declaração de Utilidade Pública com vista às expropriações. Chegados a este ponto é uma pena que se abandone a solução encontrada e se vá à procura de outras que não se vislumbram melhores. Perder mais tempo significa deixar atrofiar um dos nossos projetos mais ambiciosos – a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, não venho aqui apontar defeitos ao PPI e dizer que discordamos de tudo. Não tenho qualquer problema em admitir as boas opções que também as há, algumas coincidentes mesmo com o caminho já delineado antes pelo PSD. A reabilitação urbana é um tema a não perder de vista. Saudamos alguns projetos que o executivo coloca em cima da mesa. A construção dos novos paços do concelho era um projeto contemplado no PEDU que anteriores executivos tinham previsto, fosse pela aquisição e requalificação de um edifício, fosse pela construção de raiz. A ideia era concentrar num só espaço todos os serviços municipais exceto os estaleiros e outros equipamentos de utilização pública. Este executivo prevê a instalação dos novos paços do concelho na antiga Mercantil. No nosso ponto de vista, não é o ideal porque não se conseguirá albergar aí todos os serviços. Mas é um investimento necessário que aceitamos porque vai permitir uma maior concentração de serviços e diminuição de encargos com rendas. A previsão aponta para os 3 milhões, 420 mil euros com o que concordamos. O projeto das ciclovias, que a Europa apoia e incentiva, foi iniciado no anterior mandato autárquico e é fundamental para a modernização da cidade e do concelho. Felizmente este executivo pretende continuá-lo. E nestes projetos de continuidade o executivo municipal aposta bem na construção de um ecocentro municipal para o tratamento de lixos porque é uma infraestrutura necessária e essencial para a sustentabilidade do nosso concelho. A dotação do próximo ano é ténue mas sai reforçada nos anos seguintes. Em Cucujães, estamos de acordo com a adaptação do antigo edifício das Finanças para instalar a GNR e com a requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva. Já não podemos estar de acordo é que a Escola de Fajões, em muito mau estado, fique sem qualquer dotação. Minhas senhoras, meus senhores, se para trás ficam diversas opções que consideramos investimentos necessários, prioritários e urgentes, já sobre outros recai a nossa desconfiança ou mesmo a nossa reprovação. Vejamos: o Orçamento vai direccionar 487.500 euros para adquirir a Garagem Justino onde é suposto instalar um espaço cultural virado para as artes plásticas e performativas. Não entendemos a necessidade deste investimento. Já vamos reabilitar o Cine Teatro Caracas e dotá-lo de espaços diferenciados além da sala principal de espetáculos. Temos a Galeria Tomás Costa. Temos espaços municipais alternativos sem necessidade de despender mais custos. Ouvimos o Senhor Presidente afirmar que nesta construção a adquirir havia condições para um espaço museológico. Há necessidade de mais, havendo ali ao lado a Casa Museu? Não seria melhor a requalificação desta? Então e o nosso espaço museológico por excelência – o Centro de

Interpretação do Vidro não é acabado? Abandona-se? Não achamos boa ideia continuar a comprar imóveis enquanto o nosso edificado já adquirido aguarda requalificação. Outra verba muito substancial e, quanto a nós, fora do contexto, são os 2 milhões e 700 mil euros já destinados ao Parque Urbano. Na decisão da aquisição dos terrenos por 1 milhão e 250 mil euros dissemo-la interessante mas inoportuna perante as nossas prioridades. Mantemos essa opinião. Mais, colocar uma dotação tão elevada quando ainda não há qualquer projeto é exagerado. Queríamos estar enganados, mas este investimento vai traduzir-se num grande problema. Enquanto este executivo vai apostando nestas novidades avulsas e fora daquilo que eram as suas prioridades, outras necessidades que entendemos maiores ficam para trás. Eis alguns exemplos: as zonas industriais não têm previsto qualquer investimento; também não existe qualquer previsão de investimento municipal para a construção ou qualquer reabilitação de equipamentos ou infraestruturas desportivas, não está previsto qualquer reforço de apoio financeiro às nossas associações, clubes e coletividades. A urgente ampliação do cemitério municipal não vai acontecer. Por tudo isto, apesar de vermos contemplados no Orçamento e PPI alguns projetos que o PSD projetou e idealizou no passado, muitas das nossas prioridades que defendemos para o desenvolvimento do nosso concelho não estão devidamente acauteladas e algumas foram mesmo abandonadas. Por outro lado, não concordamos com diversos investimentos do atual executivo, para nós de duvidosa utilidade. Respeitamos a legitimidade dada pelos oliveirenses às opções deste executivo mas queremos deixar bem claro que este não é o nosso orçamento e que temos um caminho alternativo. Queria apenas concluir e não posso deixar de o fazer, embora não faça minuciosamente para não motivar respostas ao abrigo da defesa da honra, vou tentar ser o mais correto e breve possível nessa referência. Primeiro queria esclarecer, mais uma vez: foi aqui falado no investimento que este orçamento coloca nas infraestruturas básicas. Eu já o disse, mas reforço outra vez, os dois milhões e tal de euros inscritos no orçamento vêm do tempo do executivo anterior que tomou esta decisão, e a obra já se iniciou e vai ser concluída com uma grande melhoria nas infraestruturas básicas do concelho. São 2.128.000,00€, mas não se esqueçam quem foi o autor disso, não façam flores com projetos dos outros. Depois queria dizer ao Senhor Deputado Bruno Aragão, que a frase que usou no início da sua intervenção, pode ser minha. A culpa será sempre dos outros. A única frase que tenho para usar perante todo o seu discurso, tanto no primeiro como no segundo. Pessoalmente, entendo que não é sério continuar aqui a apontar ao passado as culpas de todas as nossas incapacidades. Deixem passar esta observação no “tempo do PREC”, que eu sou desse tempo, onde havia uma famosa cassete. Pensávamos que esse tempo já tinha passado, mas parece que não. É assim, quem está na governação, quando atira os foguetes deve esperar pelas canas porque elas podem cair no telhado. Portanto, fazemos votos que o mandato de quatro anos que vos espera seja frutífero, pois será frutífero para todos os oliveirenses, mas cuidado com aquilo que se afirma. Por falar em afirmar, também queria dizer ao Deputado Jorge Pereira que percebemos o discurso dos partidos que não estão no arco da governação (como se costuma dizer), um discurso arrojado

e ambicioso, mas às vezes exagera. Eu penso que dizer que em 80 anos não se fez nada em Oliveira de Azeméis é um exagero, o Senhor Deputado Bruno de Aragão teve ocasião de dizê-lo também. Mas agora permitam-me discordar um bocadinho do Deputado Bruno de Aragão quando diz que depois de 1975 é que não se fez nada. Antes fez-se alguma coisa e agora vai-se fazer alguma coisa. Eu acho bom que tenhamos boa memória e que olhemos para a história. Eu sou desse tempo e gosto de conhecer a história local. Estamos em tempo de fazer história, daqui alguns anos far-se-á, mas eu penso que os vindouros farão justiça a todos aqueles que trabalharão em prol da terra e há de dizer aquilo que se fez de bem e o que esta terra tem desde que existe como concelho. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. ===

===== “Muito obrigado Senhora Presidente vamos então dar resposta às muitas questões que foram aqui colocadas, e às muitas dúvidas que foram aqui suscitadas. Nós estamos a falar de um orçamento que é claramente um orçamento ambicioso e isto é indesmentível, seja qual for a perspetiva de análise que nós fazemos. Quando temos um orçamento que prevê receitas de capital de 6.1 milhões de euros, e investimos 14.5 milhões de euros, isto significa que há objetivamente uma grande transferência daquilo que são as despesas correntes para despesas de capital. Isto é um dado objetivo e mostra claramente uma estratégia que passa por apostar num planeamento que prevê investimentos que consideramos reprodutivos. Basta comparar então. Conforme foi aqui referido, os 4 milhões de euros, que não foram 4 milhões, foram menos, investidos em 2017, entra no ano de eleições com os 14 milhões de euros que nós nos propomos investir agora em 2019. Respondendo a algumas das observações que foram feitas pelo Senhor Deputado **Jorge Pereira**, nomeadamente à crítica fundada reconheço em relação àquilo que são os investimentos nas nossas zonas industriais. É evidente que não é fácil pegar naquilo que é a nossa realidade a esse nível e transformá-la de um dia para o outro. Estamos a fazer planeamento para intervirmos na requalificação das zonas industriais existentes, porque essa é a nossa primeira preocupação. A nossa primeira preocupação é olhar para a zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo e requalificá-la, é olhar para a zona industrial de Carregosa/Cesar/Fajões e requalificá-la, é olhar para os acessos da Área Empresarial UL/Loureiro e porque para nós essa prioridade que definiu, que condiciona tragicamente o futuro da zona industrial de UL/Loureiro, nós não a percecionámos, o que condiciona fortemente o futuro industrial da área de acolhimento é o acesso que tem. Não tenhamos dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. A zona industrial tem uma forte possibilidade e capacidade de expansão para sul e isso passa por criarmos um acesso à variante A1 e não por trabalharmos esse investimento da Via de Sudoeste. Eu não vou perguntar se algum dos senhores tem presente qual é o investimento que está previsto para a Via de Sudoeste, porque aí eu teria de perguntar como é que acham que orçamentalmente se consegue enquadrar um investimento daquela ordem de grandeza. Quando estamos a falar de necessidades expropriativas na ordem dos 600 mil euros, e se olharmos para aquilo que foi a

tradição por exemplo, os dados que herdamos das expropriações que foram feitas na Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, onde prevíamos valores da mesma ordem de grandeza e acabamos por ter valores de expropriação 4 a 5 vezes superior ao que tínhamos previsto. Nós percebemos que só para o processo expropriativo estamos a falar de recursos financeiros avultados. Neste momento, e quero deixar claro, o que condiciona os investidores quando olham para a nossa área de acolhimento são claramente os acessos à zona industrial. É evidente que poderíamos ter previsto bons acessos, é evidente que nós poderíamos não ter abdicado da ETAR de 300 mil euros que estava prevista na área de acolhimento, e que cortamos como sendo uma prioridade de investimento, e temos hoje unidades industriais com saneamento que é servido por fossas. Portanto a nossa estratégia é muito simples, temos verbas alocadas para a zona industrial da Costa Má/S. Roque que são claramente insuficientes e servirão para o arranque de uma primeira fase da zona industrial. Gostaríamos que os investimentos nas zonas industriais se estendessem também a Cucujães que tem défice de espaço industrial devidamente qualificado para acolher investimento, temos lá felizmente massa humana. Na própria freguesia de Macieira de Sarnes fazia sentido pensarmos num espaço industrial para aquela freguesia, porque é uma freguesia “charneira” e teria grande capacidade de atrair investimento dada a exiguidade de espaço que existe neste momento no vizinho Município de São João da Madeira. Alguns dos investimentos que se preconizam para esse concelho poderiam eventualmente ser direcionados para essa freguesia. Há aqui um conjunto de respostas muito importantes, neste momento Senhor Deputado, reconhecendo fundamento nessa crítica que faz, nós estamos claramente preocupados em requalificar as zonas industriais existentes. É que olhar para a realidade que referiu de Carregosa/Cesar/Fajões, e requalificar aquela via que não tem passeios, não tem condução de águas pluviais, tem um piso degradado, mas isso é uma realidade que se estende em parte à entrada da zona industrial de Pindelo. E é uma realidade que se estende à própria Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro. Nós estamos a fazer fortes investimentos na rede viária da área de acolhimento porque mesmo para as respostas que foram pensadas existem ruas em terra batida que servem empresas. Temos que corrigir essas situações antes de avançar para outros investimentos. Já não lhe reconheço a mesma legitimidade em relação a essa perspetiva de que os investimentos estão concentrados na cidade. É evidente que eu acabei de dizer, que se queremos um concelho forte temos que ter uma cidade forte e que constitua uma fortíssima centralidade, eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso e é a partir daí que nós conseguimos ter capacidade para atrair investimento e dinâmicas que com efeito de “mancha de óleo” se estendam a toda a realidade do nosso concelho. Eu estive aqui enquanto falou, a elencar de forma muito rápida um conjunto de investimentos que não podem ser considerados investimentos feitos na cidade. Temos um investimento fortíssimo que fizemos, estamos a fazer, e vamos continuar a fazer, na rede viária de todo o concelho. Temos um investimento nas condições de sinalética na criação, enfim, de pinturas de pavimentos que estamos a fazer em todo o concelho. Temos alargamentos de vias que estamos a fazer em Ul, Pinheiro da

Bemposta, Fajões e S. Roque. Temos apoio a obras de sedes de Juntas de Freguesia, fizemo-lo em relação a S. Martinho da Gândara, a Cucujães e vamos fazê-lo agora em relação à Junta de Fajões. O investimento que está previsto no anfitriato ao ar livre em Cucujães, o apoio à Capela Mortuária em Palmaz, o arranjo do Largo da Alumieira, a própria construção do posto de GNR de Cucujães. Estes investimentos que foram aqui referidos pelo Senhor Deputado Albino Martins, que não são de 2.1 ou 2.2, são de 1.88 milhões de euros, mas tem uma particularidade – uma nuance que eu aproveito para esclarecer, é que o esforço municipal que estava previsto nessa candidatura a um apoio comunitário era de 300 mil euros. O problema é que dado o atraso em todo o processo e esta obra foi lançada a concurso por nós (é também um esclarecimento que tenho que lhe dar), vamos pagar um milhão de euros de esforço do orçamento municipal. Há aqui uma diferença substancial. Uma coisa eram os 300 mil euros que estavam previstos, outra coisa é um milhão de euros que vamos ter que despende para fazer esse tipo de investimento. Como sabe tivemos uma penalização de 25% na candidatura e eu dispense explicar as razões dessa penalização porque não contribui para um debate saudável que nós devemos ter nestas coisas. O próprio investimento na rede de água em Cucujães, um investimento na ordem dos 500 mil euros, também é um investimento descentralizado e o investimento que já aqui referi na Costa Má/S. Roque que pretendemos fazer, é um investimento descentralizado e há muitos mais, como por exemplo, a iluminação led que estamos a mudar um pouco por todo concelho. Estes são investimento que têm grande relevância naquilo que é o investimento que temos que fazer nas juntas de freguesia. Para além disso, nós reforçamos as verbas que transferimos para as juntas de freguesia em 15%. Terei oportunidade de vos explicar e mostrar, respondendo àquilo que foi dito (gráfico), isto é o gráfico das transferências para as juntas de freguesia. Quando olhamos para eles e comparamos dois períodos, 2016/2017 e 2018/2019, olhamos para coisas que parecem muito parecidas. Ou seja, estamos a falar de investimentos de 2.2 milhões de euros de transferências para as juntas iguais nestes dois anos que comparam aquilo que será a nossa primeira metade de mandato com os últimos dois anos anteriores a este mandato. Aquilo que verificamos é que aparentemente as verbas são iguais, e efetivamente parece-me que são, mas é perguntar aos Presidentes de junta de freguesia se efetivamente receberam, em 2018, mais 120 mil euros do que em 2017, ou não. Não nos esqueçamos que estas coisas que compõem estas verbas são facilmente adulteradas. Basta que incluamos aqui um conjunto de despesas que devíamos ter pago em 2016 e 2017 e claramente as transferências para as juntas são francamente empoladas. Não é assim que nós funcionamos e por isso, é que nós naquilo que são o apoio às coletividades desportivas, e naquilo que respeita por exemplo aos apoios para a época desportiva 2018/2019 estão todos pagos e não vão empolar o orçamento de 2019. Isto é um apoio efetivo e objetivo àquilo que é o nosso movimento associativo e àquilo que são as nossas coletividades. Mas explicar por exemplo, com uma outra nuance bastante interessante, que dá para perceber porque é que temos este tipo de dados que aparentemente comparam o vosso período (gráfico) nós aqui tínhamos 500 mil euros que eram transferências que fazíamos para

as refeições escolares, consideradas como subsídio – a fórmula que foi utilizada, foi a de subsídios às juntas de freguesia. Essa fórmula foi alterada. Nós não encaramos essa despesa como um subsídio, mas sim como uma transferência/prestação de serviços que nos é feita e por isso não aparece aqui a compor os tais dados e o tal embelezamento cor-de-rosa que falou na sua intervenção. Portanto, objetivamente aquilo que eu tenho para lhe dizer em relação às transferências correntes para as freguesias, é que as juntas de freguesia receberam em 2017, 800 mil euros e em 2018 receberam 920 mil euros. Julgo que falta pagar a duas freguesias – não sei se é verdade – penso que a São Martinho da Gândara e São Roque, porque ainda não pagaram os emolumentos ao Tribunal de Contas e que resultaram da apresentação dos acórdãos de execução por uma medida preventiva por parte deste executivo. Porque quando a junta de freguesia num mandato recebe mais de 350 mil euros, nós devemos submeter esses acórdãos a visto do Tribunal de Contas. Foi o que fizemos e foi disso que durante estes meses todos estivemos à espera, um excelente trabalho feito pelos serviços da autarquia, fomos respondendo às questões sucessivamente colocadas pelo Tribunal de Contas no sentido de esclarecer esta questão. Portanto, os 15% que nos comprometemos a distribuímos pelas juntas de freguesia em 2018 estão transferidos, faltando apenas estas duas freguesias, como eu já referi. Logo que elas provem que fizeram o pagamento do emolumento recebem o dinheiro. Tivemos aqui também uma outra afirmação que tem a ver com as instituições sem fins lucrativos e àquilo que é a falta de apoio a essas instituições, e também a importância que elas têm no papel que desempenham – sobre isso não temos nenhuma dívida. Gostaria de vos mostrar aquilo que foram as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos em 2016/2017 e aquilo que está previsto em 2018/2019 (gráfico). Em 2016/2017 temos previsto 1.5 milhões de euros de transferências para as instituições sem fins lucrativos; Em 2018/2019 temos 2.5 milhões de euros, ou seja mais um milhão de euros do que aquilo que foi transferido nos dois últimos anos do anterior mandato. Estes são os dados que elucidam, digamos assim, os cortes que estamos a fazer para essas duas instituições em concreto, mas depois teremos oportunidade no decurso desta Assembleia de falar sobre outros cortes que certamente serão apresentados em relação a outras áreas. Senhor Deputado **Jorge Pereira**, artérias novas, com certeza que sim, são importantes. Mas deixe que lhe diga, quando tem um problema deste tamanho para requalificar as existentes, tem que ter claramente um plano de intervenção na nossa rede viária. Percebemos que a estrada de Vilarinho S. Luís é tremendamente importante, foi prometida por um anterior Presidente de Câmara, não teve nenhum desenvolvimento. Percebemos que a via do nordeste é importante, não temos nenhuma dúvida, mas deixe que lhe diga que a nossa preocupação em primeiro lugar é erradicar os grandes pontos de sinistralidade do concelho. Procurar resolver algumas vias que estão em paralelo e que têm tráfego intenso como a Rua dos Combatentes em Pindelo, como a Rua do Mosteiro que só está parcialmente pavimentada. A rua que serve o lugar das Baralhas em Ossela. Esse local não tem tido o carinho e apoio que nos merecem... Essas são as preocupações que temos no nosso radar de investimentos, incluindo nessas preocupações, as repavimentações que são

necessárias nas nossas zonas industriais. Os nossos empresários não reclamam muito, são resilientes, mas é evidente que eles gostariam de ver pelo menos criadas condições para a condução das águas pluviais e terem pavimentos com qualidade em frente às suas unidades industriais. Só com isso eu acho que eles já ficariam tremendamente satisfeitos. É esse trabalho que estamos a fazer em termos de planeamento ao nível de intervenções não só naquilo que é a nossa preocupação e capacidade de administração de contratação direta, mas também naquilo que vamos fazer por via das empreitadas. Neste ano, investimos perto de 150 mil euros em equipamentos que permitem fazer intervenção nas vias do nosso concelho. Já referi que compramos uma máquina para tapar buracos que estamos à espera da autorização do IMT para podermos operar com essa máquina. Acabamos de comprar uma máquina de 60 mil euros, um BobCat que era fundamental para as intervenções que queremos fazer por administração direta nas vias do nosso concelho. Estamos a procurar criar capacidade interna para dar respostas que por um lado permitam que nós fuçamos de toda a tramitação burocrática que os concursos normalmente envolvem, para termos mais agilidade e capacidade de intervir com rapidez e eficácia no território. Mas por outro lado, para termos instrumentos para sermos nós próprios os grandes elementos de intervenção na nossa rede viária. Em relação à questão do Salão Nobre: Se efetivamente quiséssemos fazer no Edifício do Mercado Municipal, uns Paços do Concelho é evidente que toda a gente entende que a primeira coisa que temos que fazer é resolver o problema do Mercado Municipal, a não ser que o queiramos encerrar. Portanto, para resolvermos o problema do Mercado Municipal temos que comprar um terreno. Os terrenos em Oliveira de Azeméis são terrenos caros, existem muito poucos terrenos disponíveis, e teríamos que ter também, a verba disponível para a construção de um novo Mercado e não existem fundos comunitários para apoiar a construção desse tipo de equipamentos. Temos uma perspetiva um pouco diferente, e não vamos deixar que o mercado, porque é isso que acontece hoje, é um luxo. É um mercado municipal que só tem vida às quartas-feiras e aos sábados e nem durante todo dia. Queremos criar ali uma resposta que permita que sejam induzidos públicos no próprio mercado, resolvermos o problema do estacionamento que se verifica hoje na envolvente do mercado, induzir público na nossa zona histórica e que tenhamos a possibilidade de o Mercado Municipal ser alterado para continuar a ser mercado, mas também uma resposta que tenha vida para além destes dois dias que eu acabei de referir. O projeto que vamos elaborar é criar uma resposta que permita sobretudo trazer as pessoas através do transporte público até ao centro da cidade. Dir-me-á, e referiu que nós vamos ter ali um sistema onde dormem umas camionetas, não, elas não vão dormir lá. Não é esse o objetivo, nem vamos pegar naquilo que existe hoje e que é utilizado pela TRANSDEV e metê-lo no edifício do Mercado Municipal... Nada disso. Aquilo é um sistema de pick&go as pessoas são deixadas ali naquele espaço e são recolhidas naquele espaço e os autocarros não ficam no espaço. O objetivo é, em vez de acontecer o que acontece hoje e que as pessoas são recolhidas na Praça José da Costa, passam a ser recolhidas no interior do equipamento, têm a sala de espera e todo um conjunto

de condições. Vamos também, procurar criar espaços de restauração para que as dinâmicas sejam completamente diferentes das dinâmicas que existem hoje. Porquê estes investimentos, porquê os Paços do Concelho na Casa Sequeira Monterroso, porquê os investimentos no Mercado Municipal? Tem tudo a ver com aquilo que os fundos comunitários permitem fazer, ou seja, nós muitas vezes gostaríamos de ter outras opções. Gostaríamos de ter outras respostas. Gostaríamos de ter outras abordagens. Porque eu não discordo daquilo que disse em relação à localização do edifício dos Paços do Concelho no Mercado Municipal. Não temos é instrumentos, mas diz-me “que temos que trabalhar para isso acontecer”, pois, mas entretanto perdemos os fundos comunitários. Eu já disse aqui repetidas vezes, nós somos o único município que temos taxa de execução zero do PEDU. Portanto, vamos ter uma reavaliação de desempenho no final deste ano, ainda ontem neste encontro que tivemos por causa das comemorações dos 110 Anos da Linha de Vale do Vouga, numa conversa informal que tive com Prof. Frei de Sousa da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte, fui alertado, e ele manifestou-me a sua preocupação em relação àquilo que pode vir a acontecer ao Município de Oliveira de Azeméis no final deste ano... Portanto, nós não podemos neste momento reformular tudo aquilo que andamos a fazer, e tudo aquilo que andamos a trabalhar, no sentido de adequarmos as coisas às melhores respostas. É evidente que este planeamento devia ter sido feito de forma atempada, tivemos problemas na autarquia que praticamente colocaram em suspenso durante um ano o desenvolvimento de todos estes processos. Respeita-se isso, compreende-se isso. Mas o que é facto, é que esse ano foi determinante para que as coisas não evoluíssem como deviam ter evoluído. Hoje, temos que recuperar tempo e “andar da perna”, porque senão não vamos ter nada. As opções que estamos a tomar são estas, compreendo que o fórum municipal podia ser efetivamente na zona do mercado, mas deixe que lhe diga que a Casa Sequeira Monterroso é igualmente central, é uma casa com história, dignidade, uma casa que tem a descrição que diz que estes equipamentos devem ter, julgo que teremos aí uma resposta muito importante. Em relação a todas as outras coisas que aqui referiu, a Rua do Mosteiro, etc.. Nós fizemos a avaliação da intervenção na zona em paralelo na Rua do Mosteiro, e sem exagero, e sem falarmos sequer na criação das redes de água e saneamento entre outros, falarmos apenas de passeios, condução de águas pluviais, etc. estamos a falar de meio milhão de euros. É um investimento muito substancial, estamos a falar numa avaliação interna feita pela autarquia, e não quer dizer que este valor seja diferente depois quando lançado a concurso. O que eu estou a dizer, é que estas são coisas muito pesadas. Tínhamos perspetivas de intervir imediatamente na Rua dos Combatentes aproveitando a intervenção que está a ser feita na EN 327, mas quando olhamos para o orçamento que era necessário para requalificar essa via, recuámos. Porque efetivamente estamos a falar de um valor inabarcável e que corresponderia à totalidade das verbas que nós investimos por administração direta na requalificação de um conjunto de vias no nosso concelho. Estas coisas têm que se fazer com alguma prudência, calma e claramente de acordo com as disponibilidades financeiras que vamos tendo. Ponte Nova, Vilarinho de São

*Luís, etc.: Vilarinho de São Luís é uma prioridade, é evidente que é muito importante, já o referi. A Ponte Nova é outra prioridade, e por isso é que ainda ontem, tivemos aqui a CONDURIL – uma empresa especialista na requalificação de pontes - a iniciar o trajeto de avaliação das 122 pontes e passadiços que temos no nosso concelho. É um número tremendamente expressivo, peço-vos que façam o exercício de alocação de uma verba absolutamente simbólica de 40/50 mil euros para requalificar cada uma delas para perceberem a dimensão do investimento que temos que fazer. É um facto que muitas dessas pontes não precisam de requalificação, mas aquelas que precisarem, nós temos que arranjar dotação financeira para o fazer e a Ponte Nova, é claramente uma das pontes que nos preocupa embora tenhamos, e ainda ontem também vedada ao trânsito a pesados, julgo eu, uma ponte no Pinheiro da Bemposta. Correto? Proteção Civil: a Proteção Civil é uma matéria que é cara, compreendo isso. Não estivemos parados, temos desenvolvido, e estamos a trabalhar os protocolos que temos com as cooperações de Bombeiros, porque como eu sempre disse são elas que garantem, ou melhor, são elas a primeira linha do bom funcionamento do nosso sistema municipal de Proteção Civil. Mas é evidente que nós queremos desenvolver tudo o processo e estamos a trabalhar nisso para que tenhamos um serviço municipal de Proteção Civil eficaz. Eu olho por exemplo, para a Câmara de Gondomar e gostaria de ter uma coisa parecida com aquilo, toda a gente ambiciona ter algo parecido com aquilo, não sou só eu – muitos outros municípios no país. É para aí que temos que caminhar. Fomos, em 2018, desafiados com a tarefa das faixas de gestão de combustível. Foi uma tarefa brutal que concentrou muito os nossos recursos financeiros. Tivemos que requalificar cinco pontos de água (temos 12 pontos de água operacionais no nosso concelho – 4 terrestres e 8 mistos); Tivemos que comprar reservatórios. Estamos a tratar de um reservatório de 22m³ para Carregosa e um de 1000m³ para Fajões. Nós, muito rapidamente, fomos confrontados com um investimento de 250 mil euros que tivemos que fazer neste esforço de requalificação de pontos de água, de caminhos florestais, de compra de reservatórios que seria uma verba muito importante para aquilo que nós gostaríamos de fazer e para os passos que gostaríamos de trilhar naquilo que são os serviços municipais de Proteção Civil que ambicionamos ter. Eu, sinceramente, não mudei de opinião e continua achar que é fundamental termos um serviço municipal de Proteção Civil que ofereça garantias de segurança às pessoas. Estou neste momento na autarquia a criar um gabinete de “crise” – algo que não existia – e que vai procurar em caso de tragédia termos uma coordenação dos meios completamente diferentes daquela que temos. É evidente que também há a coordenação que diz respeito às forças no terreno que tem muito a ver com os seus comandos locais, distritais, ou até nacionais. Mas queremos que o gabinete de crise tenha a possibilidade de em caso de termos alguma tragédia, termos um conjunto de pessoas/operacionais/elementos que imediatamente estarão no terreno. Em relação a algumas observações feitas pelo Senhor Deputado **Albino Martins**: o nosso otimismo é sensato. Não é um otimismo imprudente e irresponsável, e devemos ter razões para ter otimismo. Nós temos que confiar na nossa capacidade coletiva. Eu confio na capacidade*

individual e coletiva dos oliveirenses, portanto tenho razões para estar otimista em relação ao futuro, quanto mais não seja, porque confiamos na nossa capacidade e naquilo que são o legado do nosso passado e este movimento associativo que temos, as empresas que temos, a nossa capacidade de iniciativa instalada no concelho – são motivos de sobra para confiarmos no futuro. É evidente que se conseguirmos trazer também para este plano uma gestão pública mais rigorosa e mais competente é evidente que o trabalho fica mais facilitado. Eu nunca disse que a redução da dívida não era importante. A redução da dívida é importante, foi importante e será sempre importante. Não é isso que está em causa, o que é importante é nós percebermos como é que chegamos até aí e se essa dívida é uma dívida que se traduziu num conjunto de melhorias que são percecionadas pela população e num conjunto de melhorias que são importantes para que o território se desenvolva. A capacidade de endividamento de 5 milhões de euros existe, é um facto, agora até é um pouco superior é de 7 milhões de euros. Mas não nos esqueçamos que não queremos recorrer a essa capacidade de endividamento enquanto temos capacidade e um percurso a fazer no sentido de gerar um conjunto de poupanças que nos permitem acudir a um conjunto de investimentos municipais que são necessários. Esse é o percurso que estamos a fazer. Não nos esqueçamos que recorrer a isso significa aumentar a dívida municipal. Portanto nós só aumentaremos a dívida municipal se tivermos claramente necessidade de o fazer. Estamos a ser muito seletivos nas despesas que fazemos, estamos a introduzir um conjunto de mecanismos de poupanças como este da iluminação pública, a poupança da água, dos combustíveis e dos próprios seguros. Já referimos aqui outras poupanças ao nível do arrendamento, é nessa perspetiva que nós não temos necessidade de recorrer a estes 5/7 milhões de euros que estão disponíveis por via da saída do Plano de Saneamento Financeiro. A rede de água e saneamento já referi aqui e não vou perder mais tempo com isso e não fujo a esse debate de maneira nenhuma, é um problema grave que durante 40 anos não se conseguiu resolver. A diferença é que hoje há um reconhecimento objetivo do problema. Aquilo que se dizia no passado é que a concessão ia resolver o problema. Esta é uma diferença enorme no discurso político, hoje não negamos que temos problemas e dificuldades na resolução dos problemas. Mas no passado aquilo que se dizia era que esta concessão de rede de água e saneamento permitia a resolução desse problema, isso é falso. Neste momento estamos a trabalhar com a concessionária no sentido de criar uma resposta para procurar resolver o problema. Senhor deputado, apresentou aqui um conjunto de questões sobre um conjunto de coisas, o que é facto é que estamos a falar objetivamente de quê? Eu dou-lhe um exemplo: referiu a questão da compra da Garagem Justino, para nós é uma oportunidade, e achamos que é um instrumento importantíssimo. Temos que criar respostas culturais no nosso concelho, de gerar talento. Repare, não foi só eu que o disse, também ao abrigo do estatuto de direito à oposição quando questionamos o PSD sobre as grandes obras que queriam ver no Orçamento, dizem assim “na cultura parece inexistir qualquer aposta ou intenção de investir nesta área, quer nos subsídios previstos para as associações, quer na requalificação de espaços para as atividades associativas culturais para

além da requalificação do Cineteatro Caracas”. Ou seja, são os senhores que reclamam mais espaços onde possamos promover cultura e é isso que estamos a fazer. Referiu esses espaços, a Galeria Tomás Costa, o Museu Regional, etc. com certeza que são espaços que devem merecer o nosso apoio e o nosso carinho, mas eu acho que nós nunca vamos ter excesso de espaços culturais. Todos os espaços culturais que tivermos e se conseguirmos que esses espaços culturais se democratizem e estendam a todo o concelho, excelente. Conforme aqui foi dito e bem, aquela afirmação que foi aqui proferida sobre a cultura é absolutamente elucidativa. Portanto temos que fazer uma aposta na criação e formação de públicos para a cultura e é isso que procuramos fazer na Garagem Justino. Não nos esqueçamos que temos no centro da cidade alguma dificuldade em termos espaços que permitam múltiplos usos e acolher um conjunto de iniciativas, estamos sempre com tremendas dificuldades em resolver o problema. O Centro Interpretativo do Vidro: nós não esquecemos o Centro Interpretativo do Vidro, estamos a trabalhar ativamente no Centro Interpretativo do Vidro. O problema é que perdemos a candidatura aos fundos comunitários, 1.400.000,00€, como já havíamos referido, e estamos a pagar 500.000,00€. Portanto temos que pagar esse valor, esperamos conseguir até ao final do ano. Vamos ver se é possível, 350.000,00€ já foram pagos. Esse era dinheiro importante para aquilo que nos propomos fazer, mas mesmo assim estamos a trabalhar e vamos lançar um concurso – 850.000,00€ para a requalificação dos dois espaços (para as duas fases, antiga casa do Mateiro e o novo edifício). Esperamos que o Centro Interpretativo do Vidro venha a ser uma realidade. O parque urbano, repare, 1.250.000,00€ e depois vamos investir para já a verba que está alocada no PPI. Depois, se for necessário mais dinheiro, nós chegaremos aos tais 3/3.500.000,00€. Eu, já expliquei que acho uma resposta fundamental. No passado foram feitos outros investimentos: investimos mais de 5.000.000,00€ no Parque de La-Salette, investimos mais de 1.000.000,00€ na compra da Quinta da Cachana (quando precisávamos na realidade de 200.000,00€) e temos ainda por causa da intervenção nesse troço um processo judicial de 2.400.000,00€ que são reclamados à autarquia. Temos um conjunto de investimentos nos terrenos do Pica. Enfim, um conjunto de prioridades que foram definidas no passado, e consideradas como boas. Nós temos estas do parque urbano como uma prioridade estruturante para a cidade e para o concelho. Portanto, vamos fazê-la dando a garantia que é uma obra que nem de longe nem de perto ficará perto dos montantes que gastamos, por exemplo, na Praça da Cidade. Nós gastamos 7.000.000,00€ na Praça da Cidade. Nós estamos a falar de investimentos substancialmente diferentes a esse, mas com um impacto que espero que seja substancialmente melhor do que esse. Dizer-vos apenas que este Orçamento conforme já disse, é o nosso Orçamento. Assumiremos todas as responsabilidades por todos os investimentos que estão neles contidos e também Senhor Deputado Jorge Pereira, Senhor Deputado Albino Martins, Senhor Deputado Bruno Aragão, Senhor Deputado Domingos Oliveira, não vamos dizer que este é o Orçamento que resolve tudo os problemas do concelho. Porque para resolver todos os problemas do concelho precisamos de recursos que não diria que são ilimitados, mas de recursos substancialmente diferentes destes. É um caminho, é um

percurso que estamos a fazer. Um grande caminho faz-se sempre com um primeiro pequeno passo. É isso que estamos a fazer, a dar um primeiro pequeno passo no sentido de podermos percorrer um caminho que achamos que vai ser de sucesso. Obviamente todos querem isso.” =

===== O Senhor **Deputado Albino Martins** fez a seguinte interpelação à Mesa da Assembleia Municipal. =====

===== “A minha interpelação à Mesa prende-se com a hora. Temos muitos pontos para discutir e penso, na minha perspetiva, que precisamos de mais duas horas no mínimo. Portanto, eu ia propor à Senhora Presidente que suspendesse os trabalhos e retomasse noutra altura se toda a gente concordasse.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão**, do PS. =====

===== “Senhora Presidente, muito obrigado. Relativamente à suspensão dos trabalhos, eu admito a interrupção dos mesmos até meia hora e depois continuarmos, e não fazermos esta Assembleia noutro dia. Achando isso difícil e percebendo que possa ser um sacrifício, eu próprio farei esse sacrifício. Podemos fazer uma interrupção dos trabalhos, as pessoas podem comer e depois retomamos, até porque temos que aprovar as taxas, pontos extremamente importantes.” =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Desculpe Senhor Deputado, já o deixarei concluir a sua intervenção. Visto que o ponto já foi discutido, acho que estamos em condições de o votar. Posteriormente iremos fazer um pequeno intervalo, e reunirei com os líderes das bancadas onde acordaremos quanto tempo iremos interromper. Se assim concordarem, claro.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão**, que prosseguiu com a sua intervenção. =====

===== “Senhora Presidente, muito obrigado, e para ser muito breve porque há aqui alguns esclarecimentos do Senhor Presidente de Câmara que nós agradecemos, mas há uma informação pública que nos preocupa e sobre isso também me queria prenunciar. Antes dizer que de facto, Senhor Prof. Albino, está tão centrado na oposição e na oposição que o Partido Socialista fazia que às vezes nem ouve bem aquilo que eu digo. E o que disse relativamente àquele exemplo dos 80 anos, depois consultará a ata certamente, não é verdade que em rigor da verdade esteja tudo igual. Eu disse que em 1975, que é um ano que nós referimos muito, éramos um concelho exemplo na região e até no país. A seguir disse, e também não é verdade, que de 1975 a 2018 o concelho seja o mesmo e esteja igual. Senhor deputado, eu já disse uma vez e volto a dizer, aliás disse muitas vezes: não me haverá, nunca, fazer uma avaliação desapaixonada daquilo que temos. Mas ver-me-á a fazer uma defesa apaixonada e isenta, isso sim. Da análise política que o Senhor tem e uma capacidade aí muito melhor do que a minha, de deturpar... Repare que o senhor diz, que o Partido Socialista não tem neste Orçamento as suas prioridades e na mesma intervenção diz que afinal isto são as prioridades do Partido Socialista e que não fazem muito sentido. O Senhor diz que nós não devemos atirar as canas

porque nos podem cair na cabeça, e logo a seguir diz que nos anos anteriores aquele período em que os senhores, e que foram gestão, é que foram os grandes anos e os bons anos. Repare, é exatamente na mesma intervenção que o Senhor faz isto. O Senhor diz a culpa é sempre dos outros centrando a frase que eu referi, e repara o senhor num ano assaca mais responsabilidades ao Partido Socialista do que assaca aos 40 anos em que os senhores foram poder. O Senhor repara que na aprovação deste Orçamento, diz que tudo o que é bom vem de trás, tudo que é mau são as prioridades e os compromissos do Partido Socialista. Foi isto que disse, e mais, há um cuidado que nós devemos ter: quando somos sujeitos ou quando podemos ser sujeitos ao contraditório, os números que trazemos têm que ser mais corretos. O exemplo que deu das transferências para as juntas de freguesia, decalcando a informação que se tentou passar em canais de comunicação social, que não são canais que não admitem o contraditório, meus senhores quando os trazem para aqui têm que ser melhor preparados. Porque caímos na situação de dizer que a responsabilidade é do Partido Socialista, que os problemas são do Partido Socialista, que o Partido Socialista faz exatamente o contrario daquilo que disse, e não foi isso, nem é isso que está acontecer. A culpa foi sempre efetivamente dos outros. Reforçou exatamente aquilo que eu disse, no que foi a minha intervenção inicial. Aquilo que o senhor disse em toda a sua intervenção foi isso. Meus senhores, a culpa é dos outros. Aquilo que se faz de bom já vinha de trás. Muito obrigado.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo**, do CDS/PP. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Uma vez que a minha intervenção suscitou e ainda bem, aqui o despertar de consciências, eu neste momento voltaria a reescrever, exatamente, tal e qual, Oliveira de Azeméis teve há 80 anos (e foi isto que eu quis dizer), um visionário que definiu e desenhou, foi um estratega para a cidade (eu não falei no município) de Oliveira de Azeméis. Foi o estratega das ruas que ainda hoje existem em Oliveira de Azeméis. Foi isto. Portanto, aquilo que eu aqui vi e isto não me conseguem desmentir, é a verdade dos factos - continuamos no mesmo diapasão. E pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara, ainda não delineou aqui a nova estratégia. Está-me aqui a apresentar cuidados paliativos, respostas que efetivamente são uma necessidade para a cidade, são prementes por tudo aquilo que já falamos aqui, mas que não passam de cuidados paliativos e continuamos sem a tal visão estratega. Obrigada.”

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto **3.1** à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano de 2019, com a seguinte votação: - a favor: dezanove votos do PS, três votos do CDS/PP e um voto do Independente; - contra: onze votos do PSD; - abstenções: o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, o voto do Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/Pindelo e o voto da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====

===== *Posteriormente a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto 3.2 à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar as normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII e os subpontos 1.a) e b); e 2., com a seguinte votação: - a favor: dezanove votos do PS, três votos do CDS/PP e um voto do Independente; - contra: onze votos do PSD; - abstenções: o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, o voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, o voto do Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/Pindelo e o voto da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“Vamos fazer uma pausa para acordar com os líderes dos grupos municipais como vamos proceder.” =====*

===== *A sessão da Assembleia Municipal foi retomada. =====*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“Agradecia que tomassem os vossos lugares no plenário. Durante esta pausa foi acordado com os grupos municipais, que iremos discutir e votar os pontos 4,5,6 e 7; 19, 20,21,22 e 23 da Ordem de Trabalhos – por serem os pontos mais prioritários. Atendendo a que já existiam propostas de vários pontos e que já não era possível trazê-las hoje, atendendo também que vão ter que ser discutidos antes do final ano, já estava prevista uma reunião extraordinária para dia 15 de dezembro. Desta forma, os restantes pontos desta Ordem de Trabalhos transitarão automaticamente para dia 15 – reunião, que vos iria ser comunicada na próxima semana. Vamos, então, continuar a sessão.” =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====*

===== *“Senhora Presidente, quero que fique registado em ata, que o Partido Socialista se disponibilizou para fazer este adiamento, mas com algumas ressalvas. Em primeiro: porque está previsto uma Assembleia Municipal Extraordinária, e portanto, não oneramos o município com os custos de uma nova sessão, isso para nós é fundamental. E exclusivamente por causa desse pressuposto não adiaríamos a sessão se essa Assembleia não estivesse já prevista e um conjunto de pontos para aprovação. Os senhores deputados municipais e todos nós sabemos que as assembleias municipais, sobretudo, as de novembro e de abril que têm contas e orçamentos são assembleias longas. Estamos, naturalmente, disponíveis para revermos o horário se acharem que este não é um bom horário; estamos disponíveis para iniciar por exemplo no período da tarde, mas nunca com o argumento de que há compromissos que as pessoas naturalmente nas suas vidas assumem. Porque estes dias estão reservados, inclusive para os quatro anos de mandato e as pessoas vão fazendo os seus agendamentos. É só, neste pressuposto, que vamos fazer isto, e repare-se vamos retirar 11 pontos em que quatro são posturas de trânsito, se os submetêssemos à aprovação uma parte substancial ficaria resolvida sem grande dificuldade.” =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====

===== “Já que o Senhor Deputado Bruno Aragão fez a sua declaração sobre este assunto eu queria dizer também que o PSD apenas levantou esta questão porque a escolha do sábado não teve a nossa concordância. Vários elementos, por exemplo o líder da nossa bancada não está cá hoje, e ele disse que o sábado era muito complicado para ele. Depois nunca assumimos que as assembleias eram para todo o dia, apenas as temáticas. Dados os vários compromissos que foram assumidos na perspetiva de que a assembleia duraria o máximo até as 14:00/14:30h, nunca mais do que isso. Portanto a assembleia seria de manhã e de tarde com a temática e como não houve da nossa parte a concordância para que fosse ao sábado porque sempre entendemos que não seria o melhor dia, e por isso é que agora surgiu este problema. Peço desculpa.” =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Bem, já tinha recebido um comunicado sobre esse assunto pelo líder da vossa Bancada (PSD). Iremos fazer uma reunião e tentar perceber qual será então o dia e a hora melhor para podermos responder aos nossos compromissos e combinações, uma vez que nos comprometemos todos a fazer uma assembleia que seguiria com uma temática três vezes por ano – o que nunca foi questionado por ninguém. Efetivamente há alguma coincidência em alguns sábados para o Deputado Carlos Costa Gomes, mas para mim é novidade que não aprovassem o sábado de manhã, não foi isso que me transmitiram. Aliás, parece-me que para a questão que está aqui a ser colocada hoje, começar no sábado de manhã é preferível do que começar à tarde ou à noite, porque se assim for, não há nenhuma reunião que não se prolongue para o dia seguinte. Não estou a ver que alguma reunião que tenhamos feito se tenha resolvido em duas horas, aliás tem sido essa a dificuldade, sempre. É sinal que a discussão é intensa, é aberta, e que as pessoas têm muitas questões para colocar. Mas isso vai ser com certeza acordado e não vamos agora demorar mais tempo. Vamos seguir com a Ordem de Trabalhos.” =====

===== **Ponto quatro: Mapa de Pessoal para 2019 (I/64601/2018) – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (n.º1 do art.º 28º do Anexo à Lei n.º35/2014, de 20.06 e respetivas alterações); - Que o planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal à acompanhar a proposta de orçamento (n.º2 do mesmo artigo); - Que estes elementos devem acompanhar a proposta de orçamento (n.º3 do citado artigo); - As necessidades previsionais de pessoal para 2019; - Que o mapa de pessoal no atual contexto de restrições, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em

função: a. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º2 do art.º 29º do referido anexo ao diploma). Proponho: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2019 (em anexo); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º4 do art.º 29º do Anexo à Lei n.º35/2014, de 20.06 conjugado com a alínea o) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I, à Lei n.º75/2913, de 12.09.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Em completa economia de tempo, estamos a falar das necessidades provisionais de recursos humanos para 2019. Estamos a falar de três pessoas para a parte de jardinagem, estamos a falar de três pessoas para a limpeza e duas pessoas para os serviços de asfaltamento e conservação de vias. Estamos a falar de pessoas que são necessárias, sobretudo para substituir pessoas que se aposentam. Alocamos uma verba de 40.000,00€ para essas necessidades provisionais.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto cinco: Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2019 (I/67030/2018);** =

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O definido na alínea c) do art.º 14º, e no n.º 1 do art.º 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de Dezembro) determina que não há lugar à liquidação e cobrança da Derrama nos termos do n.º 17 e n.º 18 do art.º 18º da RFALEI; Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais; Os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas

adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei nº 12-A/2010, conforme o art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município no ano de 2010; No(s) Orçamento(s) de Estado de: 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012; 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; 2015, 2016, 2017 e 2018 houve um aumento de 589.982,00€, 153.965,00€, 365.430,00€ e 195.978,00€, respetivamente, no entanto, nos referidos anos, o Município passou a ter a obrigação legal de contribuir anualmente no montante 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e posteriores alterações. Para 2019, permanece a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, contudo, será de valor inferior em 50%, ou seja 112.928,00€, face ao valor previsto, de acordo com a LOE/2018, sem prejuízo de poder vir a ser regulado um novo mecanismo de recuperação financeira municipal; O enquadramento atrás referido, o Executivo pretende manter a sua orientação para uma política de apoio às empresas, designadamente às PME's e de dinamização do tecido económico do concelho, apontando a manutenção das taxas pelos valores de 2018; Que, ao abrigo do nº 12 do art.º 18º do RFALEI, e posteriores alterações, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros); Proponho: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2019: Taxa geral de 1,2%; Taxa reduzida de derrama de 0,75%, para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “É a manutenção das taxas de 2018 e 2017 – taxa geral de 1,2% e uma reduzida de 0,75% para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior inferior a 150.000,00€.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais, Bruno Costa, António Grifo, Jorge Pereira, Bruno Aragão e Pedro Paiva. ==

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Fernando Pais**, do PSD. =====

=====
 ===== “Em absoluta economia de tempo, nós entendemos que esta questão da Derrama, uma parte do imposto IRS e que é uma receita camarária importante – sem dúvida. Já vimos aqui qual é a importância dos impostos para a contribuição das necessidades do

município. Temos aqui dois reparos a fazer: relativamente à taxa fixada acima dos 150.000,00€: nós não temos nenhum problema, temos que manter abaixo dos 150.000,00€ e entendemos que essa taxa deve ser abolida até porque não tem muito efeito do ponto de vista da repercussão do Orçamento e dá claramente um sinal favorável respeitante ao nosso tecido empresarial. Em terceiro lugar, eu tinha uma proposta efetiva para fazer, vou dizer de forma clara o que é que se pretende. Todos nós achamos e é política do atual executivo, que devemos criar condições de atratividade a empresas a sediarem-se em Oliveira de Azeméis. Portanto, neste aspeto, eu acho que o município tem que dar um sinal acolhedor para as novas realidades empresariais. Deste modo, eu gostaria de propor, em nome da Bancada do PSD, que as novas empresas que forem criadas no ano de 2019 e que possibilitam a criação no mínimo de 10 postos de emprego, tivessem uma isenção de impostos na taxa de derrama qualquer que fosse o volume de faturação no prazo de dois anos. Eu acho que isto é um sinal evidente de atratividade por parte do município relativamente às empresas que possam ser criadas. É uma situação que de facto pode acolher aqui várias empresas, porque no domínio da escolha da implantação da empresa, é importante que os empresários vejam e estudem melhor as condições do próprio município. Entendemos que isto é uma situação transversal que passa por todos os impostos e de facto o município de Oliveira de Azeméis, hoje, tem uma situação financeira muito mais desafogada do que a teve nos anos anteriores. Mérito deste executivo, mérito dos outros executivos, mas de facto, existem condições porque a condição do contraponto é sempre fácil de rebater.... É dizer: "...Senhor deputado, nós precisamos destas receitas". Acho que há cinco pontos que eu elenquei e importantes para vermos uma redução dos impostos que neste momento são praticados de acordo com o programa eleitoral do PS, mas eu não quero aqui trazer isso porque pode criar algum ruído na discussão e não é saudável. Fundo de apoio municipal, este ano foram reduzidos 100.000,00€. Reforço significativo das verbas de transferências correntes de Orçamento de Estado. Temos um milhão de euros relativamente a 2017, recebemos 12,2 milhões este ano, previsivelmente, recebemos 13 milhões de euros. Aumento da receita fiscal clarinha. O aumento da receita fiscal é claro que no caso da Derrama atinge até um aumento de 18,3% passando de 1.500.000,00€ para 1.800.000,00€. Em quarto lugar, o equilíbrio financeiro da Câmara hoje é uma realidade. Temos que ter essa noção e não vou aqui dizer de quem é a culpa ou não. Porque até é visível pelo prazo médio de pagamento aos fornecedores. Penso que estariam criadas as condições para não olhar só à arrecadação de receita fiscal, olhar também para o ponto de vista de atratividade. Eu tinha outro ponto para discutir mas acho que nós já discutimos isto, o Jorge já levantou a questão que é a falta de investimento em vias estruturantes e em zonas industriais. Em relação a esse debate acho que a questão já está discutida. Era também um apelo que eu queria deixar vincado, que algum deste dinheiro seja efetivamente alocado a essa melhoria das condições, na criação e melhoria das zonas industriais. Muito obrigado." =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Costa, do PS.** =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Seguramente que a discussão dos compromissos eleitorais nunca gerará ruído e estaremos cá para isso. Quero cumprimentar todos os presentes e quem nos ouve lá em casa, na pessoa da Senhora Presidente, e pedir a sua autorização para fazer a minha intervenção relativamente aos pontos 5,6 e 7. Excelentíssimos, a carga fiscal e a sua dimensão são o reflexo dos critérios da sua aplicabilidade do contexto e do momento, mas também da sua finalidade. No que são os impostos municipais, a sua maior expressão encontra eco na Derrama, o esforço das empresas, o IRS, o esforço das famílias e o IMI, um esforço de todos. O valor determinado para a Derrama, não nos oferece discussão. É o que temos vindo a praticar. Mas essa aceitação não se prende ao automatismo do hábito, mas à justiça da sua aplicação no que concerne aos seus critérios e contexto. Este esforço municipal de reduzir a taxa é há vários anos e por unanimidade um apelo ao investimento no concelho. A taxa de IRS mantém-se nos 5%, não ouviram mal, a taxa de IRS mantém-se nos 5% como vem sendo praticada desde que, e sobretudo, por fruto do Plano de Saneamento Financeiro há uma forte pressão para a maximização das receitas. No seu exercício de oposição, e nas propostas que o Partido Socialista pode fazer nesse contexto, sempre selecionamos uma redução desta como um sinal de estímulo às famílias. Num quadro em que não nos competia desenhar o orçamento municipal e dessa forma proporcionar às famílias outros estímulos e incentivos, essa era a nossa possibilidade. Sobretudo num município que não investindo como se nota pelo muito que há para fazer, optava por grandes eventos sobre os quais, hoje, curiosamente ainda não se percebem as consequências para a resolução dos problemas estruturais. Hoje, e de acordo com os nossos compromissos eleitorais, oferecemos às famílias o vale educação, como esperamos oferecer aos idosos o apoio na compra de medicamentos, mas ao mesmo tempo somos o primeiro exemplo no rigor e poupança que introduzimos no esforço dos oliveirenses. O trabalho para poupar em rendas, o esforço em poupança de água e energia elétrica, e mesmo a realização de alguns eventos com a mesma qualidade e metade do custo. Ao esforço que pedimos aos oliveirenses, estamos cientes disso, somos o esforço da autarquia sem por em causa os compromissos que assumimos. O mesmo sobre o IMI - O imposto municipal sobre o qual assumimos o compromisso de, até ao final do mandato, poder reduzir. Para isso fazemos o que nos compete como nos comprometemos, criar soluções de sustentabilidade para isso. Se este é o cenário que desejamos? Seguramente que não, nunca foi. Se este foi aquele com que nos comprometemos - sem dúvida. Mas importa sublinhar, os oliveirenses podem estar seguros que o dinheiro dos seus impostos está ser gerido com rigor. É evidente o combate ao desperísimo e a devolução em forma de medidas que estimulam a economia local, a inclusão e os projetos que já muito tardam. Em 2018 todas as decisões e opções do executivo se revelaram acertadas, não temos razões para duvidar do caminho trilhado. Os compromissos e o trabalho para eles continuarão a ser honrados e nem todos podem dizer o mesmo. Senhora Presidente, este é o compromisso que desejaríamos que

assumisse, num quadro de maior disponibilidade é possível assumir um novo compromisso de baixar a carga fiscal. Muito obrigado. =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *“Obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado, Fernando Pais, se quiser podemos então fazer a discussão dos pontos tal como o colega propôs e se quiser pode retomar a palavra. Pontos 6 e 7, Obrigada.”* =====

===== *“Relativamente ao IMI, e a tudo o que eu disse, a nossa proposta é reduzir para os 0,370% em vez dos 0,375%, e já disse, e expliquei, as razões pelas quais entendemos que os impostos deviam ser sujeitos a alguma descida e não me vou estar a repetir. Só queria que o Senhor Presidente da Câmara me desse alguma informação, que tenho alguma curiosidade em saber. Nós sabemos que há aqui uma majoração relativamente à questão dos espaços florestais e também relativamente aos prédios devolutos. Na proposta tem a indicação de que há uma equipa multidisciplinar de planeamento urbano e do ambiente que tem de facto essa função – que é localizar e sinalizar os diversos prédios urbanos que pela sua natureza ou não, sirvam os objetivos a que foram colocados ou que depois foram abandonados. Gostaria de saber Senhor Presidente, o que é que o município tem feito, não só este município mas também os outros no sentido de identificar estes prédios sabendo nós que depois há toda uma tramitação que leva à questão dos 30%. Tenho consciência que há muita dificuldade nomeadamente na parte de identificação dos proprietários dos referidos edifícios, porque muita gente não regista os prédios, nomeadamente nas aquisições por via de heranças, etc. Gostaria de saber qual o impacto que tem esta majoração dos 30% e se eventualmente algum processo de convencimento por parte da autarquia dos verdadeiros proprietários no sentido de destinar e requalificar o prédio, como nós aqui tanto falamos relativamente aos serviços públicos. Obrigada.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado António Grifo, do PSD.*** =====

===== *“Muito obrigado Senhora Presidente, os meus cumprimentos. Cumprimentar os Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público. Depois destas intervenções e no que concerne ao IRS, vão-me permitir a ironia, lembrei-me do Dr. Pimenta Machado e do Frei Tomás. O Pimenta Machado no que concerne ao futebol disse um dia “o que hoje é verdade, amanhã é mentira” e o Frei Tomás, que toda a gente conhece – bem prega Frei Tomás. Com isto, pedia aos serviços para projetar um levantamento que fiz, desde 2009, das posições que o Partido Socialista tomou no que concerne a este ponto (projeção.) Numa reunião de Câmara de 11/09/2009, onde estavam presentes os vereadores da altura – Manuel Alberto Pereira e Simão Costa Godinho e diziam relativamente à taxa do IRS: “O executivo deveria também aproveitar esta oportunidade para transmitir um sinal de apoio ao esforço das famílias oliveirenses.” Os mesmos, já como presidentes de Junta na reunião de 02/07 votaram o valor proposto de 5%, tendo em 2009 apelado aos 4,5% (projeção). A atual Presidente da*

Assembleia Municipal, na reunião da Assembleia Municipal de 24/11/2009, no que concerne à defesa da proposta do Partido Socialista, diz: “Eu tenho esta obrigação, como médica de família alertar para estas questões, e queria portanto, sensibilizar a Câmara e a Assembleia para esta situação que me inquietou. Por isso pedi esta intervenção quando percebi que pela segunda vez o Partido Socialista propõe, não a aplicação da taxa de 5%, mas uma pequena redução para os 4,5% que parece ser um gesto de abertura e sensibilidade para estas questões. Portanto não percebi porque é que esta citação não sensibilizou a Câmara. É verdade que grão a grão enche a galinha o papo, mas também é verdade que grão a grão se eleva a auto estima dos cidadãos.” – O Partido Socialista propõe outra vez 4,5%, e na Assembleia de 28/12/2017 e a Senhora Presidente da Assembleia, sem qualquer declaração, vota a proposta do Partido Socialista (projeção). O Deputado Bruno Aragão, em 24/11/2009, diz: “Insensibilidade é de facto a palavra que me ocorre. Acho que isto tem que ser muito claro, quando se decide cobrar a 5% um imposto que mexe diretamente com as famílias. Não é uma questão displicente de termos que elevar para o máximo. Enfim, as contas são o que são. As contas não justificam tudo e isto tem que ser claro para toda a gente. Acho que tem que haver aqui um discurso um bocadinho mais contido e não apenas dizer que somos todos muito sensíveis, mas enfim é o que há e temos que cobrar 5%.” Na reunião de 28/12/2017, o Senhor Deputado Bruno Aragão votou sem qualquer intervenção a taxa de 5% (projeção). O Senhor Presidente da Câmara na reunião de 14/09/2010, no uso da palavra, o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que neste caso o município dá uma mensagem muito negativa às famílias que estão confrontadas com dificuldades na obtenção de emprego, que vê as taxas de juro a aumentar, os seus salários congelados, sendo obrigação do executivo camarário dar uma mensagem clara de esperança às famílias Oliveirenses, traduzindo essa esperança na redução dos impostos que lhes são cobrados. Os Vereadores do Partido Socialista propuseram a redução da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos de 2011 para 4,5%.” Na reunião da Câmara Municipal de 24/10/2016, propõe a percentagem de 5% e vota essa percentagem. (projeção) Para terminar, uma que eu julgo muito convincente e engraçada do Deputado Pedro Paiva. Assembleia Municipal de 12/10/2012, a Bancada onde se incluía o Senhor Deputado votou contra: “Como poderá o Senhor Presidente do Município explicar e fazer compreender aos Oliveirenses, que às empresas e ao património não se aplicam as taxas máximas, mas as famílias de forma indiscriminada podem pagar pela taxa máxima.” Eu não vou ler a intervenção toda, vou só ler agora o final. “Por último uma reflexão pessoal, faço um apelo aos Deputados, especialmente com uma Assembleia tão participada como esta, que antes de votarem e se a proposta for admitida à votação, que olhem para trás, hoje a Assembleia está bastante participada como nunca me recordo, correto? Olhem para trás, olhem para os vossos munícipes, olhem para aqueles que vos elegeram e pensem por vós. Porque acho que amanhã certamente muitos vos vão bater à porta e vão perguntar, foi por isto que eu votei em si? Foi para isso que eu votei em si? Afinal, quem é que você defende, que interesses é que

defende?” Isto é a minha maneira de expor e que as vezes, são os tais foguetes que caem. Fico-me por aqui. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

===== “Senhora Presidente, para sermos sucintos iria falar do ponto 6 e do IRS também, o que eu tinha pedido. Entendemos o seguinte: Para 2019 contribuem três fatores que proporcionam ao executivo a elaboração de um orçamento expansionista, em termos de investimento de capital, como há muitos anos não se verificava em Oliveira de Azeméis. Em primeiro lugar vai continuar a tónica do executivo em reduzir a despesa de funcionamento, através de uma gestão mais cuidada com as despesas correntes, e isto é mérito do executivo. Em segundo lugar, há um aumento de receita de impostos que advém da melhoria da economia oliveirense e isto é mérito dos Oliveirenses. Em terceiro lugar, contribui também um aumento das transferências do Estado. Além disso, o endividamento municipal que tem sido reduzido de forma responsável pelos executivos municipais, ano após ano. Por estas razões, porque a Câmara vai arrecadar bastante mais dinheiro, o CDS entende que está na altura de ser aliviado o esforço fiscal de forma transversal a todos os Oliveirenses, através de uma redução da taxa de IRS em meio ponto percentual. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== “Senhora Presidente agradeço, naturalmente, a sua compreensão, uma vez que juntamos três pontos. Senhor António Grifo, como deve compreender, esperava que fizesse uma coisa deste género, mas agrada-me especialmente que o possa ter feito com powerpoint, porque enfim, há muito tempo que tentei trazer este tipo de tecnologias para esta Assembleia. No início fortemente criticado, e digo-lhe, boicotado muitas vezes. Como deve compreender o Partido Socialista deve fazer aquilo que eu disse na tomada de posse deste novo mandato. “Olhos nos olhos, não fugiremos aos nossos compromissos, àquilo que dissemos e à forma como vimos fazendo política”. Começo exatamente, agradecendo-lhe isso, pela forma como acabou citando o Senhor Deputado Pedro Paiva: “Foi por isso que votei em si?” Minhas Senhoras e Meus Senhores: o Partido Socialista apresentou-se a eleições com o quadro de imposto que agora defende. Foi exatamente por isso que os munícipes votaram em nós. O Partido Socialista consciente com aquilo que são as suas opções, apresentou ao eleitorado um quadro de impostos municipais com o compromisso de até ao fim do mandato reduzir o IMI, criando as condições para isso, foi esse o compromisso do Partido Socialista dizendo: “...neste quadro com as opções de investimento que faremos, este é o compromisso em termos de impostos que nós fazemos....” É exatamente isso que estamos a fazer, são exatamente essas as condições que temos vindo a criar. E diz-me, isto retira ou dá algum ónus àquilo que dissemos no passado? De todo. E percebendo exatamente que era isto que iam fazer, eu próprio como faço para todas as minhas intervenções, e fiz por exemplo para a intervenção sobre o orçamento – releio o que disse sempre, sobre um determinado ponto, onde já tive que

me pronunciar. Fez uma citação minha de 2009, mas eu fiz várias vezes esta intervenção, e as vezes que não fiz, foi porque alguém da minha Bancada, com qual sou totalmente solidário, como foi na tal onde disse que não pronunciei uma palavra – não pronunciei, mas pronunciou por mim o Partido Socialista. Há coisa que nós não fazemos nunca, é fugir à discussão, ao debate e justificar o que fizemos. O que fizemos foi simples. Em sede de oposição as ferramentas que tinham e as opções orçamentais que eram feitas, mantemos aquilo que dizíamos – teria sido possível fazer esse alívio do IRS quando outras opções, que nada de estrutural tinham, eram feitas. Sempre foi isto que dissemos, em absoluta coerência com aquilo que dissemos hoje. Mas digo mais, ao propormos ao eleitorado em 2017 dissemos aquilo que sempre temos dito – estas são as nossas opções, se fazemos estas teremos que preterir outras. É exatamente isto que estamos a fazer, não encontra da nossa parte nenhuma incoerência. O que encontra, o que encontram todos é uma responsabilidade nos quadros e no momento em que somos chamados a intervir, uma análise daquilo que está a acontecer e sobre isso uma defesa intransigente. O Partido Socialista propôs efetivamente uma redução para 4,5% muitos anos seguidos precisamente em 10 Assembleias Municipais, a taxa de redução de IRS como um estímulo à família, num momento em que o executivo fazia opções que curiosamente hoje nos conduzem ao estado a que realmente chegamos. Portanto, para que não fique qualquer dúvida, eu achei genuinamente, depois dessa análise e da leitura que fiz, que até mais do que eu, mais do que nós que noutra momento em oposição propusemos 4.5% e hoje em resultado daquilo que prometemos na campanha eleitoral temos vindo aplicar 5%, mais do que nós, eu pensei que vossas excelências fossem as primeiras pessoas a ficarem tranquilas com esta opção. Porque em nenhum momento vossas excelências previram ou propuseram uma coisa diferente. Portanto, também em coerência, eu pensei que agora comessem a defender exatamente aquilo que tinham defendido. Se esse é o argumento, e essa a questão, estamos esclarecidos. Admito que no quadro da oposição, num quadro em que vocês não têm a possibilidade de fazer o vosso orçamento municipal, o possam propor exatamente como o Partido Socialista o propôs; Sem achar em nenhum momento que vossas excelências ao contrário do que fizeram ou prometeram, possam agora propor uma coisa exatamente diferente.” =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado António Grifo**, do CDS/PP. =====
===== “Vou terminar a minha intervenção, exatamente como comecei - Pimenta Machado, “O que hoje é verdade, amanhã é mentira”.” =====
===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. ====
===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Em relação às considerações que aqui foram feitas, algumas notas: Em primeiro lugar, explicar que competitividade fiscal deve ser devidamente planeada. Nós não devemos fazer isto de forma casuística e devemos ter noção do que estamos aqui a fazer. Eu, hoje ouvi aqui um conjunto de contributos, um conjunto de sugestões de redução de 5 para 4,5%; A possibilidade de nós, inclusive, termos um IMI de

0,36%; A possibilidade de nós no ano 2019 isentar de Derrama as empresas que se instalem no nosso concelho; A possibilidade de isentarmos do pagamento da taxa reduzida de Derrama os sujeitos passivos com volume de negócios inferiores a 150.000,00€. Gostaria de perguntar se alguém fez as contas e se sabem do que é que estamos a falar? Se essas sugestões, se alguém tem ideia do montante de redução de impostos que estiveram a falar? Isto porquê? Porque nós devemos ter nestas coisas, um registo de coerência, e esse registo de coerência procurou ser aqui desmontado pelas diferentes bancadas em relação àquilo que foram as atitudes no passado e no presente. É bom que percebamos que quando falamos, aqui, de reivindicações que apresentamos para incluir no Orçamento de 10/12 milhões de euros, reivindicações que complementam aquilo que são os investimentos que estão previstos no PPI e que representariam 20/25 milhões de euros de investimentos num ano, é evidente que depois não podemos num registo de total coerência vir aqui defender uma redução generalizado de todos os impostos. Eu lembro-me perfeitamente do papel que desempenhei no passado e do registo em que o fiz. Portanto, fi-lo num registo de total incoerência porque, obviamente, estávamos a falar de um contexto onde gastaram milhões de euros em vias estruturantes que não servem para coisa nenhuma, onde gastamos milhões em eventos e onde o dinheiro não ficou cá, e seguramente não ficou nas nossas famílias – era nesse contexto que nós defendíamos a redução de impostos e onde efetivamente havia congelamento de salários, constrangimentos para as famílias, o país estava envolvido numa situação muito mais difícil do que na situação que está hoje. Os descongelamentos dos salários são uma realidade, este governo promoveu o descongelamento e devolveu os rendimentos que foram retirados às famílias e aos portugueses de uma maneira geral. Mas, para além disso, é bom que tenhamos noção que fizeram um conjunto de propostas que acabam por num registo, enfim, se calhar não muito rigoroso, contrariar tudo aquilo que foi exigido. Ou seja, não se pode pedir um conjunto vastíssimo de investimento como aconteceu no ponto 3 quando estávamos a discutir o Orçamento, e depois vir aqui exigir uma redução generalizada e objetiva da carga fiscal. Essa redução generalizada não é possível, não foi isso que foi o compromisso assumido com os Oliveirenses, assumimos o compromisso em matéria de IMI – vamos procurar honrar. Nessa perspetiva, o registo de coerência é total. Deixem-me só que procure responder de forma muito breve e com algumas indicações em relação àquilo que foi dito. Foi dito que nós estamos numa situação desafogada e que arrecadamos muito mais receita do que no passado. Esta é uma linguagem que mais uma vez carece de rigor. Quando nós comparamos as receitas de 2016 e 2017 com as receitas de 2018 e 2019, eu lembro uma coisa que nós normalmente com alguma facilidade incorremos nesse erro. Aquilo que está previsto para 2019, está previsto... é um exercício previsional e depois vamos ver a execução do Orçamento. Mas aquilo que vocês podem perceber deste gráfico é que de 2016 para 2017 nós tivemos um aumento das receitas de 3.600.000,00€. Do ano de 2018 para 2019, nós temos 1.88 milhões de euros. É verdade com 1.1 das transferências do Orçamento de Estado, um reforço de transferências temos mais 350.000,00€ de impostos diretos e mais 186.000,00€ de impostos indiretos. Mas com a mesma

facilidade com que eu lhe falo nisso, eu digo-lhe que vamos ter 254.000,00€ de aumentos de encargos com pessoal, 100.000,00€ de encargos em passes e com o aluguer de viaturas com condutor, 265.000,00€ de aumentos para recolha de lixo, 120.000,00€ de aumentos nas refeições confeccionadas; 390.000,00€ na aquisição de bens e serviços, 140.000,00€ de aumento de encargos com as instalações, 31.600,00€ de aumentos com comunicações. Enfim, podia elencar aqui um conjunto de aumentos que estão previstos no Orçamento que rapidamente consomem estes recursos que supostamente são recursos absolutamente extraordinários e únicos, e que nós nunca tivemos ao dispor. Nós tivemos mais recursos, mais ou menos substanciais no passado, e nem mesmo assim nós optamos por fazer reduções substanciais de impostos. Eu lembro que este número é exatamente metade do que nós temos de aumento hoje, ou seja, o aumento que nós tivemos na arrecadação de receitas 2016 para 2017 é o dobro deste aumento de 2018 para 2019. Vamos então ver também os impostos diretos de forma muito rápida: 2015 para 2016 nós tivemos 9,9 milhões de euros; em 2016 10,4 milhões de euros; em 2017 11,25 milhões de euros. Temos previsto em 2018, porque ainda não executamos a totalidade do ano, 11,25 e para 2019 12,3 milhões de euros. Quer isto dizer o quê? Quer dizer que prevemos uma variação de 2018 para 2019 de 350.000,00€, já aqui referi. Os impostos diretos vão aumentar 350.000,00€, mas de 2015 para 2016 os impostos diretos aumentaram 469.300,00€, e em 2016 para 2017 os impostos diretos aumentaram 832.550,00€. Portanto, estamos a falar de uma diferença substancial que não se traduziu naturalmente numa redução de impostos para os oliveirenses. Uma outra componente importante – o IMI. Estamos aqui a falar de IMI. (gráfico) De 2015 a 2016 tivemos um aumento de IMI de 300.000,00€; de 2016 para 2017 - 187.500,00€. Estamos a falar de aumentos acumulados de 256.000,00€. Ou seja, cerca de metade do que foram as receitas arrecadadas dos últimos dois anos de mandato. Famílias (gráfico), outro dado interessante: de 2016 a 2017 - 260.250,00€ de apoio às famílias, 454.600,00€ em 2017, o total são 714 mil euros. Em 2018, 424.000,00€, em 2019 temos previsto uma redução, já aqui referida, de 4% - 385.000,00€, o que totalizam 809.800,00€ euros, ou seja, temos um aumento de 95 mil euros de apoio às famílias. Isto, de forma resumida para procurar responder um pouco àquilo que deve ser uma política objetiva de competitividade fiscal, àquilo que deve ser uma política de apoio social de apoio às famílias e àquilo que são AS políticas de desenvolvimento que queremos para o nosso concelho. É evidente que aquilo que todos desejamos é que seja possível conciliar tudo isto e termos as políticas fiscais o mais atrativas possível. Não só para os investidores, mas também para as famílias. E termos a possibilidade de termos verbas disponíveis para fazermos os investimentos que o concelho tanto carece. Aquilo que estamos a procurar fazer é, não aumentando a carga fiscal aos oliveirenses, aos empresários, às famílias, estamos a procurar poupar onde devemos poupar e procurar com esse dinheiro não onerar a carga fiscal dos Oliveirenses e fazer o investimento que o concelho precisa. Portanto, nessa perspetiva, honrando aquilo que são os nossos compromissos, nós mantemos todas as taxas sendo certo que estamos a trabalhar para reduzir a taxa de IMI que abrange indiscriminadamente o

*universo Oliveirense e foi esse o compromisso que assumimos com todos. Em relação à questão que o Deputado **Fernando Pais** me colocou que tem a ver com a majoração que está prevista para os prédios urbanos e rurais. Não é nada fácil, não temos o cadastro atualizado desses prédios, há muitos anos que a autarquia não consegue cobrar essa majoração. Aquilo que estamos a fazer, é procurar com a AT afetar recursos humanos da autarquia que ficam disponíveis na Autoridade Tributária para fazerem a atualização desse cadastro para que tenhamos possibilidade de cumprir aquilo que aqui decidimos. Nós não temos condições, não tivemos no passado para fazer esta arrecadação de receita. Já disponibilizámos um ou dois recursos humanos para isso, estamos à espera da decisão da Senhora Inspectora Geral de Finanças. Muito obrigado.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Pedro Paiva**, do PS.* =====

===== *“Muito obrigado à Senhora Presidente da Assembleia Municipal por me conceder a palavra. Expressos os meus cumprimentos a todos os presentes na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Faço esta intervenção, no sentido de responder à intervenção do Senhor Grifo e no âmbito da defesa pessoal. Pessoalmente, e acho que todos que estamos aqui presentes defendemos a redução dos impostos. De facto, se conseguíssemos fazer face às necessidades das populações sem cobrar impostos, isso seria o ideal. Esta é a minha convicção pessoal e penso que a convicção de todos aqui presentes – sempre que possível reduzir os encargos no âmbito das taxas de impostos perante os munícipes. Refletindo sobre a posição que foi tomada na altura e na que tenho hoje, mantenho exatamente as mesmas palavras. Porque se calhar ao contrário de alguns que estão aqui hoje presentes, que defendiam os interesses de alguns que levantavam a mão, aprovavam e depois aqueles interesses que defendiam - coletividades, pessoas, empresas, fosse o que fosse, muitas vezes teriam que mendigar à Câmara Municipal pagamentos de alguns subsídios, contribuições para a sua sobrevivência – eu não tenho esse problema de consciência. Eu aprovo esta taxa, mas consigo sair daqui e o primeiro munícipe que me surgir pela frente, eu digo: “Sim, senhor. Vamos fazer este esforço mas pelo melhor de toda a gente, pelo melhor da nossa sociedade e bem pessoal. Este projeto/Orçamento, ele visa acima de tudo o investimento, melhoria das condições”. Consigo justificar e fazer compreender a qualquer cidadão que me surja à frente, esta minha posição. Não a mudança de posição, mas sim a justificação desta situação e porque continuo a defender, e assim o farei sempre, a redução dos impostos. Mas consigo compreender que em certos momentos é necessário fazer um esforço pessoal por um bem maior, que é a comunidade. E só assim se compreenderá ou aceita a aprovação e aplicação desta taxa. Muito obrigado.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Costa**, do PS.* =====

===== *“Muito obrigado. Muito rapidamente, para que não reste qualquer dúvida, solicitei palavra. Os 5% não é relativamente ao IRS, nem a quem exerce poder, nem os 4,5% é*

de quem exerce oposição. Muito bem prega Frei Tomás na generalidade, e gostaria de saber como é que Frei Tomás na especialidade, e no papel de uma oposição construtiva, iria retirar dinheiro e a que rubrica, para reduzir a taxa de IRS dos 5 para os 4,5%. Porque nós enquanto oposição, durante dez anos, dissemos que devíamos retirar dinheiro que considerávamos gastos supérfluos, nos grandes eventos e naquilo que considerávamos despesismo. Muito bem, a vossa proposta dos 4,5%, mas que medidas tomariam para que baixássemos a taxa dos 5 para os 4,5%? Obrigado.” =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a taxa de 1,2%; e por maioria a taxa de 0,75% para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€, com a seguinte votação: - a favor: dezoito votos do PS, três votos do CDS/PP e um voto do Independente, - contra: seis votos do PSD; - abstenções: 4 votos do PSD. =====

===== **Ponto seis: Definição de percentagem de participação no IRS, sobre os rendimentos de 2019 (I/67043/2018);** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea f) do art.º 14º conjugado com a alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do art.º 25º, e com o art.º 26º, n.º 1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; - Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de Dezembro) equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios, conforme n.º 3 do art.º 26º do RFALEI; - Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais; - As medidas adicionais do plano de estabilidade e crescimento (PEC), Lei n.º 12-A/2010, conforme o art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado, para as Autarquias Locais, que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€), para o nosso Município no ano de 2010; - No(s) Orçamento(s) de Estado de: 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012; 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; 2015, 2016, 2017 e 2018 houve um aumento de 589.982,00€, 153.965,00€, 365.430,00€ e 195.978,00€, respetivamente, no entanto, nos referidos anos, o Município passou a ter a obrigação legal de contribuir anualmente no montante 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e posteriores alterações. Para 2019, permanece a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, contudo, será de valor inferior em 50%, ou seja 112.928,00€, face ao valor previsto, de acordo com a LOE/2018, sem prejuízo de poder vir a ser regulado um novo mecanismo de recuperação financeira municipal; A

percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2019 e transferida para o Município no ano de 2020. PROPÕE-SE: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea f), do art.º 14º e o nº 2 do art.º 26º do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea c), do nº1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2019, em 5%.”

=====
 ===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - a favor: dezoito (18) votos do PS, um (1) voto do Independente; - contra: seis (6) votos do PSD; - abstenções: três (3) e votos do CDS/PP, um (1) voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, um (1) voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, um (1) voto da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, um (1) voto do Senhor Presidente da União de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====

=====
 ===== **Ponto sete: Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos, no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis a aplicar em 2019 - Aprovação (I/67080/2018);** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, determina na alínea a) do seu art.º 14º que o IMI é uma receita municipal; Que a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2019, referidas no art.º 112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 31 de dezembro de 2018. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º 14, do art.º 112 do CIMI, na sua atual redação); Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais; O constante acréscimo de novas responsabilidades e transferências por parte dos Municípios, os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei nº 12-A/2010, conforme o art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do OE para as autarquias locais, o que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município no ano de 2010; No(s) Orçamento(s) de Estado de: 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; 2013, manteve se o mesmo valor de 2012; 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; 2015, 2016, 2017 e 2018 houve um aumento de 589.982,00€, 153.965,00€, 365.430,00€ e 195.978,00€, respetivamente, no entanto, nos referidos anos, o Município passou a ter a obrigação legal de contribuir anualmente no montante 225.856,00€

para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e posteriores alterações. Para 2019, permanece a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, contudo, será de valor inferior em 50%, ou seja 112.928,00€, face ao valor previsto, de acordo com a LOE/2018, sem prejuízo de poder vir a ser regulado um novo mecanismo de recuperação financeira municipal; Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o art.º 112º-A do CIMI, aditado pelo art.º 162º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), de acordo com a seguinte tabela:

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	20
2	40
3 ou mais	70

Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; Não obstante o quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado manter o esforço de amortecimento do impacto e com alcance duplo direto nas famílias, população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, visando atenuar as medidas de austeridade, por força do aumento dos impostos indiretos e novos fatores e coeficientes na avaliação dos imóveis, optando por manter a mesma redução dos valores das taxas de IMI para 2019; bem como a possibilidade da redução de IMI consoante o número de dependentes a cargo do proprietário do imóvel. ASSIM, PROPÕE-SE: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal manter as taxas a aplicar em 2019, iguais às de 2018, correspondendo a uma redução de 0,075 pontos percentuais do valor máximo previsto no CIMI para prédios urbanos: 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos nº 112º, nº1 alínea c), nº 5 e nº 112º-A, aditado pelo art.º 162 da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2019 em: Prédios urbanos: **em geral valor: 0,375%; dedução fixa da taxa de IMI famílias de: 20€ para agregados familiares com 1 dependente; 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; 70€ para agregados familiares com 3 dependentes**

ou mais. 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.º 3, do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio; 3 - Se majore em 30% (0,4875%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano e Ambiente proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 31 de dezembro de 2018, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no dobro (1,6%), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º11, do art.º 112º do CIMI na sua redação atual, deverá o Núcleo de Competências de Gestão de Espaço Florestal, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do nº 10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2019, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações não se julga oportuno propor a fixação respetiva de taxas.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a geral de 0,375% com a seguinte votação: - a favor: dezoito votos do PS, três votos do CDS/PP e um voto do Independente; - contra: seis votos do PSD; - abstenções: 4 votos do PSD. Mais foi deliberado por maioria aprovar a dedução da taxa fixa de IMI de: 20€ para agregados familiares com 1 dependente; 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; 70€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais, com a seguinte votação: - a favor: dezoito votos do PS e três votos do CDS/PP; - contra: seis votos do PSD; - abstenções: quatro votos do PSD. =====

*===== **Ponto oito: Retificação das Normas/Diretrizes e Procedimentos para atribuição de apoios ao desporto (I/64970/2018) – Aprovação - Retirado; =====***

*===== **Ponto nove: Regulamento do Prémio Alfredo Cortez – Concurso de apoio à criação de textos para teatro – Suspensão da vigência (I/69873/2018) – Aprovação - Retirado; =====***

*===== **Ponto dez: Pedido de criação de um lugar de estacionamento para deficientes motores na Rua do Mosteiro, Cucujães (I/61324/2018) – Aprovação - Retirado; =====***

*===== **Ponto onze: Alteração da Postura de Trânsito da Rua Ator Alfredo Ferreira da Silva (I/54691/2018) – Aprovação – Retirado; =====***

=====**Ponto doze:** *Sinalização vertical para as Ruas do Outeiro e da Liberdade em Travanca, Rua Padre José Nunes Antão, no Pinheiro da Bemposta e na Rua Ximena Forjaz, em, Palmaz (I/60030/2018) - Aprovação – Retirado;*=====

=====**Ponto treze:** *Colocação de sinais de trânsito na Rua Frei António Gonçalves e no Lugar da Margonça – Cucujães (I/63756/2018) – Aprovação – Retirado;* =====

=====**Ponto catorze:** *Zona Industrial de Loureiro – Aquisição de Rede à Câmara Municipal (I/17016/2018) – Ratificação de Despacho – Retirado;* =====

=====**Ponto quinze:** *Pedidos de isenção parcial/total do pagamento de taxas pela utilização da Piscina Municipal apresentados por: Filipe e Ana Sofia Henriques Silva; Tânia Silva e Diogo Reis (I/61384/2018) – Aprovação - Retirado;* =====

=====**Ponto dezasseis:** *Pedido de isenção parcial/total do pagamento de taxas pela utilização da Piscina Municipal apresentado por Luís Oliveira (I/64692/2018) – Aprovação – Retirado;*=====

=====**Ponto dezassete:** *Inclusão do Caminho nº 166 no Cadastro dos Caminhos Públicos de UI (I/67785/2018) – Aprovação - Retirado;* =====

=====**Ponto dezoito:** *Contrato de Prestação de Serviços Postais a Crédito – Renovação (I/57279/2018) – Aprovação - Retirado;* =====

=====**Ponto dezanove:** *Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com a Secretaria-Geral de Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana (I/67839/2018) – Aprovação;* =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O desígnio da manutenção de um Estado seguro; - A necessidade de um sistema de segurança interna adequadamente coordenado, eficaz e operativo; - A missão e as atribuições da área governativa da Administração Interna como garante da proteção da liberdade e da segurança das pessoas e dos seus bens; -A necessidade de reorganização das infraestruturas ligadas à área de Segurança; -Que os Municípios constituem parceiros privilegiados do Governo, na manutenção de um Estado seguro; - Que em 21.06.2018 foi aprovada minuta de protocolo tendo em vista a celebração de contrato Interadministrativo de cooperação de cedência e reabilitação de imóvel para nele ser instalado o posto territorial da GNR de Cucujães; - O interesse público municipal em face da finalidade, segurança das populações melhoria das condições do serviço público a prestar pelas forças de segurança; - Que o Contrato Interadministrativo de cooperação só produzirá efeitos, para além de previamente autorizado ministerialmente (cf. n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), após publicação no D. República; - Que a empreitada está prevista no Orçamento e GOP 2019, mais concretamente no Projeto/Ação Nº 4/2019 do PPI; - Que o processo está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, aquando do envio do Contrato de empreitada que terá que acompanhar e demonstrar a previsão, inscrição da obra em PPI para o ano de lançamento e seguintes; - A designação do/a trabalhador/a Humberto Graça como Gestor/a do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: Ao abrigo da alínea r) do n.º1 do art.º*

33ª e alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, conjugados com o n.º 5 e 6 do art.º 22º da Lei n.º 73/2013 e posteriores alterações, a aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com a Secretaria Geral de Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com vista a assegurar a reabilitação de um imóvel para instalação do Posto Territorial da GNR de Cucujães, em condições funcionais e operacionais adequadas ao cumprimento da missão pública desta Força de Segurança, nos termos e condições ali estabelecidas.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Muito rapidamente, esta é a minuta do contrato que nos vai permitir requalificar o edifício das Antigas Finanças em Cucujães para instalarmos o Posto da GNR de Cucujães.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Pedro Paiva, Helga Correia e Simão Godinho. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Pedro Paiva, do PS.** =====

=====
 ===== “De forma muito resumida, congratular o Município pela solução alcançada e pela resolução do presente assunto, o qual já padecia desde há vários anos de uma intervenção urgente e profunda. No que diz respeito a esta questão, e aproveitando a Assembleia Temática da Segurança, no sentido de questionar aqui o Senhor Presidente da Câmara: Como é que está a situação relativamente ao Posto de Cesar? Gostaria também de deixar duas ou três ideias/questões para serem refletidas no âmbito da Câmara Municipal e dos seus técnicos, no que diz respeito à segurança no município. Uma tem a ver com a atualização dos regulamentos, nomeadamente o de guarda-noturno, que penso que está desatualizado devido à legislação em vigor. Relativamente a outra questão que eu acho que deveríamos começar a refletir e que tem a ver com a segurança na cidade e nas freguesias. Nomeadamente através da instalação de câmaras de vídeo vigilância, sobretudo, em alguns locais de animação noturna. Prevenindo-se assim, ou melhor, afastando assim alguns tipos de prática de ilícitos criminais relacionados com o tráfico de estupefacientes ou pequena criminalidade. Câmaras de vigilância, opções essas que já têm vindo a ser tomadas por outros municípios a nível nacional, e acho que podíamos começar a refletir também sobre os prós e contras dessas possibilidades. De facto, mediante outros planos de segurança na comunidade, e analisando planos que existem no estrangeiro (Estados Unidos), Europa; planos de segurança que impliquem a comunidade, projetos inéditos ou adaptando-se projetos que já existem lá fora...rever de facto, como é que nós podemos fazer ou provocar a intervenção da comunidade na segurança, projetos específicos e que se liguem com as autoridades e com a Câmara Municipal. Obrigado.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Helga Correia, do PSD.* =====

===== *“Muito obrigada Senhora Presidente. Senhor Presidente da Câmara, é com agrado que vemos, hoje, na Ordem de Trabalhos para apreciação a minuta do contrato interadministrativo de cooperação a celebrar com a Secretaria Geral da Administração Interna e com a Guarda Nacional Republicana. Uma realidade que se espera para breve, esta que foi e é um anseio da população de Cucujães, de todos aqueles que estão na área de influência daquele Posto Territorial deste e do anterior executivo, Senhor Presidente. Dizer que o trabalho de casa foi feito, também quando a Senhora Secretária esteve de visita a ambos os quartéis em fevereiro de 2017. Posteriormente a essa visita vimos o Posto de Cucujães como prioridade um, na lei de programação das infraestruturas, isto também no início de 2017. Dizer que respondo em parte ao Senhor Deputado Pedro Paiva que a Senhora Secretaria de Estado e o Senhor Ministro da Administração Interna tiveram oportunidade de dizer na Assembleia da República, em resposta à minha intervenção, no âmbito do Orçamento de Estado, que estavam a tentar ver como é que iriam, e era uma boa notícia, acomodar o quartel da GNR de Cesar na lei de programação, porque entretanto estes quartéis vão ser concluídos e irão entrar novos quartéis nessa lei, e o de Cesar seria para eles também uma prioridade. Senhor Presidente da Câmara, esta realidade de Cucujães tem também que ser uma realidade, e isso eu tenho vindo a debater aqui e o Senhor também, para o Posto Territorial de Cesar, do município de Oliveira de Azeméis, agora espera-se que continue a lutar e a dar voz a todos Oliveirenses, e sobretudo à população de Cesar porque isto é uma necessidade que urge – não é de hoje, como todos nós sabemos, mas não podemos, tal como na Linha do Vouga, baixar os braços e temos que levar esta bandeira até à Administração Central, no sentido de exigirmos melhores condições também para este quartel. Muito obrigada.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães – Simão Godinho.* =====

===== *“Muito boa tarde. Quero saudar a Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Helena Santos, Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores; Senhores Deputados, Caros Colegas da Junta, Público em geral, Comunicação Social e também quem nos está ouvir através da Comunicação Social. Só para retificar aqui uma coisa que foi dita aqui pela Dra. Helga, isto foi uma luta pessoal, minha, e o executivo anterior “não mexeu uma palha”. Inclusivamente foi-me prometido, e estão aqui alguns senhores do antigo executivo e que não podem desmentir, de irmos à Secretaria Geral da Administração Interna e isso ficou em “águas de bacalhau” desculpem-me o termo. Nunca houve intensão do anterior executivo. Disponibilizei o espaço, fiz tudo por tudo, e tive uma vez que ir à Assembleia da República pressionar os políticos e só a partir dessa pressão, e com a ajuda do executivo atual e da Câmara Municipal, é que conseguimos realmente ter esta proposta e finalmente Cucujães estar a ser servido pelo novo quartel Territorial das Forças de Segurança da GNR. Muito boa tarde.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. ===

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Se me permite eu respondo aos dois deputados de uma única vez, estamos a falar do mesmo assunto – Posto de Cesar. É evidente, que o Posto de Cesar é uma preocupação nossa. Muito sinceramente, quando nós defendemos uma nova forma de estar e de fazer política, é evidente que deixa de ter importância quem fez e quem não fez. Quando conseguimos, conseguimos todos e quando falhamos, falhamos todos. É isso que me interessa. Portanto, aquilo que eu quero é ver a resposta criada em Cucujães – um investimento de 641.000€ mais IVA, com um prazo de execução de nove meses. Quero é que a obra avance, e quero que nós consigamos também que o Posto de Cesar, um posto que tem condições absolutamente degradantes e com a particularidade de ser um espaço arrendado que custa dinheiro aos contribuintes, ter ali uma resposta digna. Uma resposta para que aqueles militares possam trabalhar condignamente, e os munícipes tenham ali um espaço com qualidade para o serviço público que merecem. Portanto, Senhora Deputada, Senhor Deputado Pedro Paiva, Senhor Presidente da Junta o que interessa é que nós trabalhemos para que o posto de Cucujães entre em obra e depois, obviamente trabalhemos todos, fazendo pressão para que aconteça o mesmo com o Posto de Cesar. O Senhor Presidente da Junta de Cesar tem feito um excelente trabalho para que o posto da GNR não caia no esquecimento ou corra riscos de encerramento. Vamos lutar todos para que ele tenha as obras de requalificação que merece e que aquela população e todas as freguesias de Oliveira de Azeméis e de Arouca a que serve, tenham também aquela resposta ao nível de segurança que merecem. Em relação às sugestões que o Deputado Pedro Paiva fez em relação às questões da segurança, pois vamos acolhê-las e equacioná-las.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte: Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação a celebrar com o Município de Vale de Cambra (I/68181/2018) – Aprovação - Retirado;** =====

===== **Ponto vinte e um: Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte (I/69663/2018) – Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:- Através do Despacho n.º 8591-B/2016, de 1 de julho, o Ministério da Saúde deu início à implementação de consultas de saúde oral no SNS, nos cuidados de saúde primários, de forma faseada, através do desenvolvimento de experiências piloto; - A Administração Regional de Saúde do Norte tem por missão garantir à população da respetiva área geodemográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde; - No âmbito das políticas de apoio social desenvolvidas pelo Município, o estabelecimento de uma parceria com a ARS Norte contribuirá simultaneamente para a promoção de uma política efetiva de combate às assimetrias territoriais e sociais; - O interesse do Município em colaborar no projeto-piloto no âmbito da

prestação de consultas de saúde oral no SNS; - O protocolo de colaboração celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte em 18/09/2018; Propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos referidos, a ratificação do Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte, em anexo, que tem como objeto enquadrar a colaboração entre as partes na implementação de consultas de saúde oral no Serviço Nacional de Saúde, nos cuidados de saúde primários no Município, ao abrigo da al. g), nº 2, do art.º 23º, al. k), nº 2, do art.º 25º e al. r), nº 1 do art.º 33º, do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações, conjugado com o disposto nos art.º 156º e 164º do CPA, bem como a convalidação dos atos praticados, com efeitos reportados à data a que o mesmos respeitam ou foram praticados.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== “Isto é o protocolo de colaboração para a criação de uma resposta de saúde oral no nosso concelho. Basicamente é o protocolo de colaboração entre as partes que está aí resumido. Se houver alguma dúvida em relação ao seu conteúdo, cá estarei para dar as explicações necessárias.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Albino Martins e Bruno Aragão. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.** =====*

===== “Senhor Presidente, eu começo já por dizer que vamos votar a favor, porque entendemos que esta medida é vantajosa para a nossa população. De qualquer forma é apenas uma observação que quero fazer, porque entendemos que o Estado, tal como a Autarquia, têm que ser todas pessoas de bem, e se o Estado usou de um peso, neste caso a ARS usou de um peso para com a Câmara Municipal nesta situação, deveria usar o mesmo peso com a Câmara Municipal noutras circunstâncias. Por exemplo, no Centro de Saúde foi ao milímetro de exigir tudo o que estava protocolado, mas fez exigências e a Câmara vai ter que pagar uma série de coisas para reaver o Centro de Saúde. Não vou andar para trás, paras os erros, para os não pagamentos... A não apresentação dos autos de medição em tempo oportuno para que fossem pagos, porque enquanto foram apresentados a Câmara cumpriu sempre os seus compromissos. As falhas aconteceram de uma lado e de outros.... Isto é um à parte, eu queria era dizer que a ARS, agora levou as coisas a um rigor de não dar um cêntimo a mais do que aquilo que lhe competia. O Estado abre um protocolo, em que para dar um benefício à população ele tira os louros, mas exige da autarquia mais de 50.000€. Isto é que achamos que é um exagero. Isto faz-me lembrar uma outra história que se passou em outros tempos. Vocês todos se lembram da Escola Bento Carqueja onde esteve a funcionar a escola de enfermagem. Aquele edifício há quase 100 anos atrás foi doado por um oliveirense ao Estado. Agora, há poucos anos, quando a Escola de Enfermagem foi para lá, o Estado vendeu à Câmara Municipal para esta o utilizar. Aqui é a mesma coisa, esta competência do protocolo em que o Estado faz flores e diz que vai

dar um benefício à população depois vem exigir à autarquia mais de 50.000€, e os moldes em que isto é feito. Um protocolo que nos prende até a isto – 3 anos renováveis, vamos ver se é. A Câmara dá uma série de equipamentos, essa doação vai ter efeitos imediatos a partir da aprovação e depois isto vai ser implementado, se calhar daqui a um ano, já fica, menos um ano no protocolo. Eu acho que isto não é boa-fé.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *“Bom, de forma muito resumida, Senhor Deputado, esta é uma responsabilidade que é nossa. É do executivo camarário, não nos apontaram uma arma à cabeça. Colocaram-nos diante desta possibilidade, nós olhando para aquilo que tem sido a adesão generalizada dos municípios de todos os quadrantes políticos, tivemos a preocupação de procurar junto desses municípios e perceber até que ponto esta era uma resposta que tinha trazido resultados positivos para a saúde e higiene oral das populações. As respostas foram todas coincidentes com uma medida que foi em boa hora tomada, uma adesão que fez todo o sentido e está a trazer bons resultados a esses municípios. É evidente, que essa particularidade dos três anos é uma particularidade que nos preocupa, mas acreditamos que o Estado está de boa-fé, a Câmara Municipal é uma pessoa de bem e queremos acreditar que depois de contratados os recursos humanos para assegurar este serviço, depois de disponibilizados os meios físicos para desempenhar este serviço às populações, o Estado vai querer renovar esses protocolos e mante-los. Estes 46.900,00€, com IVA que corresponde a este esforço da Câmara Municipal é algo que nós estamos ainda a procurar negociar, no sentido de termos autonomia para comprarmos uma cadeira que cumprindo os requisitos que nos são exigidos, seja bem mais barato do que isto. Mas quero aqui deixar claro que esta é uma resposta que o Serviço Nacional de Saúde tem dificuldade em prestar. Tínhamos duas hipóteses, ou não aderíamos ou aderíamos e passaríamos a ter pessoas mais necessitadas a terem a oportunidade de uma primeira consulta. Disseram-me que algumas pessoas nunca tinham ido a um dentista, e com este programa tiveram a oportunidade de ir pela primeira vez, porque tinham esta resposta. Eu quero acreditar que esta é uma medida que vai trazer um impacto muito positivo, nesta área da saúde. Uma área onde estamos francamente mal, onde o Serviço Nacional de saúde não tem tido a capacidade de resposta que devia ter, mas obviamente os municípios substituíram-se, reconheço, àquilo que devia ser o esforço do Ministério da Saúde, pois achamos que é por uma boa causa. E achamos que isto vai permitir a longo prazo, pessoas mais saudáveis. Foi essa a nossa preocupação.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Deputado Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *“Senhora Presidente, acho que estas Assembleias devem, também, ter um carácter pedagógico. Aqui está um bom exemplo, do que sem se querer ir ao passado se foi ao passado; E as culpas foram dos outros, sobretudo a ARS que não apresentou os autos, quando devia ter apresentado. A minha intervenção é no sentido de por várias vezes, no último ano, se*

tem falado em boa-fé, boa-fé, boa-fé... Várias vezes a questão da boa-fé foi colocada. Senhor Deputado sinte-se absolutamente tranquilo, porque era o que nós faríamos garanto-lhe. Se tiver dúvidas da boa-fé do protocolo vote contra. Eu nunca votaria favoravelmente, um protocolo do qual tenha dúvidas. E há uma coisa que não é verdade. A ARS, ao contrário do que disse, teve boa-fé quando no caso do Centro de Saúde negociou com o Município. E não foi ao milímetro. Porque se o senhor se recorda, fazendo o histórico, o valor que nós tínhamos que pagar à ARS era superior ao valor que veio contratualizado, portanto se queremos ter rigor tenhamos sempre rigor. E mais, conseguimos ainda com esse compromisso que esse investimento/valor fique em Oliveira de Azeméis, o que não é coisa pouca.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois: Contrato Interadministrativo de Cooperação Financeira com a Freguesia de Fajões – Alteração (I/71315/2018) – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “**Considerando:** - Que foi celebrado contrato interadministrativo de cooperação financeira com a Freguesia de Fajões, no âmbito das obras levadas a cabo na sede da Junta e nas instalações desportivas (designadamente construção dos balneários no polidesportivo), (cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em 30.06.2017); - O teor do ofício E/29932/2018, agora enviado pela Freguesia acima identificada, no qual solicita a alteração do Objeto do referido Contrato interadministrativo, nos termos e fundamentos nele constantes; - Que na sequência do mesmo e em função dos documentos apresentados, há intenção de alteração da redação das cláusulas 1.ª, 2.ª e 3.ª do referido Contrato Interadministrativo; - O constante da cláusula quarta do referido contrato interadministrativo de cooperação financeira, que prevê a possibilidade de modificação, por acordo entre as partes; É celebrada a presente Adenda ao citado Contrato interadministrativo de cooperação financeira, alterando-se o teor das cláusulas Primeira, Segunda e Terceira, passando das mesma a constar: - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação do Eng. Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato (art.º 290.ºA do CCP). **Propõe-se:** Ao abrigo da alínea j), número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas, a aprovação da minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de cooperação financeira com a freguesia de Fajões.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Isto era um subsídio que foi atribuído à Junta de Freguesia no valor de 40.000€, mantendo-se a comparticipação financeira da autarquia, mas a pedido da própria Junta de Freguesia um dos objetos do apoio que era concretamente obras de construção nos

balneários no polidesportivo passaria a ser substituído na envolvente à própria Junta de Freguesia. Os 12.000€ para participação de obras na sede da Junta mantêm-se. Alterasse a outra componente de 28.000€ que passaria então para serem aplicadas na envolvente.” =====
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Óscar Teixeira. =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Fajões – Óscar Teixeira.** =====
 ===== “Uma vez mais, vou tentar ser o mais breve possível, o processo é um pouco longo e vou tentar resumir. Estes 40.000€ foram atribuídos à Junta de Freguesia de Fajões, em que 12.000€ já foram objeto de utilização, diria mais de gasto, quando temos um orçamento de 5.000€ e um de 6.000€ e escolhem um de 12.000€ para executar o trabalho exatamente com o mesmo plano de obras. É um pouco estranho, mas já está resolvido. Quanto aos 28.000€, não queremos mais uma vez, desformar um centro de freguesia (cívico), onde iria crescer mais um edifício, estranho, mais uma “casinha” e assim deixar de ser o Centro Cívico e passar a ser o “bairro cívico”. Demoramos quase um ano a trazer esta proposta à Assembleia, porque estivemos a elaborar um projeto que contempla a reestruturação em definitivo daquele Centro Cívico. Temos cinco fases neste projeto, para esta primeira necessitávamos de verba e decidimos alocar esta verba a esta primeira fase – reestruturação frontal e preparação do trabalho que vai ser desenvolvido ao longo dos próximos anos. Obrigado.” =====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====
 ===== **Ponto vinte e três: Prestação de Serviços de auditoria externa para certificação de contas municipais – exercício económico 2018 (I/71268/2018) – Aprovação;** =====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Com base no Projeto da Decisão de Adjudicação dos Serviços de 16 de novembro de 2018 e de acordo com o Convite à Apresentação de Proposta, o Caderno de Encargos e a proposta do concorrente relativo ao Ajuste Direto para ”PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA PARA CERTIFICAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS - EXERCÍCIO ECONÓMICO 2018” – Processo n.º 118/2018, **propõe-se:** a. Que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, submeta à Assembleia Municipal para efeitos de adjudicação do procedimento mencionado em epígrafe ao concorrente **Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**, pelo valor global de 6.300,00€ (seis mil e trezentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. b. Que se proceda ao compromisso da despesa. c. Que se proceda à dispensa da audiência prévia do concorrente em conformidade com o n.º 2, do artigo 125º, do CCP, por a decisão ser favorável ao único concorrente a concurso. d. A solicitação, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77º, do CCP, dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81º, do já citado diploma legal, o documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas do responsável

designado, e, se aplicável, os previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devendo os mesmos ser apresentados, para o e-mail contratacao@cm-oaz.pt, num prazo de 5 (cinco) dias. e. A dispensa da celebração de contrato escrito por, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95º, do CCP, o preço contratual para este serviço não exceder o montante de 10.000,00€ (dez mil euros). f. A imediata publicitação, nos termos do artigo 127.º, do C.C.P., da celebração do contrato no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos. g. Que se notifique o concorrente. Junta-se para conhecimento e anuência, o Convite e Caderno de Encargos do procedimento, a Proposta e o Projeto da Decisão de Adjudicação, em anexo, encontrando-se os restantes elementos apensos ao processo.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Trata-se da contratação do serviço de Auditoria Externa, pelo período de um ano para assegurarmos a certificação legal do exercício de 2018, e enquanto fazemos este ajuste direto para esta prestação de serviços por um ano estamos a lançar um concurso para os próximos três anos, 2019, 2020 e 2021.” =====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====
 ===== **Ponto vinte e quatro: Proposta de Adesão à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago (I/63865/2018) – Aprovação - Retirado;** =====
 ===== **Ponto vinte e cinco: Regulamento Municipal do Conselho de Segurança – Aprovação definitiva ao abrigo do art.º 19º do citado Regulamento - Retirado.** =====
 ===== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== Antes de terminar, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====
 ===== Para terminar a Sessão a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** disse:=====
 ===== “Resta-me agradecer, a boa disposição e paciência, a todos os que foram acompanhando esta longa reunião. Dou por encerrada esta sessão e desejo a todos a continuação de um bom fim de semana. Obrigada.” =====
 ===== E não havendo outros assuntos a tratar, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou encerrada a Sessão, eram 14 horas e 53 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====